



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Letras

O TEMPO PARA A LINGÜÍSTICA E PARA A PSICANÁLISE

João Pessoa
Março – 2010



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Letras
Área de concentração: Linguagens e Cultura
Mestrado em Letras

O TEMPO PARA A LINGÜÍSTICA E PARA A PSICANÁLISE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências para obtenção do grau de mestre em Letras.

Mestranda: Silvania Fernandes de Souza

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Margarida Elia Assad

João Pessoa

Março / 2010

S729t Souza, Silvania Fernandes de.
O Tempo para a Lingüística e para a Psicanálise/Silvania
Fernandes de Souza. – João Pessoa, 2010.
102f. :il.
Orientadora: Margarida Elia Assad.
Dissertação (Mestrado) – UFPb - CCHLA

1.Linguística . 2. Mutabilidade da Língua. 3. Sistema de Signos.

UFPb/BC

CDU: 801 (043)

Responsável pela catalogação: Maria de Fátima dos Santos Alves-CRB -15/149

Silvania Fernandes de Souza

O TEMPO PARA A LINGÜÍSTICA E PARA A PSICANÁLISE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na área de concentração “Linguagens e Cultura”, na linha de pesquisa “Sujeito Linguagem e Psicanálise”, como requisito institucional para obtenção do título de MESTRE EM LETRAS.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Margarida Elia Assad
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Mônica Nóbrega
Examinadora interna

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Vilar de Melo
Examinadora externa

Agradecimentos

À minha irmã, Luciana Fernandes, por ter me encorajado na escolha e me apoiado de várias formas na realização desse projeto.

A Leonardo Padilha (Leozico), meu “leitor”, um amigo sempre presente e pronto para ajudar, ouvindo minhas articulações, estimulando meu pensamento e acolhendo minhas reclamações.

À Isabel Muzzolon, amiga, irmã, por estar sempre ao meu lado e pelas traduções.

À Margarida E. Assad, por ter acreditado em mim, por me orientar e me ajudar a organizar minhas idéias.

À Mônica Nóbrega, pelas discussões que proporcionou e por ter me instigado durante as pesquisas.

À Edilma Catanduba, pelo carinho com que me acolheu nos momentos de angústia intelectual e também por tudo que me ensinou.

À Elizângela, pelas poucas e boas discussões psicanalíticas.

À Emília Firmino, pelo apoio, carinho e traduções.

A Temístocles (Theo), meu amigo querido e professor de português.

A Natan e a Mirely pelos bons momentos.

A João Mendes, pela gentileza de ceder sua dissertação a qual contribuiu para esse percurso de aprendizado.

A Marconi, pela forma carinhosa com que se dispôs a ler o meu trabalho e pelas contribuições.

A Gualberto, pela tradução e pelos bons momentos.

Ao CNPq, pelo auxílio através de bolsa que me foi concedida.

Resumo

Essa dissertação se presta a discutir a questão do tempo na interface entre a Lingüística e a Psicanálise. Para tanto, buscamos compreender de que forma o fator tempo atua como agente de transformação da língua e como produtor de novas significações para o sujeito em análise. Nesse sentido, mergulhamos nos ensinamentos de Saussure no que diz respeito à língua como um “sistema de signos”, visando ao entendimento do processo de mutabilidade da língua, o qual, na concepção saussuriana, ocorre, principalmente, em decorrência da passagem do tempo. O diálogo com a Psicanálise é realizado a partir da concepção de Lacan, para quem “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Nessa discussão, a noção de atemporalidade do inconsciente proposta por Freud está sempre presente, pois o corte no tempo da sessão é realizado a partir da tese de que o inconsciente é atemporal. A Lingüística saussuriana nos permite encontrar vestígios que apontam para a mudança no interior do signo e isso nos leva ao entendimento de que as novas significações do sujeito em análise ocorrem em decorrência de um movimento análogo aos deslocamentos e mudanças que se dão no interior do signo devido à passagem do tempo. No entanto, o que difere na análise é que não se trata de uma mudança decorrente da passagem do tempo, mas do corte no tempo que passa.

Palavras-chave: Tempo; Mutabilidade da língua; Nova significação; Sujeito; Inconsciente.

Abstract

This dissertation discusses the issue of time in the interface between linguistics and psychoanalysis. To this end, we seek to understand how the time factor acts as an agent of transformation of language, and as a producer of new meanings for the subject under analysis. In this sense, we follow Saussure's teachings as regarding the language as a "system of signs" aimed at understanding the process of mutability of language, which, in the Saussurean conception, occurs mainly due to the passage of time. The dialogue with psychoanalysis is conducted based on Lacan's design, for whom "the unconscious is structured like a language". In this discussion, the notion of timelessness of the unconscious in Freud is always present, because the cut at the time of the session is conducted based on the theory that the unconscious is timeless. The Saussurean linguistics allows us to find traces that point to change within the sign and this leads us to the realization that the new meanings of the subject under analysis appear as a result of a movement similar to the shifts and changes that take place within the sign due the passage of time. However, what differs in the analysis is that it is not a change resulting from the passage of time, but from the cut of the time that passes.

Keywords: Time; Mutability of language; New meaning; Subject; Unconscious.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1: O Tempo na Língua e na Lingüística Saussuriana	11
1.1 Sobre o início.....	11
1.2 Um ajuste no tempo.....	14
1.3 A identidade e a diferença	21
1.4 Sobre o tempo e a arbitrariedade.....	24
1.5 Imutabilidade e mutabilidade da língua	31
Capítulo 2: O Tempo na Psicanálise Freudiana	41
2.1 O tempo e a des-continuidade	41
2.2 As nuances do tempo em Freud.....	42
2.3 A duração do tratamento e a conduta do analista	54
2.4 O tempo do trauma	58
Capítulo 3: O Tempo de Lacan	68
3.1 A palavra e o tempo.....	69
3.2 A pontuação do analista.....	74
3.3 A lógica do Inconsciente	80
3.4 A erótica do tempo	85
Considerações Finais	97
Referências	99

Introdução

*Eu não tinha este rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro,
nem estes olhos tão vazios nem o lábio amargo.
Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas;
eu não tinha este coração que nem se mostra.
Eu não dei por esta mudança tão simples, tão certa, tão fácil:
- Em que espelho ficou perdida a minha face?*

(Cecília Meireles)

A relevância de um estudo sobre o tempo – sobretudo quando situado em uma linha de pesquisa que busca aproximações de dois campos diferentes como a Lingüística e a Psicanálise – está no fato de que, para as duas disciplinas, o fator tempo ocupa um lugar capital em seu corpo teórico, posto que ambas consideram o tempo no processo de mudança. Daí vem o interesse de empreender uma pesquisa que visa a desdobrar esse conceito e descobrir como se dá a atuação do fator tempo tanto no campo linguístico, como no campo psicanalítico.

Para a Lingüística, o fator tempo é uma condição para que ocorra a mutabilidade da língua, como bem demonstrou Ferdinand de Saussure de forma incansável em seus estudos lingüísticos.

Para a Psicanálise, o fator tempo, não menos importante, é utilizado desde Jacques Lacan como instrumento a serviço da operação analítica. Isso significa dizer que o tempo é manejado pelo psicanalista e, por consequência, ocorre uma mudança subjetiva¹ no analisante.

Como condição ou como instrumento, é certo que o tempo inscreve um movimento que marca uma diferença, seja na objetividade da língua ou na subjetividade do sujeito.

Não há dúvida quanto às transformações ocasionadas pelo tempo, embora nem sempre sejam percebidas facilmente ou, se são, não é sem estranhamento, como mostra a poetisa, na epígrafe desta introdução, diante da angústia de seu reflexo frente ao espelho. Mas diante do lamento, o tempo é convocado pelo dito popular para confortar aquele que sofre sob

¹ É necessário fazer, de saída, uma observação: os termos “mudança subjetiva”, “nova significação para o sujeito” e “mudança de sentido” estão sendo usados sem distinção.

a forma “o tempo cura tudo”. Entretanto, o tempo é relativo, nunca é na medida exata: muito longo na espera de um encontro desejado ou curto demais, quando os amantes precisam dizer adeus.

Se o tempo marca o início ou o fim de uma vida (de um elemento lingüístico ou de um sintoma, por exemplo), é como meio que ele permite romper com o igual, com o que se repete. Seja como acidente (diacronia) ou como reincidente (repetição), a verdade é que nunca se é o mesmo.

Nessa perspectiva, o **objetivo geral** dessa dissertação é, na interface entre Lingüística e Psicanálise, compreender de que forma o fator tempo atua como agente de transformação da língua e como produtor de novas significações para o sujeito em análise.

Desse modo, para alcançar nosso objetivo geral, temos como **objetivos específicos**: a) mostrar como pode ocorrer o processo de transformação da língua no tempo, tal como observado por Saussure (1995; 2004); b) destacar como o corte no tempo da sessão feito pelo analista pode provocar a mudança de significação para o sujeito em análise, como salienta Lacan (1998).

No tocante à Psicanálise, serão tomados tanto os ensinamentos de Freud, quando fala sobre a questão da atemporalidade do inconsciente, quanto as considerações teóricas de Lacan (1998), o qual considera que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Isto permite o diálogo com Saussure (1995; 2004) no tocante à sua consideração da língua (parte constitutiva da linguagem e objeto de estudo da Lingüística), como um sistema de signos.

Assim, buscaremos, na Lingüística saussuriana, vestígios que revelem a mudança no interior do signo. E, a partir dessa busca, a mutabilidade nos servirá de parâmetro para demonstrar de que forma o tempo atua sobre o sujeito em análise, possibilitando a produção de novas significações que ocorrem devido a um movimento análogo aos deslocamentos e mudanças que se dão no interior do signo devido à passagem do tempo.

Desse modo, o fator tempo recebe destaque durante toda a discussão dessa dissertação e os estudos de Saussure (1995; 2004) serão tomados como ponto norteador para o entendimento acerca da mutabilidade da língua. A partir da contribuição que tal estudo apresenta, pretendemos buscar explicação sobre como se dá tanto a produção, quanto a transformação dos efeitos de significação para o sujeito em análise.

Para a Lingüística saussuriana, é principalmente a passagem do tempo que provoca a mudança na língua. Para a Psicanálise lacaniana, a mudança se dá pelo corte no tempo que passa. Esse corte é efetuado pelo psicanalista, quando intervém no discurso do sujeito com uma pontuação, fazendo com que o sujeito faça um movimento de retroação, ou seja, a

intervenção do analista consiste em reenviar a fala do analisante à sua inscrição. Assim, a interpretação consiste em estabelecer uma relação do presente com o passado (Cf. LACAN, 1998 [1953]).

A esse respeito, Miller (2000, p. 54) afirma que, na perspectiva lacaniana, a interpretação está baseada no jogo homofônico, segundo o qual “o mesmo som emitido pode ser escrito de duas formas distintas”. Nesse sentido, uma interpretação supõe que o sujeito compreendeu² mal o significado de sua experiência e que haveria uma outra leitura possível de ser feita sobre o acontecimento experimentado.

Se o sujeito é capaz de produzir novas significações a partir do manejo do tempo feito pelo analista, esse “fenômeno” está diretamente relacionado com o processo de mutabilidade do signo. Portanto, nosso trabalho orienta-se no desejo de evidenciar essa relação.

Sendo assim, no primeiro capítulo dessa dissertação, procuraremos mostrar que, na concepção saussuriana, a língua muda, sobretudo em decorrência da passagem do tempo. Iniciaremos este capítulo situando o objeto da Lingüística, a língua como um “sistema de signos” (1995; 2004) que circula na coletividade. Ressaltaremos o valor que Saussure atribuiu ao fator temporal e as consequências disso: a divisão da Lingüística em Lingüística Sincrônica e Lingüística Diacrônica; e um novo entendimento sobre a língua.

No segundo capítulo, buscaremos compreender a noção de tempo para Freud. Para tanto, discutiremos vários textos freudianos visando ao esclarecimento da relação que Freud traça entre a temporalidade e a causalidade psíquica no desencadeamento do sintoma, tendo sempre em mente sua concepção de que o inconsciente é atemporal. Abordaremos, ainda, a duração do tratamento e a conduta do analista em relação ao término da análise.

Finalmente, no terceiro capítulo, discutiremos o modo como o tempo é manejado na sessão lacaniana a fim de provocar a mudança subjetiva. O corte no tempo da sessão é realizado a partir da noção de que o inconsciente é atemporal e, por essa razão, o tempo que equivale à atemporalidade do inconsciente é o tempo lógico.

² O termo “compreender” está sendo usado aqui em sentido estrito, pois envolve ações interpretativas do sujeito em sua relação com o inconsciente.

Capítulo 1: O Tempo na Língua e na Lingüística Saussuriana

1.1 Sobre o início

Na introdução dos *Escritos de Lingüística Geral* (2004), os editores afirmam que o conjunto das reflexões saussurianas abrange três campos do saber: o primeiro campo refere-se ao estudo epistemológico da gramática comparada e visa a estabelecer os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo dessa prática científica, na qual Saussure era especialista, incluindo o que se chamava de “fonética histórica”. O segundo campo diz respeito à especulação sobre a linguagem e até mesmo sobre outros sistemas de significação humanos. A essa especulação, o próprio Saussure denominava de “filosófica”. O terceiro campo de saber é o de uma reflexão futura sobre uma disciplina que tinha possibilidade de vir a ser uma ciência; nesse momento Saussure se preocupava com o desenvolvimento dos conceitos lingüísticos. Este terceiro campo do pensamento saussuriano foi o escolhido por seus alunos, Charles Bally e Albert Sechehaye, para apresentarem ao mundo científico um Saussure criador da ciência Lingüística, com a publicação póstuma do *Curso de Lingüística Geral* (CLG)³, em 1916.

A episteme da época exigia do cientista, em qualquer área do conhecimento científico, uma definição acerca do objeto de estudo. E mesmo que não se possa afirmar que Saussure desejou fundar a ciência Lingüística, ele assim o fez quando definiu que o objeto da Lingüística é a língua. Considerando a linguagem como um todo composto por língua e fala, Saussure opta pelo estudo da língua e afirma que “no ato de linguagem, a língua tem, ao mesmo tempo, sua aplicação e sua fonte única e contínua, e que a linguagem é, ao mesmo tempo, a aplicação e o gerador contínuo da língua, []⁴ a reprodução e a produção” (SAUSSURE, 2004, p. 115).

Para Saussure (2004), o interesse no estudo da língua não tem como foco o indivíduo enquanto um ser social e cultural; também não é de interesse lingüístico o indivíduo como possuidor de um aparelho fonatório, isto é, dotado de órgãos vocais que lhe permitam falar. Na visão do autor, o que interessa à Lingüística é a língua como um sistema de signos que circulam na coletividade. A natureza confere ao homem a possibilidade de constituição de

³ Utilizaremos, ao longo do texto, a abreviação CLG para designar o *Curso de Lingüística Geral*.

⁴ Espaço em branco no texto.

uma linguagem articulada, mas este indivíduo aparelhado para falar só poderá fazê-lo através da comunidade que o cerca.

Conforme indica Saussure (2004), a língua nos é apresentada como uma herança da geração anterior. No entanto, parece ser mítico o momento em que foi estabelecido um contrato entre os conceitos e as imagens acústicas.

Por essa razão, Saussure não vê necessidade de se estudar a origem da língua. Para ele, precisar o momento em que se origina uma inovação na língua não acrescenta nenhum benefício para o estudo linguístico. Saussure (2004, p. 85) aborda o assunto com veemência e desdém: “Observar a língua e se perguntar em que momento preciso uma tal coisa ‘começou’ é tão inteligente quanto observar o riacho na montanha e acreditar que, subindo, encontrará o lugar preciso em que ele tem a sua fonte”.

Que ganho haveria em tomar a língua pelo viés do seu nascimento, se, como o riacho, a língua nasce a cada instante? O que nos parece que Saussure quer salientar com a analogia é que, assim como o riacho renova as suas águas incessantemente, a língua também o faz, na medida em que também tem uma fonte que não seca. Esta fonte é a massa falante que faz circular os signos lingüísticos em um movimento contínuo, tendendo a transformá-los. É neste sentido que se pode dizer que língua e riacho estão em constante renovação. Saussure afirma: “Pode-se discutir eternamente sobre esse *nascimento*, mas sua maior característica é ser perfeitamente idêntica à do crescimento” (SAUSSURE, 2004, p. 86). Retomaremos essa questão mais adiante, ainda neste capítulo, quando discutirmos os conceitos de *Imutabilidade e mutabilidade da língua*.

A questão da relação entre o nome e o objeto é discutida desde a filosofia grega. Saussure, nos termos de Dosse (2007, p. 81):

[...] dá a solução para o velho problema formulado por Platão no *Crátilo*. Com efeito, Platão opõe duas versões das relações entre natureza e cultura: Hermógenes defende a posição segundo a qual os nomes atribuídos às coisas são arbitrariamente escolhidos pela cultura e Crátilo vê nos nomes um decalque da natureza, uma relação fundamentalmente natural. Esse velho debate, recorrente, encontra em Saussure aquele que vai dar razão a Hermógenes com a sua noção de arbitrariedade do signo.

A arbitrariedade também será discutida mais à frente, no tópico *Sobre o tempo e a arbitrariedade*; aqui nos interessa apenas situar a escolha de Saussure quanto ao objeto da Lingüística no empreendimento do estudo da linguagem. O autor diz em sua Primeira conferência na Universidade de Genebra, em novembro de 1891, que para se estudar a

linguagem deve-se recorrer às línguas, pois não há como compreender ou classificar os fenômenos da linguagem, nem mesmo percebê-los claramente de outro modo, senão pelas suas diversas manifestações, que são as línguas (Cf. SAUSSURE, 2004).

Por outro lado, não há como estudar as línguas sem levar em conta que elas são regidas pelos princípios da linguagem. Aqui, a linguagem está sendo tomada, sob o prisma de Saussure (2004), como a generalização da língua e, por isso, o autor aponta como sendo inútil o empreendimento de um estudo que tente separar língua e linguagem, pois o estudo geral da linguagem se alimenta de observações feitas no campo particular de cada língua.

Desse modo, o estudo das línguas deve ser realizado tendo sempre em mente a compreensão da linguagem, pois seria infrutífero ter um saber sobre a língua que não estivesse relacionado ao conhecimento preexistente do modo como o homem faz uso da língua.

É indiscutível a importância da obra de Saussure para a Lingüística. As noções de sistema lingüístico, de língua, de signo, de arbitrariedade e valor lingüístico são fundamentais para o entendimento da obra de Saussure. Desse modo, vemos que o fator tempo perpassa não apenas estes conceitos, mas toda a obra de Saussure (ora como tema central, quando da consideração da diacronia e sincronia, mutabilidade e imutabilidade, ora como tema periférico).

No entanto, como diz Arrivé (1995, p. 141), “um estranho pudor parece ter empurrado os editores para censurar isto: eles escamotearam, com o ritmo e as repetições, tudo o que é meditação sobre o Tempo...”⁵. Isso nos parece estranho porque, se Saussure afirma que “o tempo altera todas as coisas” (SAUSSURE, 1995, p. 91), que razão haveria para que essa noção fosse deixada de lado por muitos que estudam sua obra? Como pode o fator temporal ser excluído dos estudos saussurianos se, como supomos, o tempo permeia todo o construto teórico do pensamento saussuriano? Assim, no tópico seguinte buscaremos resgatar a importância do fator temporal em Saussure.

⁵ A tradução dessa e de outras citações para o português é nossa. Na versão original em francês, temos: “Une étrange pudeur semble avoir poussé les éditeurs à la censurer: ils ont escamoté, avec le rythme et les répétitions, tout ce qui est méditation sur le Temps.”

1.2 Um ajuste no tempo

As considerações de Saussure (1995; 2004) acerca do tempo trouxeram importantes conseqüências para a Lingüística, seja impondo uma divisão nesta ciência ou permitindo um novo entendimento sobre a língua. Percorrer os estudos de Saussure partindo deste ponto de vista é um desafio porque não se trata de um conceito lingüístico, mas de algo que é interior à língua e que atua sobre ela. Logo, uma avaliação pouco criteriosa do fator tempo oferece o risco de minimizar o grau de importância que Saussure atribuiu a esta temática. Dito de outro modo, analisar o fator tempo na perspectiva saussuriana é uma tarefa que exige cuidado e atenção, porque não é nada óbvia a abordagem que Saussure faz a esse respeito em sua obra. Podemos supor que a descoberta da importância do tempo para a língua permitiu a Saussure um novo olhar sobre o campo lingüístico.

Embora Saussure (1995, p. 91) reconhecesse que “o tempo altera todas as coisas”, ele foi apontado por alguns críticos de sua obra como tendo desconsiderado o dinamismo dos acontecimentos da língua. Como lembra Mauro (apud LIMA JÚNIOR, 2006, p. 24) “[...] lendo estas páginas, mal se acredita que Saussure tenha sido louvado, ou mais freqüentemente criticado como criador de uma lingüística anti-histórica e virginal, de uma visão de língua como sistema estático, fora da vida social e da duração histórica”.

A partir daí, podemos indicar que Saussure não só constata que o tempo provoca alteração em tudo, como também demonstra que não há razão para que a língua seja poupada, já que também está submetida a ele. Ademais, Saussure acrescenta a esta constatação uma conseqüência: a intervenção do fator tempo gera dificuldades particulares que tendem a provocar a cisão da Lingüística em duas ciências. Como é dito no *CLG*: “Poucos lingüistas percebem que a intervenção do fator tempo é de molde a criar, para a Lingüística, dificuldades particulares, e que ela lhes coloca a ciência frente a duas rotas absolutamente divergentes” (SAUSSURE, 1995, p. 94).

Desse modo, Saussure vê a necessidade de distinguir a Lingüística em duas, designando Lingüística Estática, a ciência que trata dos estados da língua em oposição à Lingüística Evolutiva (histórica), que toma a língua do ponto de vista da evolução. No entanto, Saussure quer marcar tanto a diferença entre elas, quanto a correlação dos fenômenos relativos ao mesmo objeto e acredita que os termos “Lingüística Sincrônica” e “Lingüística Diacrônica” são mais adequados. Assim sendo, tudo que é relacionado ao aspecto estático da

lingüística é sincrônico, e tudo que diz respeito às evoluções é diacrônico. Logo, Saussure (1995, p. 116) afirma:

A Lingüística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva.

A Lingüística diacrônica estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si.

Como sugere Saussure (1995), o estudo da língua permite observar que o indivíduo falante encontra-se diante de um estado de língua e que ele não se dá conta de que existe uma sucessão de fatos da língua no tempo. É necessário que o lingüista, ao buscar a compreensão desse estado da língua, isto é, ao enveredar em um estudo sincrônico, deixe a diacronia em um segundo plano para que a intervenção histórica não prejudique sua percepção. Em outras palavras, deve-se escolher um ponto de vista para o empreendimento de um estudo lingüístico, pois os fatos pertencentes à diacronia não são da mesma ordem daqueles que pertencem à sincronia.

A questão do ponto de vista é absolutamente necessária para que seja possível compreender as dicotomias saussurianas. Vale ressaltar que Saussure sempre defendeu a idéia da adoção de um ponto de vista como necessidade fundamental para o estudo da linguagem, tendo em vista que é impossível empreender um estudo de um objeto tão complexo como a linguagem sem que haja uma prévia delimitação do tema. Espera-se que seja adotado um lado pelo qual se pretenda abordar a linguagem sob o risco de fazer uma pesquisa não lingüística, como afirma Saussure (1995).

A leitura que Lopes (1997) faz a esse respeito é que, para Saussure, o conhecimento é alcançado pela articulação de três elementos: um sujeito, um objeto e uma relação instalada entre os dois. O sujeito (observador/pesquisador) e o objeto estão unidos de forma solidária; não existe objeto sem sujeito nem sujeito sem objeto. A relação é o ponto de vista, o pensamento diretor, por meio do qual o pesquisador aborda seu objeto, e este varia conforme o ponto de vista: “o signo *A* designa ora a primeira letra do alfabeto, ora a primeira posição, ora uma quantidade conhecida, ora o símbolo do argônio, etc.” (LOPES, 1997, p. 113). Sob essa perspectiva, é possível afirmar com Lopes (1997) que tudo vai depender do ponto de vista em que está sendo interrogado, se ‘alfabético’, do ponto de vista ‘ordinal’ numa sequência enumerativa, do ponto de vista ‘algébrico’, do ponto de vista químico etc.

Saussure (2004) aponta para uma singularidade da Lingüística quando defende que o objeto da Lingüística não existe de antemão e que nomeá-lo significa recorrer a um ponto de vista determinado. Desse modo, Saussure (2004, p. 27) enfatiza que “não há o menor traço de *fato lingüístico*, nem a menor possibilidade de perceber ou de determinar um fato lingüístico fora da adoção anterior de um ponto de vista”, pois, na visão do autor, é o ponto de vista que cria o objeto. Sendo assim, Saussure nega, na Lingüística, a existência *a priori* do objeto porque não acredita que seja possível abordar o objeto em vários domínios científicos, no mesmo empreendimento.

Pensamos que é nessa perspectiva que as dicotomias saussurianas seriam melhor apreendidas, pois é esse modo de ver cada elemento das dicotomias de forma separada (porém, não de modo excludente) que permite um aprofundamento teórico. Por outro lado, isso não ocorre se for buscada a compreensão de um, através do que se sabe do funcionamento do outro, como menciona Saussure:

[...] não é possível compreender o que é a língua sem conhecer, em primeiro lugar, as vicissitudes que ela atravessa de uma época à outra: mas, depois disso, nada é mais necessário, acreditamos, do que restabelecer uma separação absoluta entre o ser ‘língua’, sempre momentâneo, e o fato contingente desse ser ‘língua’ ser ordinariamente destinado a se transmitir através do tempo. Na realidade, tudo o que existe na língua provém, muitas vezes, dos acidentes de sua TRANSMISSÃO, mas isso não significa que se pode substituir, pelo estudo dessa transmissão, o estudo da língua; nem, sobretudo, que não há, a cada momento, como nós afirmamos, duas coisas de ordem inteiramente distintas na língua, de um lado, e na transmissão, de outro (SAUSSURE, 2004, p. 52 – destaque do autor).

Quando Saussure (1995, p. 98) afirma que “A oposição entre os dois pontos de vista – sincrônico e diacrônico – é absoluta e não admite compromissos”, pensamos que ele está demarcando uma divisão e acentuando a diferença entre os dois fenômenos. O exemplo dado constata a diferença e justifica a irredutibilidade do mestre:

O latim *crispus*, ‘crespo, ondulado’, deu em francês um radical *crep*, de onde os verbos *crépir*, ‘rebocar’, e *décrépir*, ‘retirar o reboco’. Por outro lado, em certo momento, tomou-se emprestada do latim a palavra *decrépitus*, ‘gasto pela idade’, da qual se ignora a etimologia, e dela se fez *décrépit*. Ora, é certo que, hoje, a massa dos falantes estabelece uma relação entre ‘un mur *décrépi*’ e ‘un homme *décrépit*’, conquanto historicamente esses dois termos nada tenham a ver um com o outro; fala-se da fachada *décrépite* de uma casa. É um fato estático, pois trata-se duma relação entre dois termos coexistentes na língua. Para que tal se produzisse, foi necessário o concurso de certos fenômenos de evolução; foi preciso que *crisp* – chegasse a ser pronunciado *crép* – e que a certo momento se tomasse emprestado um novo

termo ao latim: esses fatos diacrônicos – vê-se claramente – não têm relação alguma com o fato estático que produziram; são de ordem diferente (SAUSSURE, 1995, p. 98 – destaque do autor).

A partir do exemplo, observamos que a diacronia tem uma orientação própria e que não corresponde a uma sucessão de sincronias. A razão de ser de um fato diacrônico está em si mesmo e, se desse fato derivar alguma consequência sincrônica, ela lhe será estranha. Entendemos ser nesse sentido que Saussure fala de um caráter accidental da diacronia e não como um acontecimento dependente da sincronia. E ainda, os fatos diacrônicos não alteram o sistema, pois “[...] a modificação não recai sobre a ordenação, e sim sobre os elementos ordenados” (idem, p. 100). Este é um princípio que foi enunciado por Saussure quando tratou da imutabilidade e mutabilidade do signo ⁶. Apenas alguns elementos se modificam, jamais o sistema em sua totalidade, mas é fato que cada alteração repercute no sistema.

Conforme propõe Saussure (1995), para que surja um elemento lingüístico novo, o velho precisa sair de circulação e ceder lugar ao novo, mas esse acontecimento ocorre sem que a população perceba, intencione ou controle tais modificações da língua. Nas palavras do autor, “[...] o ‘fenômeno’ sincrônico nada tem em comum com o diacrônico, um é uma relação entre elementos simultâneos, o outro, a substituição de um elemento por outro no tempo, um acontecimento” (SAUSSURE, 1995, p. 107).

Tais diferenças nos permitem entender a atitude de Saussure de querer separar as disciplinas. Ele afirma que “na perspectiva diacrônica, ocupamo-nos com fenômenos que não têm relação alguma com os sistemas, apesar de os condicionarem” (SAUSSURE, 1995, p. 101). Isso significa dizer que, na perspectiva saussuriana, os sistemas sincrônicos determinam o que é da ordem da diacronia. Mas isso parece contraditório?

A dicotomia sincronia/diacronia é um tema complexo que exige o máximo de atenção do leitor para que a dialética que envolve as duas partes não pareça contradição. É inegável a existência de correlação entre as partes, mas o que Saussure (1995) afirma é que a diacronia é determinada por vários fatores que independem da sincronia no sentido de que os acontecimentos diacrônicos não são regidos pelas mesmas leis que os acontecimentos sincrônicos ⁷. Além disso, importa ressaltar que, embora haja uma correlação entre sincronia e diacronia, a compreensão dos estados sincrônicos não é adquirida a partir dos acontecimentos diacrônicos e vice-versa. Daí a importância de levar em conta a dialética na obra de Saussure.

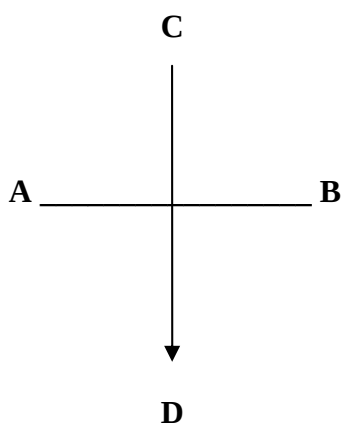
⁶ O debate sobre a imutabilidade e mutabilidade da língua encontra-se na continuidade deste capítulo.

⁷ A palavra “leis” nesse contexto tem o sentido de ordem, de princípio regulador.

Saussure (1995) afirma que não são em todas as ciências que o fator tempo produz uma divisão. O autor exemplifica dizendo que as mudanças nos astros, observadas pela Astronomia, não determinam a cisão desta ciência em duas disciplinas. O mesmo ocorre em relação à Geologia, que apesar de raciocinar a partir de sucessões, quando se ocupa dos estados fixos da Terra, não estabelece estudos radicalmente diversos.

Inversamente, a referida dualidade é imposta, por exemplo, às ciências econômicas, nas quais se constata que a Economia Política e a História Econômica constituem duas disciplinas separadas dentro de uma mesma ciência. E, nesta perspectiva, Saussure aponta para algo em comum entre a Lingüística e as ciências econômicas: a noção de *valor*. É em decorrência deste conceito que surge a necessidade de cindir a Lingüística em Sincrônica e Diacrônica; e as ciências econômicas em Economia Política e História Econômica, posto que ambas trabalham com um sistema de valores e estes devem ser considerados, necessariamente, a partir do fator tempo. Assim “[...] um campo vale na proporção do que produz, pode-se, até certo ponto, seguir esse valor no tempo, lembrando sempre que, a cada momento, ele depende de um sistema de valores contemporâneos” (SAUSSURE, 1995, p. 96). Daí a preferência de Saussure quanto aos nomes Lingüística Sincrônica e Lingüística Diacrônica ao invés de Lingüística Estática e Lingüística Evolutiva, com a finalidade de melhor assinalar o cruzamento entre o eixo das simultaneidades sincrônicas e o eixo das sucessividades diacrônicas, conforme está apresentado no gráfico a seguir.

De acordo com o CLG (1995), seria interessante para todas as ciências, mesmo para as que se ocupam de “coisas” (objetos reais), estabelecer cuidadosamente os dois eixos sobre os quais elas estão situadas. A distinção seria conforme a figura abaixo:



Fonte: (SAUSSURE, 1995, p. 95).

O eixo das simultaneidades (AB) corresponde às relações entre coisas coexistentes. Neste, toda intervenção do tempo está excluída. O eixo (CD) é o das sucessões, no qual as coisas são consideradas de uma a uma e onde se situam todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações. É fundamental que a Lingüística considere esses eixos, visto que o valor dos signos lingüísticos deve ser tomado sob duas instâncias: a do valor em si e a do valor considerado em função do tempo (Cf. SAUSSURE, 1995).

Na perspectiva saussuriana, o valor não apresenta uma raiz nas coisas, trata-se do valor arbitrariamente fixado, o que impõe a necessidade da distinção dos eixos. A sincronia corresponde ao eixo horizontal (AB) e a diacronia está no eixo perpendicular ao da sincronia, ou seja, no eixo vertical. Em outras palavras, falar em um caráter evolutivo implica considerar a história como base dessa discussão. Nesse sentido, o aspecto sincrônico está relacionado a tudo que se apresenta como estático na língua e o diacrônico refere-se a tudo que evolui na língua.

É na discussão sobre o par diacronia/sincronia no *CLG* que observamos o fator tempo recebendo maior destaque. Não é à toa que Arrivé (1999, p. 62) diz que “de todas as dicotomias saussurianas, é sem dúvida a da *sincronia* e da *diacronia* que teve a extensão mais considerável fora do campo da lingüística *stricto sensu*”.

A problemática da divisão diacronia/sincronia apresentada por Saussure instiga diversas interpretações por parte dos seus leitores. Arrivé (1999, p. 64) questiona: “[...] há, no *CLG*, duas concepções diferentes do tempo, o da diacronia e o da linearidade? Ou então é possível apreender uma relação entre estes dois tempos, ou mesmo reduzir à unidade a concepção saussuriana do tempo?” De certo modo, na pergunta de Arrivé já se observa, mesmo que de forma implícita, uma resposta, uma vez que ele diz que o *CLG* separa o tempo da diacronia e o tempo da linearidade, sendo esta sinônima de sincronia. Nessa perspectiva, para Arrivé (1999), a linearidade corresponde ao modo de intervenção do tempo na fala, enquanto que a diacronia diz respeito ao modo de intervenção do tempo na língua. A fala é o que permite a relação entre linearidade e diacronia. “[...] a noção de fala permite lançar uma ponte entre linearidade e diacronia. Ela intervém, efetivamente, na própria definição da linearidade. Quanto à mudança diacrônica, ela encontra sua origem na fala” (ARRIVÉ, 1999, p. 64).

Assim, a leitura de Arrivé propõe que, se os fenômenos sincrônicos determinam a diacronia, então a linearidade (sincronia) é a condição da diacronia. Condição no sentido de que uma língua necessita ser falada para ser transformada, ou seja, é preciso que uma língua “[...] dê lugar a atos de fala, lineares, temporalizados – para que ela evolua” (ARRIVÉ, 1999,

p. 64). Deste modo, podemos dizer que a diacronia constata a mudança que a sincronia provoca.

Esta concepção que relaciona a diacronia à língua e a linearidade à fala, segundo Arrivé, permite que seja “assegurada a continuidade entre os dois modos de intervenção do tempo na linguagem: o tempo subjetivo do sujeito enunciante, o tempo objetivo da língua como sistema” (ARRIVÉ, 1999, p. 64). Seguindo essa orientação, Arrivé questiona se isso seria suficiente para provocar mudança na língua. O autor responde que não, fazendo referência ao texto do *CLG* que não deixa margem para dúvida: “Se se tomasse a língua no tempo, sem a massa falante – suponha-se o indivíduo isolado que vivesse durante vários séculos – não se registraria talvez nenhuma alteração; o tempo não agiria sobre ela”. (SAUSSURE, 1995, p. 92). A esta afirmação categórica, Arrivé faz mais um questionamento:

[...] de qual tempo se trata? Do tempo “subjetivo” da linearidade, inseparável de todo ato de fala, haja ou não “massa falante”? Ou do tempo “objetivo” da diacronia, que acarreta as mutações lingüísticas logo que intervém, além disso, a “massa falante”? Em outra ocasião, pensei que podia considerar como “evidente” a interpretação deste tempo como o da linearidade. Não vou chegar ao ponto de contradizer-me, escolhendo o tempo da diacronia. Mas parece-me agora que a decisão é propriamente impossível. É que nesse ponto se encontram, em um nó definitivamente atado, os dois Tempos saussurianos: o da linearidade do ato da fala – indispensável à evolução da língua – e o da diacronia, que afinal é o mesmo tempo, a partir do momento em que intervém a massa falante (ARRIVÉ, 1999, p. 65).

Sendo assim, Arrivé demonstra que talvez a duplicidade da concepção saussuriana do tempo seja apenas aparente e que é possível que o único fator de separação entre o tempo da linearidade e o tempo da diacronia seja a massa falante.

No texto do *CLG*, o assunto é abordado da seguinte forma: “[...] *tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala*. É na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso” (SAUSSURE, 1995, p. 115 - destaque do autor). Entretanto, as inovações da fala somente são levadas em consideração por Saussure quando atingem a coletividade. Os atos de fala individuais não interessam ao estudo lingüístico. Só entrarão no campo de observação quando forem acolhidos pela coletividade.

O questionamento feito por Arrivé referente à possibilidade de unidade na concepção de tempo em Saussure contribui para nosso entendimento acerca do tema. No *CLG*, é possível verificar esta unidade ou correspondência em vários momentos em que as dicotomias são abordadas, conforme a citação acima. Embora Saussure (1995) afirme que as conseqüências

da diacronia são estranhas à sincronia, os elementos diacrônicos só podem ser vistos na linearidade sincrônica.

Conforme indica Lima Júnior (2006), mesmo que Saussure transmita seu ensino a partir de uma abordagem que privilegia a dualidade lingüística, sua concepção acerca do sistema lingüístico é formalizada, de modo tal que os elementos das dicotomias só têm sentido na medida em que são articulados uns com os outros. Portanto, a oposição referida por Saussure não pode ser interpretada com base na idéia de exclusão dos elementos dicotomizados/opositores. Pois é exatamente esta lógica de oposição que sustenta toda a teoria saussuriana, ou seja, “[...] a língua repousa sobre um certo número de *diferenças* ou de *oposições que ela reconhece*, sem se preocupar essencialmente com o valor absoluto dos termos opostos, que poderá variar consideravelmente, sem que o estado de língua seja destruído” (SAUSSURE, 2004, p. 37 – destaque do autor). É justamente o jogo de oposições que atribui um valor ao signo (ou ao fonema). Este valor é sempre relativo ao lugar ocupado na cadeia sincrônica. Ele depende da relação de diferença que um signo mantém com os demais. Desta forma, a oposição aqui não implica a anulação de um elemento do sistema pelo seu opositor, mas, ao contrário, a oposição é o que permite que seja demarcada a identidade dos diferentes elementos (Cf. SAUSSURE, 2004).

O percurso aqui realizado na busca do entendimento do par diacronia/sincronia introduz na discussão uma segunda dicotomia, considerada não menos importante por Saussure. Trata-se da identidade e da diferença.

1.3 A identidade e a diferença

O debate sobre a identidade e a diferença contribui para o entendimento acerca do signo saussuriano, bem como auxilia na compreensão a respeito da mutabilidade da língua, questão fundamental que orienta a hipótese desta pesquisa, a qual parte da consideração de que o tempo produz deslocamentos e mudanças no interior do signo e que, de forma análoga, o tempo promoveria a produção de novas significações para o sujeito em análise a partir do manejo do tempo feito pelo analista.

Como afirma Lima Júnior (2006, p. 35):

[...] a averiguação dessa dicotomia torna mais clara a natureza do debate da mutabilidade do signo na medida em que, mesmo uma mudança acentuada do significante ou do significado, a mutabilidade se dá dentro de um campo possível de laços identificatórios entre o elemento novo e o que sofreu mutação, onde mais uma vez se vê um jogo dialético.

A identidade e a diferença, embora sejam consideradas separadamente, mantêm entre si uma relação estreita, de solidariedade. É possível perceber a correlação existente entre estes dois princípios (identidade e diferença) no movimento de articulação entre os elementos idênticos e os diferentes em que se constata que a identidade serve de referência para que a diferença seja marcada e a diferença é o que permite pensar o princípio da identidade (LOPES, 1997).

O movimento da língua é constituído pela relação que permeia os diferentes elementos, e o valor de cada um dos elementos é determinado em relação aos demais elementos do sistema lingüístico. Desse modo, não se pode dizer que é o valor intrínseco dos signos que produz sentido, mas sua posição relativa. Por isso um termo não pode ser reduzido à união de um som com um conceito, pois esta definição o isolaria do sistema ao qual pertence. Deve-se considerar primeiramente que os elementos da língua mantêm entre si uma relação solidária, como indica Saussure:

A presença de um som, numa língua, é o que se pode imaginar de mais irreduzível como elemento de sua estrutura. É fácil mostrar que a presença desse som determinado só tem valor por oposição com outros sons presentes; e é essa a primeira aplicação rudimentar, mas já incontestável, do princípio das OPOSIÇÕES, ou dos VALORES RECÍPROCOS, ou das QUANTIDADES NEGATIVAS e RELATIVAS que criam um estado de língua (SAUSSURE, 2004, p. 27 - destaque do autor).

Quando Saussure (1995) trata do aspecto material do valor lingüístico, ele diz que são as diferenças fônicas (e não o som em si) que possibilitam a distinção de uma palavra em relação às demais, pois são elas que levam à significação. E não poderia ser de outra forma, visto que não existe uma imagem vocal mais apropriada que outra para representar uma idéia. Pensamos que esta noção pressupõe a idéia de Saussure, segundo a qual tudo na língua só pode ter como base a não coincidência com o resto, e que é nesse sentido que Saussure indica que *arbitrário* e *diferencial* são qualidades correlativas.

Esta correlação pode ser evidenciada na alteração dos signos lingüísticos, pois como salienta Saussure (idem, p. 137) “[...] é precisamente porque os termos *a* e *b* são radicalmente incapazes de chegar, como tais, até as regiões da consciência – a qual não percebe

perpetuamente mais que a diferença a/b – que cada um dos termos fica livre de se modificar conforme leis estranhas à sua função significativa.”⁸

Vale sublinhar que o princípio da arbitrariedade também é responsável pela relatividade do valor do signo e, se assim não fosse, a língua seria uma lista de termos empregados para nomear as coisas. A diferença dos termos que constitui o sistema de uma língua não corresponde às relações verdadeiras entre as coisas e, por esta razão, não há como aplicar termos a objetos definidos, sejam eles materiais ou não.

Mas não é apenas à diferença que Saussure atribui importância fundamental para a compreensão do signo lingüístico. Devemos lembrar que a diferença faz par com a identidade e que se trata de conceitos valiosos, como é salientado por Saussure (1995, p. 126) quando diz que “o mecanismo lingüístico gira todo ele sobre identidades e diferenças [...]”. Não por menos, Saussure defende que:

A noção de identidade será, em todas essas ordens, a base necessária, a que serve de base absoluta: é só por ela e com relação a ela que se chega a determinar, depois, as entidades de cada ordem, os termos primeiros que o lingüista pode, legitimamente, acreditar ter diante de si (SAUSSURE, 2004, p. 34).

Saussure (1995) constata que o valor de um signo é puramente diferencial e é definido não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente pelas relações que mantém com os outros termos do sistema. Trata-se de um princípio capital aplicado a todos os elementos materiais da língua, inclusive aos fonemas. “Os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas” (idem, p. 138). Então, parece-nos claro que, para Saussure, na língua só existem diferenças, e não se admite uma preexistência de idéias ou de sons no sistema lingüístico, apenas diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema. O que importa é o que existe em torno do signo, sua diferença em relação aos outros signos que estão ao seu redor.

Dessa forma, para Saussure (1995), não se pode falar em lingüística partindo da idéia de coisas existentes em si mesmas, como ocorre supostamente em outros domínios científicos. Não há como conceber os objetos na ciência da linguagem como dotados de realidade em si ou independentes de outros objetos, posto que não há qualquer substrato para a sua existência fora de sua diferença com os demais termos da língua. É a diferença recíproca que produz a existência de cada termo.

⁸ Discutiremos mais essa questão no tópico *Sobre o tempo e a arbitrariedade*.

Logo, não se admite a existência de entidades positivas, ao contrário, é na negatividade que o sistema lingüístico saussuriano se baseia. Considera-se a diferença de dois termos e não as propriedades de um termo. Como afirma Saussure (2004, p. 66) “A língua só se alimenta, em sua essência, de oposições, de um conjunto de valores perfeitamente negativos, que só existem por seu contraste mútuo”. De forma incisiva, o autor ratifica: “Se uma palavra não evoca a idéia de um objeto material, não há absolutamente nada que possa precisar seu sentido, a não ser por via negativa” (SAUSSURE, 2004, p. 69). Essas considerações de Saussure nos ajudam a compreender o seu posicionamento frente à linguagem, bem como sua conduta de oposição em relação à idéia de língua como nomenclatura.

Saussure trabalha com o conceito de diferença juntamente com a noção de negatividade e, nesse sentido, a negatividade de um signo em relação a um outro é o que possibilita a observação da diferença. O mesmo ocorre com o fonema em relação a outro fonema. No entanto, conforme Saussure, a negatividade absoluta só é válida se pensarmos em significante e significado de forma separada. Quando o signo é tomado em sua totalidade há algo de positivo a ser considerado:

Conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo; é mesmo a única espécie de fatos que a língua comporta, pois o próprio da instituição lingüística é justamente manter o paralelismo entre essas duas ordens de diferenças (SAUSSURE, 1995, p. 140).

A negatividade do signo existe quando ele se opõe ou se diferencia dos outros signos que estão em torno dele e é esta negatividade em relação aos demais signos que lhe confere uma identidade singular. No entanto, é necessário que se conceba uma positividade na relação entre o significante e significado, quando pensados no sintagma, para que não haja incompatibilidade entre os termos, comprometendo, desta forma, o circuito sintagmático.

1.4 Sobre o tempo e a arbitrariedade

No capítulo sobre a *Natureza do signo lingüístico*, Saussure faz uma crítica aos lingüistas que viam a língua como nomenclatura, isto é, “uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas” (SAUSSURE, 1995, p. 79) e afirma que esta concepção

nos dá a falsa idéia de que o vínculo entre a palavra e a coisa constitui uma operação muito simples, o que não é verdade, posto que a unidade lingüística é constituída pela complexa união de dois termos e que são “ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação” (SAUSSURE, 1995, p. 80). Então, não se pode dizer que o signo lingüístico une uma coisa e uma palavra, mas sim que o signo lingüístico une um conceito e uma imagem acústica. E sobre esta, Saussure toma o cuidado de se fazer entender, explicando que a imagem acústica não deve ser tomada no sentido do som material, mas da impressão psíquica do som, ou seja, a imagem de que se trata é sensorial. O autor indica que o caráter psíquico das imagens acústicas pode ser observado, por exemplo, no ato de falarmos conosco em pensamento ou recitarmos mentalmente um poema.

Nessa perspectiva, para Saussure (1995), o signo lingüístico é uma entidade psíquica de duas faces – conceito e imagem acústica – elementos que apresentam íntima relação entre si. De acordo com o CLG, Saussure teria considerado que esta definição provocava certa confusão terminológica porque, no uso corrente, o signo designa apenas a imagem acústica, ou seja, é esquecido que a imagem acústica está atrelada a um conceito.

Esta definição suscita uma importante questão de terminologia. Chamamos *signo* a combinação do conceito e da imagem acústica: mas, no uso corrente, esse termo designa geralmente a imagem acústica apenas, por exemplo uma palavra (*arbor* etc.). Esquece-se que se chamamos a *arbor* signo, é somente porque exprime o conceito “árvore”, de tal maneira que a idéia da parte sensorial implica a do total (SAUSSURE, 1995, p. 80).

Para solucionar a ambigüidade que envolve as três noções – signo, imagem acústica e conceito – é proposta a designação de nomes que assinalam tanto a relação entre eles quanto a oposição que lhes é conferida. Desse modo, o termo “signo” é mantido para designar o total, enquanto “conceito” e “imagem acústica” são substituídos por “significado” e “significante”, respectivamente, marcando a oposição entre estes dois termos e entre estes e o signo.

Assim definido o signo lingüístico, Saussure anuncia a arbitrariedade do signo como um princípio primordial que domina toda Lingüística da língua e produz inúmeras conseqüências, embora nem todas sejam evidentes e exijam um olhar mais criterioso sobre o funcionamento da língua para que se possa percebê-las e, junto a isso, constatar a importância do princípio.

Ainda conforme o CLG, Saussure afirma que “o laço que une o significante ao significado é arbitrário” (SAUSSURE, 1995, p. 81) ou, simplesmente, “o *signo lingüístico* é *arbitrário*” (SAUSSURE, 1995, p. 81 – destaque do autor). Saussure esclarece que não há

relação alguma entre o significado de uma palavra e a seqüência de sons que representa seu significante, apontando como argumento o fato de haver diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes. O autor exemplifica: “o significado da palavra francesa *boeuf* (‘boi’) tem por significante b-ö-f de um lado da fronteira franco-germânica, e o-k-s (Ochs) do outro” (SAUSSURE, 1995, p. 82).

Contudo, se para os redatores do CLG a confusão se desfez a partir de uma nova terminologia, para Bouquet (2004, p. 228), aí se encontra a razão do mal-entendido do arbitrário do signo, que se tornou motivo de intermináveis debates baseados no texto do CLG. Conforme Bouquet, Saussure, durante suas aulas e também em seus escritos, empregava o termo “signo” em duas acepções: uma designando a entidade lingüística global, constituída de duas faces, uma fonológica e outra semântica; e outra denominando apenas a face fonológica.

A definição dos termos era uma questão que persistia e incomodava Saussure. Bouquet (2004) afirma que, no último *Curso de Lingüística Geral*, na aula de 2 de maio de 1911, quando Saussure enuncia que o signo lingüístico é arbitrário, ele ainda estava às voltas com o problema:

Uma questão que confessamos não conseguir resolver é chegar a um entendimento neste ponto: chamaremos de *signo* o total, a combinação do conceito com a imagem [acústica]? Ou a própria imagem acústica [...] pode se chamar *signo*? [...] Seria preciso dispor de duas palavras diferentes. Nós faremos o possível para evitar as confusões, que poderiam ser muito graves (SAUSSURE apud BOUQUET, 2004, p. 230).

Bouquet (2004) acrescenta que, apenas em 19 de maio de 1911, Saussure vai introduzir o par significante-significado, com o propósito de eliminar a ambigüidade de seu enunciado “o signo lingüístico é arbitrário”, substituindo também a própria frase por outra “o vínculo que liga um significado a um significante é arbitrário”. Entretanto, Saussure irá concluir que qualquer denominação é passível de equívoco “Não importa que termo se escolha (*signo*, *termo*, *palavra*, etc.), ele escorregará de lado e correrá o perigo de designar apenas uma parte. É até mesmo provável que não possamos ter esse termo” (SAUSSURE apud BOUQUET, 2004, p. 231).

A partir do que Bouquet apresenta, podemos ver que, no CLG, no que diz respeito ao signo lingüístico, tanto o problema colocado por Saussure, como a evolução de seu pensamento foram ocultados, prejudicando o entendimento sobre o princípio da arbitrariedade. Este conceito é de nosso interesse porque é em decorrência da arbitrariedade que a língua pode mudar como veremos adiante.

Bouquet (2004) esclarece que os redatores do *CLG* substituíram o par significante-significado retroativamente a todo o texto, ou seja, a primeira vez que Saussure empregou o par significante-significado foi na aula de 19 de maio, mas a retificação já se encontra desde as aulas de 2 a 12 de maio, que se referem ao arbitrário: “Natureza do signo linguístico”, “As entidades concretas da língua”, “As entidades abstratas da língua”, “Arbitrário absoluto e arbitrário relativo”.

De acordo com Bouquet (2004), trata-se de uma substituição inadequada e que distorce o pensamento saussuriano, porque no *CLG*, o signo é considerado como uma entidade global, mas nos manuscritos, naquele momento, o termo “signo” designava o significante, pois ainda não havia sido introduzido, por Saussure, o par significante-significado. Dito de outro modo, o texto de 1916 dá a entender que Saussure se referia, em suas aulas sobre o arbitrário do signo, a uma propriedade global da entidade lingüística, mas Saussure se posicionava do ponto de vista do significante para falar que não existe nenhuma ligação analógica deste com o significado que representa. Logo, para Bouquet (2004), o que é considerado no *CLG* como arbitrário do signo é, na verdade, arbitrário do significante.

Saussure é cuidadoso com relação à interpretação que pode ser dada à palavra arbitrário: “Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala” (SAUSSURE, 1995, p. 83). Veremos adiante que a liberdade do indivíduo é bastante limitada, uma vez que ele está inserido numa comunidade lingüística; o que Saussure quer dizer é que o significante é imotivado, ou seja, arbitrário em relação ao significado, com o qual não apresenta nenhum vínculo natural. Saussure preocupa-se ainda em traçar a diferença entre símbolo e signo ao considerar que a palavra “símbolo”, empregada anteriormente para designar o signo lingüístico, não era apropriada, tendo em vista que o símbolo não é completamente arbitrário; aliás, é próprio do símbolo não estar vazio, ao contrário, ele sustenta um vínculo entre o significante e o significado. Como exemplo, Saussure cita a balança representando o símbolo da justiça e afirma que não poderia ser outra coisa a representá-la (SAUSSURE, 1995).

Para Saussure (2004), a língua é um produto social, e é somente na coletividade que um sistema de signos merece este nome, porque é quando o signo está em circulação que ele sai do domínio individual e nasce para o social. Como patrimônio da coletividade, ninguém tem controle sobre ele.

No capítulo sobre a *Imutabilidade e Mutabilidade do Signo*, Saussure (1995) apresenta pelo nome de “a carta forçada”, a incapacidade do falante de escolher livremente um significante para representar uma idéia, já que, para se fazer entender, é necessário que sejam

utilizados significantes empregados pela comunidade lingüística de que se faz parte. Por essa razão, podemos afirmar que é impossível um falante sozinho modificar a língua.

Um indivíduo não somente seria incapaz, se quisesse, de modificar em qualquer ponto a escolha feita, como também a própria massa não pode exercer sua soberania sobre uma única palavra: está atada à língua tal qual é (SAUSSURE, 1995, p. 85).

Nesse sentido, não podemos afirmar que a língua é um simples contrato, tendo em vista que o que é contratado é questionado e pode ser alterado conforme a insatisfação das partes envolvidas. Além disso, segundo Saussure, não se conhece na história nenhum registro de insatisfação de um sujeito com relação à sua língua materna. Tal percepção leva Saussure a colocar a língua do lado da Lei, que não se questiona, mas se cumpre; não se discute, apenas se aceita.

Saussure (1995) adverte que a língua escapa à vontade do sujeito e disso tira importantes conseqüências. Deve-se ter em mente que a língua nos é apresentada como uma herança da geração anterior, mas isso não significa que em dado momento tenha se estabelecido um contrato entre as palavras e as coisas. Para Saussure, essa idéia advém do sentimento vivo do caráter arbitrário do signo, porém se trata de um momento mítico, como ele afirma:

O ato pelo qual, em dado momento, os nomes teriam sido distribuídos às coisas, pelo qual um contrato teria sido estabelecido entre os conceitos e as imagens acústicas – esse ato podemos imaginá-lo, mas jamais foi ele comprovado. A idéia de que as coisas poderiam ter ocorrido assim nos é sugerida por nosso sentimento bastante vivo do arbitrário do signo (SAUSSURE, 1995, p. 86).

Saussure sugere que um estado de língua é sempre produto de fatores históricos e que são esses fatores que fornecem a explicação a respeito da imutabilidade do signo, pois há uma resistência por parte da comunidade em fazer qualquer substituição. Mas Saussure não se satisfaz com a própria explicação da imutabilidade do signo ser decorrente da herança da língua e questiona: “Não se podem modificar, de um momento para outro, leis existentes e herdadas?” (SAUSSURE, 1995, p. 86).

Tal questionamento leva Saussure a situar a língua em seu quadro social e a formular a questão sobre a imutabilidade partindo da transmissão de outras instituições sociais. Saussure (1995) sugere que seja feita uma avaliação sobre a liberdade com que se manejam as outras instituições (pais, casamento, religião, etc.) e aponta para o fato de que, para cada uma delas,

o equilíbrio entre a tradição imposta (herança) e a ação desvincilhada da sociedade (ato individual) é diferenciado. Deve ser investigado ainda por que, para determinada instituição, é atribuído maior ou menor valor à tradição do que para outras.

Por fim, Saussure lança a pergunta que define aonde realmente quer chegar: “[...] por que o fator histórico da transmissão a domina totalmente e exclui toda transformação lingüística e repentina?” (SAUSSURE, 1995, p. 86). Saussure diz que as modificações da língua não estão relacionadas à sucessão de gerações, posto que em cada época há indivíduos de todas as idades fazendo uso da língua diariamente. O autor fala ainda que há um esforço grande investido no aprendizado da língua materna e que isso impede uma transformação geral. Porém Saussure acrescenta que tais argumentos são pouco específicos e propõe o desenvolvimento de quatro noções que ele chama de mais essenciais e diretas, das quais derivam todas as outras. São elas: “O caráter arbitrário do signo”; “A multidão de signos necessários para constituir qualquer língua”; “O caráter demasiado complexo do sistema”; “A resistência da inércia coletiva a toda renovação lingüística” (SAUSSURE, 1995).

O caráter arbitrário do signo é apontado como um fator que protege a língua de qualquer tentativa de mudança, pois os indivíduos não têm consciência das leis da língua e, mesmo que tivessem, não teriam motivo para questionar se um significante seria mais adequado que outro para representar tal significado; além disso, os fatos lingüísticos não estimulam o senso crítico das pessoas porque geralmente elas estão satisfeitas com a língua que receberam. Isso não ocorre do mesmo modo que em outras instituições, como o casamento, em que se discute qual a forma mais adequada, a monogâmica ou a poligâmica. Na visão de Saussure (1995), na língua, enquanto sistema de signos arbitrários, não cabe esse tipo de discussão, pois faltam parâmetros.

Outro dado importante é que qualquer língua é constituída por uma infinidade de signos. Pode-se pensar em substituir um sistema de escrita, tendo em vista que ele é composto por um número limitado de letras, mas não há como substituir uma língua, pois os signos lingüísticos são inumeráveis.

O caráter demasiado complexo do sistema também é relevante para a reflexão: a língua constitui um sistema complexo. Assim, como será visto adiante, a complexidade do mecanismo sistêmico marca tanto a relativa arbitrariedade do sistema, quanto a falta de competência da comunidade para transformar a língua, pois uma transformação dessa ordem exigiria a intervenção de especialistas; no entanto, todas as tentativas nesse sentido fracassaram (Cf. SAUSSURE, 1995).

Saussure destaca “a resistência da inércia coletiva a toda renovação lingüística” como sendo a consideração de maior importância, porque a língua está ao alcance de todos, é disseminada e manejada pela massa a todo instante. Neste sentido, é muito diferente das outras instituições, posto que “as prescrições de um código, os ritos de uma religião, os sinais marítimos” (SAUSSURE, 1995, p. 88), envolvem um número restrito de pessoas e por um tempo limitado; enquanto a língua é influenciada incessantemente por todos, o que impede uma revolução. Das instituições sociais, a língua é a que menos permite iniciativas. “A língua forma um todo com a vida da massa social e esta, sendo naturalmente inerte, aparece antes de tudo como um fator de conservação” (SAUSSURE, 1995, p. 88).

No entanto, esse caráter de fixidez da língua não é apenas devido à sua ligação com a coletividade. Saussure nos ensina que devemos acrescentar às forças sociais, a influência do tempo, já que é no tempo que a língua está situada. “A todo instante, a solidariedade com o passado põe em xeque a liberdade de escolher” (SAUSSURE, 1995, p. 88). Isso nos permite pensar que, se a convenção arbitrária concebe a livre escolha, o tempo fixa os limites dessa liberdade. “Justamente porque o signo é arbitrário, não conhece outra lei senão a da tradição, e é por basear-se na tradição que pode ser arbitrário” (SAUSSURE, 1995, p. 88).

Mas, essa perspectiva do tempo histórico, em que se manifesta um compromisso com o passado e assegura a continuidade da língua, não é a única de Saussure. O autor apresenta também outro aspecto do tempo: o de alterar a língua. É por essa razão que a arbitrariedade é apontada como um fator que favorece tanto a mutabilidade quanto a imutabilidade da língua. É porque a língua é transmitida de geração em geração, que ela continua e é porque ela continua que se modifica. Dito de outro modo, o caráter arbitrário do signo é o que possibilita a mudança, mas também é o que protege a língua de uma mudança repentina.

Saussure (1995) adverte que a alteração no tempo assume diversas formas e que não pode haver equívoco no sentido do termo “alteração”. É insuficiente pensar apenas nas transformações fonéticas (do significante) ou nas transformações do conceito (significado). Qualquer alteração, não importa se é isolada ou combinada, provoca sempre um deslocamento na relação entre o significado e o significante. “Uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante. É uma das conseqüências da arbitrariedade do signo” (SAUSSURE, 1995, p. 90).

As outras instituições (os costumes, as leis, etc.), em graus diferentes, estão fundamentadas no que Saussure chama de “relação natural” entre as coisas, ou seja, existe uma ligação declarada entre seus elementos, uma razão de ser, uma necessária adequação entre os recursos utilizados e os objetivos visados. A moda, por exemplo, embora pareça

inteiramente arbitrária, não o é, pois está limitada à forma e à proporção do corpo humano, como afirma Saussure.

Mas a língua é uma instituição que foge à regra, haja vista que ela “não está limitada por nada na escolha de seus meios, pois não se concebe o que nos impediria de associar uma idéia qualquer com uma seqüência qualquer de sons” (SAUSSURE, 1995, p. 90). É a arbitrariedade que marca a fundamental diferença entre a língua e as outras instituições. A língua está situada simultaneamente na massa social e no tempo e disso se pode deduzir que, de um lado, ninguém tem poder para modificar nada na língua e, de outro, o caráter arbitrário do signo permite que se estabeleça, livremente, uma relação entre o som e qualquer idéia.

Desse modo, a transformação da língua implica, necessariamente, a circulação do signo na massa social em confluência com a marcha do tempo. Um indivíduo isolado durante séculos, não provocaria alteração na língua, assim como a comunidade lingüística, sem a influência do tempo, não causaria nenhum efeito na língua. O tempo é que possibilita que as forças sociais atuem sobre a língua ⁹, permitindo a continuidade, e desta advém necessariamente o deslocamento das relações, isto é, a alteração lingüística.

1.5 Imutabilidade e mutabilidade da língua

A idéia difundida na época em que Saussure realizava as conferências em Genebra era a de que a língua é um organismo vivo, que nasce, cresce e morre e Saussure procura contestar com veemência essa concepção, pois, para ele, não se trata de uma existência independente do homem.

Não, a língua não é um organismo, ela não é uma vegetação que existe independentemente do homem, ela não tem uma vida que implique um nascimento e uma morte. [...] a língua não é um ser organizado, ela não morre por ela mesma, ela não definha, ela não cresce, na medida em que não tem uma infância, assim como não tem uma idade madura ou uma velhice e, por fim, ela não nasce, como vamos ver. (SAUSSURE, 2004, p. 135).

O nascimento de uma língua exige uma iniciativa por parte de uma população, necessitando, no entanto, que a mesma esteja insatisfeita com sua língua materna, o que nunca

⁹ Importa registrar que Saussure já pensava na imutabilidade e mutabilidade da língua numa perspectiva dialética e não paradoxal, desde a Segunda Conferência de Genebra, em 1891.

se constatou em parte alguma e, mesmo ocorrendo uma iniciativa dessa ordem, a resistência da massa em renunciar a seu idioma impediria que a língua se espalhasse (SAUSSURE, 2004).

Saussure critica a visão comparativista da língua mãe, em que se buscava a origem da língua: “Não existem línguas filhas nem línguas mães, não existem em parte alguma e nem jamais existiram” (SAUSSURE, 2004, p. 134). O que há, em qualquer região, é um estado de língua que se transforma lentamente com o passar do tempo. Deste modo, não se pode afirmar, por exemplo, que a língua francesa vem do latim, mas que é o latim, falado numa data determinada e em determinados espaços geográficos. Também não existe uma morte natural da língua, pois uma língua só pode ser extinta por uma força exterior aos fatos da linguagem, isto é, pelo extermínio da população que a fala ou pela imposição de um novo idioma pertencente a um povo que exerça dominação política, econômica e que possua maior organização social, de modo a impor a mudança da língua por meio do controle da vida de cada indivíduo. Nesse caso, a escrita pode ser um meio eficaz para consolidar a mudança, quando imposta na escola, na igreja e nas instituições públicas e privadas. Apesar de não garantir a mudança, aumenta a possibilidade de ocorrer, o que historicamente se observa com os negros do Haiti que falam francês.

Portanto, Saussure define como princípio elementar e essencial da língua o princípio da continuidade no tempo que se dá pela transmissão do falar humano. Assim, não importa as condições em que vive um povo – se na paz ou na guerra, se isolado ou em grandes centros – ele pode mudar de forma repentina de religião, de idéias, de estado social e de civilização, pode mudar de pátria e de clima, pode mudar inclusive de língua - neste caso, adotando a de um outro povo – “mas jamais em parte alguma se conhece, historicamente, uma ruptura na trama contínua da linguagem.” (SAUSSURE, 2004, p. 133).

Saussure lança um questionamento importante a respeito da língua “se é verdade que a língua do dia seguinte sempre existiu na véspera, da mesma forma, pergunta-se como é que não falamos hoje o latim que falava Júlio César?” (SAUSSURE, 2004, p. 136). Saussure explica, por analogia a uma exposição de 480 retratos fotográficos do excêntrico Boguslawski (que durante 20 anos, no primeiro e no décimo quinto dia de cada mês, colocava-se na mesma pose para ser fotografado, em prol da ciência) que ao comparar duas fotografias contíguas quaisquer, não se percebe diferença alguma entre os Boguslawski, mas quando se compara as fotografias de número 480 e a de número 1, são vistos dois Boguslawski. Saussure argumenta:

[...] se tivesse sido possível não fotografar, mas fonografar dia-a-dia, desde a origem, tudo o que foi expresso em fala sobre o globo ou sobre uma parte do globo, as imagens de língua seriam sempre semelhantes de um dia para o outro, mas consideravelmente diferentes e, às vezes, incalculavelmente diferentes de 500 em 500 anos ou mesmo de 100 em 100 anos. (SAUSSURE, 2004, p. 137).

O que podemos concluir é que o observador não percebe que a língua está se modificando dia-a-dia, porque para que a diferença seja constatada, isto é, para que a transformação da língua seja considerada como fato, é necessário que um tempo tenha transcorrido. Embora Saussure não tenha precisado o tempo mínimo para tal constatação, em seu texto lê-se sempre um tempo igual ou superior a 100 anos. Portanto, a única forma de se confirmar se, de fato, uma língua mudou, é com um estudo que remonta ao passado.

Com o exemplo da fotografia, Saussure introduz o segundo princípio: o movimento da língua no tempo, isto é, a língua se transforma no decorrer do tempo, movimento este que não entra em conflito com o primeiro princípio – unidade da língua no tempo – porque há transformação na língua, mas não há produção de um elemento lingüístico novo de forma repentina. Os dois princípios, continuidade e mutabilidade da língua, longe de serem contraditórios, mantêm uma estreita relação um com o outro, como mostra Saussure:

Esses dois princípios, da continuidade e da mutabilidade da língua, longe de serem contraditórios, estão em correlação tão estreita e tão evidente que, quando temos vontade de menosprezar um deles, ofendemos o outro, ao mesmo tempo, e inevitavelmente, sem nem mesmo pensar nele. (SAUSSURE, 2004, p. 137).

Saussure fala da condição da língua no tempo e se esforça por fazer entender que uma língua não sucede a uma outra, que o francês não sucedeu ao latim, por exemplo, mas que se trata de uma sucessão imaginária, de um ato humano que introduz uma divisão de forma arbitrária e convencional, separando o mesmo idioma, dando-lhe duas nomeações. O autor compara a pretensa sucessão do latim pelo francês com uma rua muito longa, em que se discute, nos conselhos municipais, se será dado apenas um nome em todo seu comprimento ou se dividirão a rua em partes e a cada uma delas será oferecido um nome. Saussure argumenta: “podemos dar um nome só ao período de vinte e um séculos, denominando-o *latim* – ou então dois nomes, denominando-o *latim* e *francês* – ou então três nomes, denominando-o *latim*, *românico* e *francês*”. (SAUSSURE, 2004, p. 143 – itálicos do autor).

Depois de expor o tempo como primordial para mudança da língua, Saussure introduz a noção de que a língua também se diferencia ou se diversifica no espaço. Ele diz que uma

língua não é idêntica a si mesma quando considerada em duas datas diferentes ou em dois pontos de seu território.

A combinação do dado cronológico com o dado geográfico mostra que:

[...] não nos encontramos, quase nunca, em lingüística, diante de um primeiro termo A refletido, alguns séculos depois, em um termo B; mas diante de um primeiro termo A que repercute, alguns séculos depois, em B' B'' B''' B''''... Por exemplo, se em um momento dado, se fala o idioma A em Genebra, o mesmo idioma A em Lyon, o mesmo idioma A em Bourges ou Paris, ao fim de duzentos ou trezentos anos, não haverá em parte alguma, um idioma que se possa chamar de B com relação a A, mas de B' em Genebra, B'' em Lyon, B''' em Bourges, B'''' em Paris, por oposição ao A idêntico do ponto de partida. (SAUSSURE, 2004, p. 145).

Com essa concepção, Saussure contrapõe-se à idéia que dominava os estudos lingüísticos da época, de que a diferença entre as línguas se dá pela separação geográfica. Isso significa dizer que o fato de haver uma delimitação territorial não determina que de um lado da fronteira se fale uma língua e, do outro, fale-se outra língua. Como afirma Saussure (2004), não há um lugar preciso em que começa uma língua e termina outra, e a prova disso é a existência dos dialetos nas regiões fronteiriças, que não existem geograficamente, mas que se observa ali a existência de uma língua específica da região (de fronteira). Saussure diz que “O princípio pelo qual não há um lugar preciso em que começa uma língua e termina outra é o mesmo que determina que cada uma delas seja subdividida em dialetos”. (SAUSSURE, 2004, p. 272).

Assim, as diferenças geográficas devem ser explicadas da mesma forma que se explicam as diferenças da língua em função do tempo, tendo em vista que, em cada parte de um território, há modificação apenas com o decorrer do tempo. Sendo dada uma superfície geograficamente determinada e unilíngüe no momento A, pode-se evidenciar que, no momento B, haverá um outro estado de língua mais ou menos modificado com relação ao momento A, em conseqüência do tempo, ou seja, do princípio de que a língua se modifica no tempo. Mas observa-se que a modificação não ocorre de modo uniforme em toda a superfície e a conseqüência que se tira disso é que “à modificação no tempo corresponde sempre, simultaneamente, uma diversificação no espaço.” (SAUSSURE, 2004, p. 267).

Saussure diz ainda que a diversificação de uma língua originalmente una, que se fraciona em muitas línguas, não tem relação direta com o trânsito das pessoas e que o fenômeno acontece independente do deslocamento da população. A pluralidade da língua é apresentada claramente a qualquer um que passe de um país a outro. Tal diversidade

geográfica é um fato que se impõe não só ao lingüista, mas a qualquer observador, já a variação da língua no tempo é mais difícil de perceber.

Podemos afirmar que o tempo é o principal fator de mudança na língua. Embora outros fatores possam produzir a aceleração no processo de mudança, como os períodos agitados pelas guerras, pelas agitações civis, pelas crises nacionais, mas isso não é uma condição para a mutabilidade da língua. Basta considerar um período de tempo, 200 anos, por exemplo, para se verificar que a língua não será mais a mesma, não será idêntica a ela mesma na outra extremidade delimitada. Assim a língua não será modificada uniformemente em todo seu território.

Saussure (2004) diz que uma população que ocupa uma área geograficamente contínua está sujeita, simultaneamente, a dois fatores contrários, que são: a força de campanário, de um lado, e a força do intercuro, do outro. A primeira está relacionada a uma força que impede que os hábitos de um indivíduo ou de um grupo de pessoas que ocupa um vilarejo passem para a coletividade, ou seja, que se espalhem para a massa. Esta força marca a diferença da língua de um ponto para outro, tendendo à particularização, o que resulta na divisão lingüística. Enquanto que a segunda – a força do intercuro – refere-se à propagação dos hábitos pelo deslocamento das pessoas para outras comunidades, bem como a recepção de visitantes; essa força é o que cria coesão e unifica a língua.

Desse modo, quando em algum ponto nasce um fenômeno de inovação da língua, duas situações podem ocorrer: ser eliminado durante sua circulação, ou se espalhar devido à força propagadora do intercuro, e as duas situações restabelecem a unidade da língua. As duas forças estão em constante tensão e não há como prever, em cada caso, quais dessas forças atuarão e com que intensidade.

O esforço que Saussure despende para dar ao estudo da língua uma outra visão, que não a dos comparativistas, leva-o a buscar o apoio da geometria para demonstrar a relação espaço-tempo. Saussure propõe que o espaço seja representado, graficamente, na verticalidade e não na horizontalidade como o tempo, traçando dois planos paralelos e indicando de que modo a ação do tempo provoca modificações desiguais em cada região.

Saussure (2004) vai construindo, passo a passo, o seu método para que seja possível visualizar a influência do tempo no espaço. O plano superior representa a língua una, considerada em dado momento, isto é, sem a interferência do tempo. No plano inferior, está a língua modificada pela ação do tempo.

Figura 1

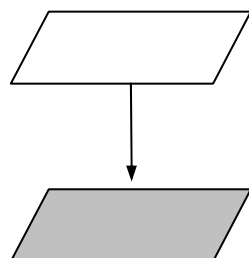
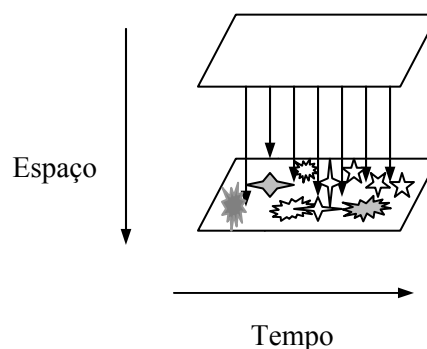


Figura 2



Fonte: (SAUSSURE, 2004, p. 270).

Saussure chama de “caso incomum” o caso em que, com o passar do tempo, a língua é modificada igualmente em todo o território (Figura 1) e denomina de “caso real”, o caso em que a língua se modifica, em função do tempo, de forma diferente em cada ponto, formando a variedade de dialetos (Figura 2). Assim, “Uma superfície geográfica unilíngüe é fatalmente destinada a se tornar uma superfície multilíngüe por fracionamento da língua primitiva.” (SAUSSURE, 2004, p. 275).

Para que possamos acompanhar melhor o raciocínio de Saussure, imaginemos um feixe de luz sobre um primeiro plano; luz que transpassa e se projeta no plano inferior, livre de qualquer obstáculo, de qualquer interferência. Seguramente, o segundo plano será iluminado uniformemente (Figura 1). O mesmo não ocorrerá se considerarmos um plano inferior submetido a alguma interferência que, no caso, é o movimento do tempo (Figura 2). Basta que se dê ao espaço um tempo suficiente e, ao tempo, um espaço geográfico, afirma Saussure, para se concluir que, invariavelmente, o resultado não será: $a \rightarrow b$, mas, $a \rightarrow b'$, b'' , b''' .

O espaço é delimitado por uma verticalidade. É preciso lembrarmos que para dividir um terreno são fincadas estacas em toda sua extensão e, assim, permanece imóvel, a menos que um ato humano altere, propositalmente, as medidas do terreno; ou que a ação do tempo o modifique. O espaço não se altera por si só. Já o tempo, não precisa de nada para fazê-lo correr. É da sua natureza. O sol nasce e se põe.

Talvez possamos representar o espaço como um plano bem delimitado, definido. O acontecimento que provoca a mudança, como uma força que rompe o plano em sua

verticalidade. E o tempo que, correndo no sentido horizontal, dispersa tal mudança. Esse plano dispõe de uma língua sistematizada e, quando alguma força o transpassa, faz corte, provocando mudança. Esse sistema se reorganiza, absorvendo os novos significantes produzidos a partir do acontecimento.

Saussure recorre a várias metáforas para fazer entender a mutabilidade da língua. A mais bela delas é a metáfora do barco no mar:

A língua, ou o sistema semiológico, qualquer que seja, não é um barco no estaleiro, mas um barco lançado ao mar. Desde o instante em que ele tem contato com o mar, é inútil pensar que é possível prever seu curso sob o pretexto de que se conhece exatamente as estruturas de que ele se compõe, sua construção interior segundo um plano. (SAUSSURE, 2004, p. 248)

Assim como não se pode revelar o que é um barco sem que ele esteja lançado ao mar, também não há como estudar a língua fora da coletividade. Deste modo, Saussure substitui o barco pela língua; e o mar, pela coletividade. Acrescenta-se, aqui, a onda, para representar as forças de campanário e do intercuro – forças contrárias, que garantem o restabelecimento da língua. A força de campanário, sendo a onda que afunda o barco, fazendo-o desaparecer, antes que complete seu curso. Aqui, o barco representa um elemento lingüístico novo, rejeitado pela coletividade, marcando a diferença da língua de uma região para outra. A força do intercuro, por outro lado, pode ser representada por uma forte onda que arrasta o barco até a praia, onde a onda morre. Morte que significa vida para o elemento lingüístico, já que ele atravessa o mar da coletividade, propagando a inovação, integrando-se, possibilitando a unidade da língua. Todavia, não há como prever, nem controlar o resultado. Depende da força (de campanário e do intercuro) com que a onda e o barco defrontam-se. É importante sublinhar que, durante todo o processo, é necessário que um tempo transcorra para que a mudança seja constatada. Saussure diz que:

[...] se o meio da coletividade modifica tudo para o sistema de signo, ele é também, desde a origem, o verdadeiro ambiente de desenvolvimento a que tende, desde seu nascimento, um sistema de signos: um sistema de signos feito para a coletividade, como o barco para o mar. (SAUSSURE, 2004, p. 249).

Essa metáfora nos chama a atenção pelo interesse na articulação do tempo da língua com o tempo analítico. Nesse sentido, a partir da metáfora saussuriana, já com as reflexões realizadas no âmbito da língua, propomos uma analogia com a sessão psicanalítica: o barco

passa a ser representado pelo discurso do sujeito em análise, lançado ao mar de associações, em que se vê todo aquele que entra no espaço analítico.

O corte na fala do analisante, realizado pela intervenção do analista, é o acontecimento que vem de forma vertical e provoca um hiato no discurso que segue uma linearidade. Tal intervenção interrompe a cadeia de significantes, produzindo ondas de trabalho e resistência, forças que lutam por restabelecer a unidade do discurso: o sentido. Aqui, também não há como prever, nem controlar, o resultado do trabalho inconsciente do analisante. Só após um período de tempo é que será possível verificar as conseqüências do ato analítico na cadeia signifiante, isto é, as ressignificações realizadas pelo analisante. Não há como ter controle sobre as produções significantes realizadas pelo analisante, assim como também não há controle sobre a língua, quando um elemento novo entra na coletividade.

Conforme indica Saussure (apud STAROBINSKI, 1974), nenhum símbolo ou signo existe senão quando colocado em circulação e o mesmo deve ser pensado a respeito das lendas durante sua transmissão, porque cada personagem de uma lenda é um símbolo e pode, portanto, variar. Tal variação pode ocorrer no nome do personagem, em sua posição em relação aos outros personagens, em seu caráter, em sua função ou atos. Não importa o elemento que sofreu a alteração, esta poderá afetar todo o drama com o passar do tempo. Pensamos que isso mostra que é a relação, isto é, a imersão na massa social, que faz com que a identidade dos elementos atualizados seja relativa. As narrativas lendárias ao serem transmitidas, transformam-se. Não existe apenas uma forma de se contar uma história e esta tende a modificar-se conforme o modo de ser transmitida. No entanto, Saussure sublinha que:

[...] não se deve jamais desconfiar, salvo caso particular, da intenção do autor ou do narrador de seguir aquilo que era dito, antes dele, na medida em que isto é possível, e é neste sentido que uma profunda tendência conservadora reina em todo o mundo da lenda (SAUSSURE apud STAROBINSKI, 1974, p. 16).

O principal fator que provoca mudança na lenda é a imaginação do narrador quando lhe falta memória. Ou seja, quando o narrador esquece algum elemento da narrativa, ele vai colocar ali algo de sua subjetividade. Embora não haja a intenção de alterar a lenda, quando o narrador é tomado por um lapso de memória, vê-se obrigado a preencher a lacuna que se formou e, para isso, utiliza-se de conteúdos de sua imaginação. Do mesmo modo acontece no domínio lingüístico, isto é, a falta de memória pode provocar a criação de novos elementos lingüísticos. Como mostra Saussure:

[...] vê-se florescer exatamente do mesmo modo toda uma categoria de formações engenhosas provocadas pela *falta de memória*. Trata-se de domínios léxico-gráficos como aqueles dos nomes de plantas, nomes de minerais, nomes de bichinhos: conhecidos somente [espaço] sendo apenas parcialmente aprendidos pela massa dos falantes e então, sem que o nome deixe de ser transmitido, é submetido a uma lei de transmissão completamente diferente daquela da palavra comum, e que resulta nas séries de etimologias populares *compactas* (SAUSSURE apud STAROBINSKI, 1974, p. 14).

Assim, Saussure propõe uma aproximação entre a vida da língua e a vida da lenda, referindo que aquilo que faz a nobreza tanto da lenda como da língua é que apesar de as duas se servirem apenas de elementos colocados diante delas e com um sentido qualquer, este sentido não permanece. Seja na transmissão da lenda ou da língua (circulação dos signos lingüísticos na massa falante) há continuamente a produção de um sentido novo. Nessa perspectiva, Saussure (apud STAROBINSKI, 1974, p. 16) afirma: “[...] não vemos, em parte alguma, florescer algo que não seja a comunicação de elementos inertes, e não vemos em parte alguma que a matéria seja outra coisa senão o alimento contínuo que o pensamento digere, ordena, comanda, mas sem poder dele prescindir”.

Por isso, Saussure não acredita que o sentido de uma lenda permanece, isto é, que a lenda carregue, através dos séculos, o mesmo sentido desde sua origem; pois, se for dada a algumas pessoas a tarefa individual de combinar alguns elementos materiais, o sentido será mudado em pouco tempo.

É nessa perspectiva que Starobinski (1974) afirma que é necessário considerar o sentido como um produto que varia conforme seu emprego e não como algo dado *a priori*. Esta afirmação de Starobinski é de grande importância para pensarmos a nossa questão de que o corte no tempo do discurso do analisante, feito pelo analista, pode provocar novas significações. Discutiremos sobre isso no terceiro capítulo dessa dissertação.

Em resumo, embora Saussure priorize o fator tempo no processo de transformação da língua, ele também deixa claro que é necessário para que ocorra a mutabilidade que os signos lingüísticos estejam em circulação na massa falante. Assim sendo, devemos considerar três fatores para que ocorra a mutabilidade da língua: 1. o tempo; 2. a massa falante e 3. a circulação dos signos (ou transmissão da língua).

É justamente na combinação desses três fatores que é possível pensar em uma aproximação entre a Lingüística e a Psicanálise, visto que, para que haja a produção de novas significações para o sujeito em análise, é preciso considerar 1. o fator tempo; 2. analisante e

analista (representando a massa falante) e 3. o discurso do analisante (circulação dos signos). No capítulo seguinte, discutiremos a noção de tempo na concepção de Freud.

Capítulo 2: O Tempo na Psicanálise Freudiana

*Carrego minha história no corpo
cada traço, cada gesto, cada rasgo
Nas entranhas, um passado
que de tão presente
estoura na pele
pso-ría-se*

*As lágrimas dão contorno
h-a uma face inexpressiva
então as seco, e nego
não engulo mais
Eu seco*

*Não quero mais ver
Vi: ver é assim
Então fecho os olhos
pra vida in-de-vida*

(SFS)

2.1 O tempo e a des-continuidade

No texto *Sobre a transitoriedade* (1974 [1916]), Freud nos conta sobre o pessimismo do poeta que não conseguia mais alegrar-se com a beleza da natureza porque logo ela se transformaria e perderia suas qualidades por estar sujeita à limitação do tempo. “Tudo aquilo que, em outra circunstância, ele teria amado e admirado, pareceu-lhe despojado de seu valor por estar fadado à transitoriedade” (FREUD, 1974 [1916], v. XIV, p. 346). O descontentamento e a negação do sujeito diante da transitoriedade das coisas estão associados ao desejo de imortalidade. É o desejo da continuidade, do “ser-para-sempre” que retira o valor do que não dura ou dura pouco tempo. Mas Freud contesta “O valor da transitoriedade é o valor da escassez no tempo. [...] Uma flor que dura apenas uma noite, nem por isso nos parece menos bela” (FREUD, 1974 [1916], v. XIV, p. 346). Os argumentos incontestáveis de Freud não causavam nenhum efeito no poeta e só aí Freud pôde entender do que se tratava: a idéia de que a beleza é transitória comunica ao sujeito que a vida também o é.

Abordar a questão do tempo por esta via nos interessa apenas para destacar a grandeza e a complexidade do tema, uma vez que podemos perceber ao longo do percurso o quanto o

fator tempo está entrelaçado com a subjetividade.

Se a proposta é discutir a concepção freudiana do tempo, podemos dizer que, aqui, a escrita ganhou autonomia e seguiu um direcionamento que toca na questão do tempo em sua forma mais elementar: a de sua duração.

O tempo marca o início e o fim do que quer que seja. Embora a noção de tempo esteja diluída na subjetividade de cada sujeito (e é isso que dá ao tempo certa relatividade), não há como negar que, no tempo, há algo da ordem do real, posto que ele nunca pára. Nada, nem ninguém, tem o poder de barrá-lo. Mas, sobre isso poucos querem saber, afinal, falar do tempo por essa ótica é o mesmo que falar da morte. Portanto, agora, sem nos deixar levar pelo tempo e sob o domínio da escrita, propomos tratar do tema, sob os diversos aspectos mencionados por Freud.

2.2 As nuances do tempo em Freud

O tempo é o tema capital desta dissertação. No tocante à Psicanálise, o tempo está sendo abordado em relação ao processo analítico, porque é sobre o manejo do tempo da sessão psicanalítica que incide a presente pesquisa, objetivando mostrar que o manejo do tempo feito pelo analista pode provocar a produção de novas significações para o sujeito em análise.

Mas é só a partir de Lacan que o tempo passa a ser tomado como instrumento na operação analítica. Se antes o tempo que contava era o tempo fixo ou o tempo cronometrado de duração da sessão, com Lacan esse tempo passou a ser móvel, sendo determinado não mais pelos ponteiros do relógio, mas, sim, pela lógica do inconsciente e a ele (ao tempo) foi atribuída uma função, qual seja, a função de corte, de interrupção da sessão.

Essa conduta de Lacan de manejar o tempo da sessão está fundamentada na concepção freudiana de que o inconsciente é atemporal. Nessa perspectiva, a noção de *a posteriori* de Freud atesta que o sintoma é formado em duas fases: a primeira diz respeito ao tempo do encontro do sujeito com a cena traumática, e a segunda fase indica que, no tempo atual, uma situação da realidade do sujeito desperta o traço mnêmico deixado pela experiência traumática e, desta combinação, o sintoma é desenvolvido.

Podemos dizer que Freud considera a passagem do tempo na elaboração do sintoma, uma vez que este é formado em dois momentos. Porém, quando o sintoma se estabelece, o tempo já não conta mais, no sentido em que o sintoma persiste apesar do tempo correr.

Para Freud (1974 [1893-1895]), é em decorrência da atemporalidade do inconsciente que o sujeito fica preso ao passado, sofrendo hoje pelo que aconteceu de traumático em sua vida há muito tempo e agindo na atualidade em resposta ao acontecimento passado. Nesse sentido, em *Além do Princípio do Prazer* (1974 [1920]), Freud afirma:

[...] Aprendemos que os processos mentais inconscientes são, em si mesmos, ‘intemporais’. Isso significa, em primeiro lugar, que não são ordenados temporalmente, que o tempo de modo algum os altera e que a idéia de tempo não lhes pode ser aplicada (FREUD, 1974 [1920], v. XVIII, p. 43-44).

Miller (2000), baseando-se em Lacan, afirma que a atemporalidade do inconsciente sugere ao sujeito que, enquanto o tempo passa, tudo o que acontece em sua vida vai se inscrevendo no passado e que isso dá a ilusão de que a história do sujeito já estava escrita, que seu destino já havia sido traçado. Assim, o que Freud denomina de “inconsciente atemporal”, Lacan prefere chamar de “sujeito suposto saber”, o que, na análise, implica a suposição de um saber anterior do analista sobre o analisante.

Nesse sentido, na concepção freudiana, o tempo da sessão é usado de modo que o paciente possa atualizar os conflitos do seu passado, revivendo as lembranças causadoras de sofrimento e reagindo a elas. Também se propõe, durante a sessão freudiana, suspender as resistências do paciente para que ele possa preencher as lacunas de sua história. É este trabalho que permite ao sujeito livrar-se do significado emotivo que as lembranças carregam.

Lacan toma a questão da atemporalidade de forma radical, recorrendo ao tempo da língua na constituição de um sujeito para dar suporte à atemporalidade do inconsciente. É nessa perspectiva que Lacan propõe articular o conceito de inconsciente à linguagem e, para isso, ele conta com os fundamentos teóricos de Saussure. Lacan diz: “A lingüística pode servir-nos de guia neste ponto [...]” (LACAN, 1998 [1953], p. 286).

A concepção lacaniana de inconsciente estruturado como uma linguagem corresponde ao pensamento freudiano no sentido de que Freud atribui maior importância à atualização dos conflitos inconscientes do que às lembranças traumáticas, ou seja, o interesse de Freud está nas formações do inconsciente, tais como sonhos, lapsos, atos falhos, esquecimentos, nos quais os conflitos se manifestam. Tanto Freud como Lacan compartilham a idéia de que estas manifestações inconscientes trazem uma mensagem cifrada que diz respeito ao desejo

inconsciente do sujeito e que só pode ser decifrada concebendo o inconsciente como uma cadeia de significantes (LACAN, 1998 [1953]).

Por isso, para Lacan, o que confere uma significação para o sujeito em análise são os cortes temporais efetuados em seu discurso. Logo, é o corte no tempo da sessão que possibilita ao sujeito uma nova significação em relação às suas lembranças.

A discussão a esse respeito será realizada posteriormente, o que foi mencionado agora da concepção lacaniana tem como objetivo apresentar a proposta dessa dissertação que se fundamenta no tempo de Lacan, mas que, para isso, faz-se necessário apreender os ensinamentos de Freud acerca do tema. Então, nesse capítulo, o que desejamos é introduzir o leitor na perspectiva freudiana do tempo.

Freud reconhece a importância do fator temporal, seja de forma direta (quando fala da duração do tratamento) ou de maneira indireta (quando se refere ao sintoma), o fator tempo sempre está presente em seus textos. Freud chega a lamentar por não ter feito progresso em relação a isso:

Muitíssimas vezes, tive a impressão de que temos feito muito pouco uso teórico desse fato, estabelecido além de qualquer dúvida, da inalterabilidade do reprimido com o passar do tempo. Isto parece oferecer um acesso às mais profundas descobertas. E, infelizmente, eu próprio não fiz qualquer progresso nessa parte (FREUD, 1974 [1933], v. XXII, p. 95).

Em face dessa afirmação, interessa-nos fazer uma busca na obra de Freud e pinçar os momentos em que a questão do tempo é mencionada.

Em uma carta remetida a Fliess em 06/12/1896 (carta 52), Freud enuncia algo de novo que havia descoberto em relação ao mecanismo psíquico: “a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos” (FREUD, 1974 [1896], v. I, p. 254). Sua hipótese é de que o mecanismo psíquico é formado em várias etapas e com diferentes registros e que “[...] o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um *rearranjo* segundo novas circunstâncias – a uma *retranscrição*” (FREUD, 1974 [1896], v. I, p. 254 – destaque do autor).

Sendo assim, as experiências às quais o sujeito está submetido passam por um processo de construção que lhe possibilita dar um significado ao que está vivendo. Por um lado, os primeiros registros em forma de traços mnêmicos servem de base para que o sujeito possa traduzir os sucessivos registros no decorrer de sua vida, ou seja, o sujeito interpreta o que está vivenciando a partir dos traços de memória, frutos das experiências do passado. Por outro lado, a cada nova experiência há uma ressignificação do que ficou para trás como

traço/lembrança. Pensamos ser isso que Freud quer dizer quando afirma que a memória não se faz de uma só vez, pois, para cada situação nova, o sujeito pode fazer infinitas combinações com o material psíquico.

Nessa perspectiva, as psiconeuroses estão fundamentadas na suposição de que não foi possível ao sujeito fazer a tradução/interpretação de determinada parte do material psíquico, porque faltou ao sujeito um registro subsequente que lhe possibilitasse uma significação. Sobre essa questão, Freud afirma:

Cada transcrição subsequente inibe a anterior e lhe retira o processo de excitação. Quando falta uma transcrição subsequente, a excitação é manejada segundo as leis psicológicas vigentes no período anterior e consoante as vias abertas nessa época (FREUD, 1974 [1896], v. I, p. 255).

Conforme salienta Freud (1974 [1896]), a falha na tradução é provocada pelo desprazer em traduzir o material. A produção do desprazer gera uma defesa que tanto pode ser normal (quando ocorre na mesma fase psíquica e entre os registros da mesma natureza), quanto patológica (quando se opõe a um traço de memória ainda não traduzido, ou seja, que se encontra na fase anterior). Assim, as sucessivas experiências da mesma natureza daquelas que não puderam ser traduzidas pelo sujeito ficarão à mercê daquele período e de tudo que envolve essa fase do passado, isto é, ficarão fora do tempo correspondente, o que nos permite entender que o sofrimento do sujeito decorre de situações atuais que têm ligação com o passado. Essa noção de que uma experiência que não pôde ser interpretada pelo sujeito não acompanha a passagem do tempo é de nosso interesse porque auxilia na compreensão da atemporalidade do inconsciente, que é um conceito fundamental para a dissertação.

Então, se o sujeito enfrenta uma situação que lhe causa desprazer, isso é registrado em sua memória e quando a lembrança do evento em causa é despertada, o registro mnêmico possui um meio de impedir a produção de desprazer. No entanto, há casos em que a inibição do desprazer não é possível e, cada vez que a lembrança retorna, o sujeito revive a situação desagradável como se fosse uma situação atual. É o que ocorre com os eventos sexuais “porque as magnitudes das excitações causadas por eles aumentam por si mesmas com o tempo (com o desenvolvimento sexual)” (FREUD, 1974 [1896], v. I, p. 256). Assim, Freud conclui que um evento sexual que ocorreu em determinado estágio da vida de um sujeito continua a agir sobre o estágio seguinte como se fosse um evento atual. A defesa patológica, portanto, é determinada pela “*natureza sexual do evento e a sua ocorrência numa fase anterior*” (FREUD, 1974 [1896], v. I, p. 256 – destaque do autor).

O que Freud diz em seus *Estudos sobre a Histeria* (1974 [1893-1895]) corrobora o que está sendo tratado aqui. Neste texto, são apresentados vários casos de pacientes cujos sintomas estão estritamente relacionados a um trauma desencadeador. Freud aponta para a desproporção entre o longo tempo, em que um sintoma histérico permanece, e a ocorrência isolada que o desencadeou, e esclarece que, com frequência, é uma experiência da infância que estabelece o sintoma mais ou menos grave que persiste ao longo do tempo.

Não é fácil descobrir a causa desencadeante do sintoma. Dificilmente os pacientes falam do fato que provocou a primeira ocorrência sintomática muito tempo antes do fenômeno atual. Isso acontece porque a ocorrência sintomática envolve lembranças de experiências das quais o sujeito não gosta de falar, ou porque não consegue recordá-las e, principalmente, por não ter a menor noção da conexão causal entre o fato desencadeante e o fenômeno patológico. Em alguns casos é possível evidenciar como é que o fato desencadeante provocou tal sintoma. Por exemplo, o caso de Anna O. mencionado por Freud nos *Estudos sobre a Histeria* (FREUD, 1974 [1893-1895], v. II, p. 44):

Uma jovem, que velava ao lado do leito de um enfermo, em grande ansiedade, caiu num estado crepuscular e teve uma alucinação terrificante, enquanto seu braço direito, que pendia sobre o dorso da cadeira, ficou adormecido; disso proveio uma paralisia do mesmo braço, acompanhada de contratura e anestesia. Tentou rezar, mas não pôde encontrar palavras; por fim, conseguiu repetir uma oração para crianças em inglês. Quando subsequentemente surgiu uma histeria grave e altamente complicada, ela só sabia falar, escrever e compreender o inglês, enquanto sua língua materna permaneceu ininteligível por dezoito meses.

Freud observa que o sujeito faz uma associação entre o acontecimento atual e o traço mnêmico registrado no momento traumático e que é a partir da combinação desses dois momentos, do antes (trauma) e do depois (traço/lembrança), que o sintoma é constituído. Esta constatação permite o entendimento da relação traçada por Freud entre a causalidade psíquica e o tempo. Trata-se de uma relação que implica a passagem do tempo, ou seja, para que o sintoma se estabeleça após a ocorrência de um fenômeno desencadeante, é preciso que o tempo tenha passado. Essa noção de causalidade psíquica, que consiste na idéia de que um trauma anterior produz um sintoma posteriormente, é relevante para o esclarecimento da questão do tempo na perspectiva de Freud.

Outro ponto importante que Freud ressaltou é que a relação causal entre o trauma psíquico determinante e o fenômeno histérico não implica dizer que o trauma atua apenas como um agente que provoca o sintoma, mas que o trauma, ou mais precisamente a lembrança

do trauma, continua a atuar de forma intensa na vida psíquica do sujeito muito tempo depois de ele ter se confrontado com a experiência traumática. Nesse sentido, Freud afirma:

[...] cada sintoma histérico individual desaparecia imediata e permanentemente quando conseguíamos evocar, nitidamente, a lembrança do fato que o provocou e despertar a emoção que o acompanhava, e quando o paciente havia descrito aquele fato com os maiores detalhes possíveis e traduzira a emoção em palavras (FREUD, 1974 [1893-1895], v. II, p. 47 – destaque do autor).

De acordo com Freud (1974 [1893-1895]), parece estranho que experiências vivenciadas há tanto tempo possam continuar a atuar de forma tão intensa na vida de uma pessoa, mas é certo que o enfraquecimento de uma lembrança ou a sua perda emotiva depende de vários fatores, dos quais o mais importante é se o sujeito pôde ou não reagir (voluntária ou involuntariamente) ao fato que precipitou a emoção. Se houver reação, grande parte da emoção desaparece, mas, se a reação for reprimida, a emoção permanece associada à lembrança. Um insulto que pôde ser revidado é lembrado de forma diferente daquele que foi sofrido em silêncio. “A linguagem também reconhece essa distinção, em suas conseqüências mentais e físicas; de maneira bem característica ela descreve uma injúria que foi sofrida em silêncio como ‘uma mortificação’ [Kränkung, literalmente, ‘fazendo adoecer’]” (FREUD, 1974 [1893-1895], v. II, p. 49 – destaque do autor). Então, se uma reação não for possível, quer por ações, por palavras, ou lágrimas, qualquer lembrança do fato retém sua carga afetiva. O fragmento de caso a seguir, retirado dos *Estudos sobre a Histeria*, ilustra com precisão as palavras de Freud. Trata-se de sua paciente Emmy Von N., que apresentava anorexia:

Ela comia muito pouco porque não gostava do sabor, e não podia apreciar o sabor porque o ato de comer, desde os primeiros tempos, se vinculava a lembrança de repulsa [...] Sua repulsa antiga às horas das refeições permanecera inalterada porque ela era obrigada constantemente a reprimi-la, em vez de livrar-se dela pela reação. Em sua infância ela fora forçada, sob ameaça de punição, a comer a refeição fria que lhe repugnava e nos anos posteriores tinha sido impedida, por consideração aos irmãos, de externar as emoções às quais era exposta durante suas refeições em comum (FREUD, 1974 [1893-1895], v. II, p.134).

Freud (1974 [1893-1895]) diz que os sintomas conversivos, freqüentemente, não ocorrem enquanto o paciente está vivenciando as cenas traumáticas, mas somente quando reproduz as cenas em seus pensamentos. Ou seja, a conversão não ocorre associada a fatos recentes, mas em conexão com as lembranças que o sujeito tem dos fatos. Mas pode acontecer

também de um primeiro trauma desencadear um sintoma por um período de tempo curto e depois o sintoma desaparecer, e, em outro momento, retornar e se estabilizar com um trauma seguinte. Não há diferença alguma entre o surgimento temporário do sintoma após a sua primeira causa desencadeante e o fato de ele permanecer latente desde o início. Na realidade, o que normalmente se verifica é que um primeiro trauma não deixa nenhum sintoma, e um segundo não poderia surgir sem a cooperação da causa desencadeadora anterior. A esse respeito, Freud diz:

[...] quando dizemos que a formação dos sintomas histéricos pode processar-se com base em emoções lembradas, bem como em novas, não estamos fazendo uma asserção estranha, mas declarando algo que é quase aceito como postulado. (FREUD, 1974 [1893-1895], v. II, p. 223).

Toda a conduta da vida de uma pessoa é constantemente influenciada por idéias inconscientes. A estas são atribuídas também as causas de manifestações patológicas. Quando uma idéia inconsciente aumenta sua intensidade, ela entra na consciência. Permanece inconsciente a idéia cuja intensidade é leve. Freud (1974 [1893-1895]) buscava compreender como uma idéia poderia ser intensa o suficiente para provocar um sintoma conversivo, por exemplo, e, ao mesmo tempo, não ter intensidade o bastante para tornar-se consciente. O autor afirma que a clareza de nossas idéias, bem como a consciência delas, é determinada, principalmente, pelas sensações de prazer ou desprazer que elas despertam devido a sua carga emotiva. Uma idéia que produz conseqüências somáticas implica o desaparecimento da excitação gerada por ela e, também, que a energia psíquica foi convertida em estímulos somáticos. Disso resulta a perda da clareza do fato na corrente de idéias. Por exemplo, alguém que tenha se deparado com uma emoção muito forte enquanto estava se alimentando e não tenha reagido, quando depois tenta comer, sente enjôo e vomita, mas o sujeito não tem consciência da relação desses sintomas com a lembrança da emoção que sofreu; para ele, são apenas sintomas somáticos. Na verdade, são sintomas histéricos que continuarão persistindo por um tempo, podendo desaparecer se a emoção for revivida, descrita e reagida pelo paciente.

Algumas idéias que provocam as manifestações histéricas não são reconhecidas como suas causas por terem perdido sua carga emotiva devido ao processo de conversão. Mas existem casos em que as idéias não são desprovidas de emoção e, mesmo assim, não entram na consciência e isso ocorre por se tratar de idéias que são inadmissíveis à consciência.

Freud (1974 [1893-1895]) diz que muitas manifestações histéricas persistem por muito tempo e acredita que por todo o tempo a idéia causativa encontra-se perpetuamente ativa e presente. Como pode ocorrer que tais idéias possam permanecer por tanto tempo na mente do sujeito, causando tormento e controlando suas ações?

Na realidade, isso não se restringe à histeria e acontece também em pessoas não histéricas: uma idéia evoca várias outras para a consciência por associação. Essas idéias podem relacionar-se com a primeira de forma confirmatória ou inibitória e “apenas as idéias mais vívidas são tão extremamente poderosas que suas associações permanecem abaixo do limiar da consciência” (FREUD, 1974 [1893-1895], v. II, p. 286). Podemos pensar que o sujeito não tem consciência de que o seu sofrimento tem relação com essas idéias porque ele ignora o tempo do acontecimento, o que implica a atemporalidade do inconsciente.

Freud fala ainda da dificuldade de superar uma força psíquica nos pacientes que resistiam à lembrança das idéias patogênicas. Logo Freud pôde compreender que se tratava da mesma força psíquica presente e atuante na geração do sintoma histérico que havia impedido, na ocasião, a idéia patogênica de se tornar consciente. Como esperar que aquilo que foi esquecido por ser inadmissível à consciência retorne com facilidade durante a análise? Quando o sujeito, em determinado momento, depara-se com um acontecimento traumático e não possui meios de reagir, de dar uma significação à situação carregada de emoção, a forma encontrada para se defender é o esquecimento. O sujeito elimina da consciência o que lhe causa desprazer. Assim, o recalque é o mecanismo de defesa que o sujeito utiliza diante do insuportável. O que é recalcado são as idéias de caráter aflitivo, que despertam sentimentos de vergonha, de autocensura e de dor psíquica que o paciente prefere esquecer. Por isso, Freud diz que “o ‘não saber’ do paciente histérico era de fato um ‘não querer saber’ – um não querer que podia, em maior ou menor medida, ser consciente” (FREUD, 1974 [1893-1895], v. II, p. 326).

Mais uma vez, ressaltamos que o que nos interessa nessa discussão dentro de uma proposta que visa ao empreendimento de um estudo acerca do tempo para a Psicanálise é a relação que Freud traça entre a temporalidade e a causalidade psíquica no desencadeamento do sintoma, o qual resulta de um trauma ocorrido no passado e que é lembrado ou revivido no presente.

Para uma melhor compreensão do assunto, recorreremos ao texto de Freud *Cinco Lições de Psicanálise* (1974 [1910]), em que o autor assinala que o trabalho de análise, o qual permite o esclarecimento da doença e sua cura definitiva, não se limita ao estado atual da doença, mas retrocede sempre até a infância do doente, pois apenas os fatos da infância

quando lembrados pelo paciente durante o tratamento permitem verificar a suscetibilidade do sujeito aos traumas futuros. A isso podemos acrescentar que é ao falar que o paciente atualiza os acontecimentos que foram determinantes para o desenvolvimento da enfermidade. É só quando o paciente traz suas lembranças, quase sempre esquecidas, à consciência que é possível eliminar seus sintomas.

Freud fala ainda que a doença proporciona um prazer imediato ao doente e que este, quando foge da realidade para o mundo da fantasia, regride às primeiras fases da vida sexual, nas quais a satisfação é plena. Assim, Freud apresenta dois aspectos da regressão: um *temporal*, “porque a libido, na necessidade erótica, volta a fixar-se aos mais remotos estados evolutivos” (FREUD, 1974 [1909], v. XI, p. 46) e outro, *formal*, “porque emprega os meios psíquicos originários e primitivos para manifestação da mesma necessidade” (FREUD, 1974 [1909], v. XI, p. 46). Sob os dois aspectos, a regressão está orientada para a infância e restabelece uma sexualidade infantil.

Substituir uma realidade insatisfatória por um mundo de fantasias é uma forma neurótica de compensar as deficiências da realidade, sendo possível com a criação realizar diversos desejos que, de outro modo, não se conseguiria. Quando o que se deseja não é alcançado, o sujeito se desliga da realidade e, como diz Freud (1974 [1909]), recolhe-se onde pode gozar, ou seja, no mundo da fantasia. A fantasia diz da personalidade e dos sentimentos recalcados do sujeito e, em alguns casos, o conteúdo fantasioso pode se transformar em sintoma.

Conforme sugere Freud (1974 [1917]), o sujeito retém uma atividade mental na qual sobrevivem tanto as fontes de prazer quanto os métodos de obtenção de prazer que já foram abandonados. É por isso que na fantasia todo desejo pode realizar-se. O sujeito está livre das exigências do mundo externo e pode continuar gozando até do que renunciou há muito tempo por determinação da realidade.

O percurso sobre o tempo freudiano aqui realizado vem seguindo conceitos teóricos elaborados por Freud que indicam a importante relação entre a fantasia e o tempo. O sujeito se beneficia da fantasia para realizar seu desejo. De que forma? O sujeito é motivado por uma situação do presente, isto é, algo de sua realidade atual lhe desperta um desejo que não possui meios de satisfazer senão pela fantasia. Este desejo vincula-se a uma lembrança do passado quando havia satisfação e se projeta no futuro como algo realizado. Dito de outro modo, o sujeito sai de sua realidade atual e retrocede no tempo, encontrando no passado o desejo satisfeito para daí se lançar no tempo futuro com seu desejo realizado. No texto de Freud *Escritores Criativos e Devaneios* (1974 [1908]), esta relação é descrita da seguinte forma:

É como se ela [a fantasia]¹⁰ flutuasse entre três tempos - os três momentos abrangidos pela nossa ideação. O trabalho mental vincula-se a uma impressão atual, a alguma ocasião motivadora no presente que foi capaz de despertar um dos desejos principais do sujeito. Dali, retrocede à lembrança de uma experiência anterior (geralmente da infância) na qual esse desejo foi realizado, criando uma situação referente ao futuro que representa a realização do desejo (FREUD, 1974 [1908], v. IX, p. 153).

O que é criado é um devaneio ou uma fantasia que contém traços tanto da situação que o provocou, isto é, do presente, quanto da lembrança de uma época em que o desejo se encontrava satisfeito. Assim, “o passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo fio do desejo que os une” (FREUD, 1974 [1908], v. IX, p. 153). Freud exemplifica:

[...] um pobre órfão que se dirige a uma firma onde talvez encontre trabalho. A caminho, permite-se um devaneio adequado à situação da qual este surge. [...] Ele consegue o emprego, conquista as boas graças do novo patrão, torna-se indispensável, é recebido pela família do patrão, casa-se com sua encantadora filha [...]. Nessa fantasia, o sonhador reconquista o que possui em sua feliz infância: o lar protetor, os pais amantíssimos e os primeiros objetos do seu afeto (FREUD, 1974 [1908], v. IX, p. 153).

O exemplo acima permite constatar de que forma o desejo faz uso da situação atual para criar um futuro que se anseia alcançar, conforme o modelo da experiência passada. Com isso, podemos dizer que o desejo também é discurso e que somente a linguagem permite esclarecer a ligação do desejo com o tempo passado. Freud aponta o desejo como aquele que enlaça os três tempos da vida do sujeito. No final deste capítulo, discutiremos mais detalhadamente sobre o desejo inconsciente. Aqui importa apenas mostrar como Freud aborda esse entrelaçamento do presente, passado e futuro, unidos pelo desejo.

O interesse nessa discussão está na constatação de que o tempo do sujeito não segue uma linearidade. O sujeito movimenta-se no tempo, vai do presente ao passado e do passado ao futuro. O entendimento desse movimento contribui para a compreensão do processo de corte no tempo da sessão psicanalítica que será tratado no terceiro capítulo. O corte do tempo da sessão propõe que, do mesmo modo como ocorre na fantasia, o sujeito retrocede ao passado, mas não para realizar um desejo e sim para alcançar uma nova significação de suas interpretações passadas.

Em *Fantasia Históricas e sua Relação com a Bissexualidade* (1974 [1908]), Freud esclarece que as fantasias inconscientes podem ter sua origem no inconsciente, mas

¹⁰ Os colchetes são nossos.

freqüentemente ocorre de as fantasias inconscientes terem sido antes fantasias conscientes que se tornaram inconscientes devido ao recalque. O conteúdo das fantasias pode, com o passar do tempo, permanecer o mesmo ou sofrer alterações. Desde muito cedo, Freud percebeu a conexão existente entre uma fantasia inconsciente e a vida sexual do sujeito e constatou que “as fantasias inconscientes são os precursores psíquicos imediatos de toda uma série de sintomas histéricos” (FREUD, 1974 [1908], v. IX, p. 165). Isto é, os sintomas histéricos são fantasias inconscientes manifestadas através da conversão. Por isso Freud diz que quem se interessar pelo estudo da histeria logo verá seu interesse pelos sintomas sendo transferido para as fantasias que os originaram.

Freud (1974 [1912]) ensina que os impulsos inconscientes reproduzem-se de acordo com a atemporalidade do inconsciente, embora o paciente sempre os considere como contemporâneos e reais. Pode-se dizer que é justamente pelo fato de o inconsciente ser atemporal que o sujeito sofre com suas reminiscências, não podendo se desvencilhar de seu passado, repetindo os mesmos atos sem se dar conta de que eles estão vinculados a determinado período de sua história. É tarefa do analista fazer com que o paciente perceba a relação dos impulsos inconscientes com a história de sua vida, compreendendo, dessa forma, o valor psíquico de cada manifestação inconsciente.

Freud avança nessa questão quando aborda o fenômeno da repetição como forma de resistência ao tratamento. No texto *Recordar, Repetir e Elaborar* (1974 [1914]), Freud afirma que durante o processo analítico o paciente tende a não recordar, mas a repetir tudo o que já havia avançado em relação ao seu trabalho psíquico “suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter” (FREUD, 1974 [1914], v. XII, p. 198), bem como os seus sintomas.

O ato de repetir é uma manifestação inconsciente que faz parte do processo analítico. Quando o paciente repete, ele coloca em cena o seu estado psíquico, não em palavras, mas em ato, o que não deixa de estar ao alcance do tratamento. Como foi dito acima, o paciente, ao repetir, experimenta como algo real e contemporâneo o acontecimento passado, e faz parte do trabalho analítico mostrar ao paciente essa relação do presente com o passado.

É com o manejo da transferência que o analista transforma a repetição do paciente no ato de recordar, demonstrando, mais uma vez, que o passado só se atualiza através do saber e da linguagem. Nesse sentido, pode-se dizer que a repetição é útil ao tratamento. No tocante ao assunto, Freud explica:

Contanto que o paciente apresente complacência bastante para respeitar as condições necessárias da análise, alcançamos normalmente sucesso em fornecer a todos os sintomas da moléstia um novo significado transferencial e em substituir sua neurose comum por uma ‘neurose de transferência’, da qual pode ser curado pelo trabalho terapêutico (FREUD, 1974 [1914], v. XII, p. 201).

Nessa relação analisante-analista, é criada uma nova realidade, na qual o analisante experimenta todas as sensações decorrentes de sua doença tendo o analista como alvo de suas repetições e, portanto, podendo intervir, de modo a superar a resistência do analisante. Para tanto, não basta revelá-la; é necessário dar tempo ao paciente para que ele possa conhecer sua resistência, elaborá-la e superá-la, mas isso só acontece quando a resistência atinge seu auge e o paciente fica convencido de que há uma força contrária ao tratamento.

Assim, o exame da compulsão à repetição é o que permite o entendimento de que o analista não pode tratar a enfermidade do paciente como um fato do passado, mas sim como uma força atual manifestada pelos sintomas, pelas palavras de sofrimento do paciente, por seus momentos de angústia.

Para Freud (1974 [1917]), as neuroses traumáticas sinalizam que em sua origem se encontra uma fixação no momento da cena traumática. É possível verificar nos sonhos dos pacientes o quanto eles repetem a experiência traumática como se ainda estivessem lidando com ela, como se ainda se tratasse de algo a enfrentar, a ser retificado e não de algo que passou.

A trajetória até então realizada na intenção de dominar o tempo freudiano fez com que várias noções psicanalíticas fossem abordadas, tais como “a repetição”, “a resistência” e “a transferência”. No entanto, importa ressaltar que a atenção dispensada a estes conceitos consiste na relação existente entre eles e a atemporalidade do inconsciente. A concepção de um inconsciente atemporal perpassa os processos pertinentes de uma análise, de modo que o tempo durante o trabalho analítico é considerado em função da atemporalidade do inconsciente e da linguagem.

Segundo Freud (1974 [1937]), a duração do tratamento depende do ritmo de trabalho do paciente no que concerne a seus processos inconscientes, mas se estes são atemporais, como definir o tempo necessário para uma análise?

2.3 A duração do tratamento e a conduta do analista

Para abordar a questão da duração do tratamento psicanalítico, é fundamental considerar o texto *Análise Terminável e Interminável* (1974 [1937]), no qual Freud afirma que “a libertação de alguém de seus sintomas, inibições e anormalidades de caráter neuróticas - é um assunto que consome tempo” (FREUD, 1974 [1937], v. XXIII, p. 247). Não por menos, foram criadas diversas tentativas com a intenção de encurtar a duração das análises. A justificativa para tais atitudes poderia ser dada com base na razão e na conveniência, mas Freud lembra que nessa época a ciência médica via as neuroses como “conseqüências importunas de danos invisíveis” (FREUD, 1974 [1937], v. XXIII, p. 247) e, se a Psicanálise propunha uma mudança nessa visão, valorizando o sofrimento psíquico e mostrando que a neurose é passível de ser tratada, então que assim o fizesse de forma rápida e eficaz.

O próprio Freud acelerou a análise de seu paciente quando chegou a um ponto em que o sujeito parou de progredir no tratamento devido à resistência. O paciente não se via mais implicado no tratamento de modo a esclarecer a neurose de sua infância, na qual se situava a origem de sua doença posterior e, segundo Freud, o paciente considerava seu estado atual altamente confortável, mostrando-se desinteressado pelo fim do tratamento.

A solução dada por Freud para vencer a resistência do paciente foi a de fixar um limite de tempo para o tratamento, marcando o fim de sua análise. Nessa nova condição, não importaria o que o paciente produziria no tempo que ainda restava. Assim que o paciente convenceu-se de que era sério o que Freud havia estabelecido, suas resistências foram enfraquecidas e o paciente pôs-se a fazer seu trabalho psíquico, reproduzindo lembranças e fazendo associações de modo a possibilitar a compreensão de sua doença primitiva.

O método de Freud foi tão eficaz que ele passou a empregá-lo em sua rotina profissional. Mas Freud é enfático quando se refere à fixação de um limite de tempo de análise: “é eficaz desde que se acerte com o tempo correto para ele [para o paciente]”¹¹ (FREUD, 1974 [1937], v. XXIII, p. 250). Isso significa dizer que o limite de tempo não deve ser determinado de forma indiscriminada. Não se trata de fixar o tempo do tratamento dos pacientes de forma generalizada, mas de obedecer aos critérios relacionados à análise de cada sujeito, pois é certo que o tempo é um fator que diz da subjetividade de cada um.

Freud adverte que, embora a pressão sobre o paciente (com a fixação do limite de tempo) libere parte do material psíquico, outra parte permanecerá intocada uma vez que não

¹¹ Os colchetes são nossos.

se pode voltar atrás quando o limite do tempo é fixado. Nesse caso, o encaminhamento do paciente para outro analista seria a saída mais adequada. Entretanto, essa mudança acarretaria “nova perda de tempo e o abandono dos frutos do trabalho já realizado” (FREUD, 1974 [1937], v. XXIII, p. 250).

A discussão acerca da diminuição do tempo do tratamento psicanalítico levou Freud a questionar o que seria o término de uma análise:

Uma análise termina quando analista e paciente deixam de encontrar-se para a sessão analítica. [...] quando [...] o paciente não mais esteja sofrendo de seus sintomas [...] ansiedades e inibições; [...] que foram vencidas tantas resistências internas, que não há necessidade de temer uma repetição do processo patológico [...].

O outro significado do ‘término’ de uma análise é [...] como se fosse possível [...] chegar a um nível de normalidade psíquica absoluta [...] como se, talvez, tivéssemos alcançado êxito em solucionar todas as repressões do paciente [...] (FREUD, 1974 [1937], v. XXIII, p. 250-251).

Freud faz menção às idéias extremamente otimistas e ambiciosas de que seria possível livrar-se de um conflito pulsional de forma definitiva e eterna, bem como o analista poderia “vacinar” seu paciente contra futuros conflitos do mesmo tipo e, ainda, que poderia ser feito um trabalho de prevenção que consistiria em despertar um conflito patogênico ainda não desencadeado para poder tratá-lo. Além de ser uma atitude incoerente, esta apenas prolongaria o tratamento e o tornaria mais complicado.

O interesse desta dissertação não está voltado ao término da análise, mas importa sim a discussão em torno da duração do tratamento, porque, ao que parece, Lacan (1998) estende a conduta de Freud (1974 [1937]) em relação à delimitação do tempo do tratamento ao tempo da sessão psicanalítica. Ou seja, assim como Freud delimita o tempo para desfazer a resistência e colocar o sujeito a trabalhar psiquicamente, da mesma forma Lacan age em relação ao tempo da sessão quando efetua um corte, possibilitando uma nova significação. Essa idéia será desenvolvida no terceiro capítulo.

Freud faz menção às perguntas insistentes dos pacientes no início do tratamento: “‘Quanto tempo durará o tratamento? De quanto tempo o senhor precisará para aliviar-me de meu problema?’” (FREUD, 1974 [1913], v. XII, p. 169). A resposta de Freud apóia-se na fábula de Esopo: “Quando o caminhante perguntou quanto tempo teria de jornada, o Filósofo simplesmente respondeu ‘Caminha!’” (FREUD, 1974 [1913], v. XII, p. 169), justificando sua resposta com a necessidade de saber a medida da passada do caminhante antes de poder falar sobre a duração da viagem. Embora essa solução seja adequada no início, Freud considera não

ser uma boa comparação, porque “o neurótico pode facilmente alterar o passo e, às vezes, fazer apenas progresso muito lento. Na verdade, a pergunta relativa à duração provável de um tratamento é quase irrespondível” (FREUD, 1974 [1913], v. XII, p. 170).

Freud ressalta as expectativas absurdas em relação à psicanálise tanto por parte dos pacientes devido à falta de compreensão da técnica, quanto dos médicos, pois se espera que a psicanálise atenda às solicitações sem limite e o quanto antes. Eis um exemplo que retrata bem a situação: é um caso de uma candidata à paciente de Freud, que morava na Rússia e lhe enviou uma carta:

Ela conta 53 anos de idade, sua doença começou há 23 anos e, durante os últimos dez anos, não pôde mais fazer qualquer trabalho continuado. ‘O tratamento em várias instituições para casos nervosos’ não conseguiu tornar-lhe possível uma ‘vida ativa’. Ela espera ser completamente curada pela psicanálise, sobre a qual leu, mas sua enfermidade já custou à família tanto dinheiro que ela não pode conseguir vir a Viena por mais de seis semanas ou dois meses. Outra dificuldade a acrescentar é que deseja, desde o início, ‘explicar-se’, apenas por escrito, visto que qualquer exame de seus complexos causar-lhe-ia uma explosão de sentimento ou ‘torná-la-ia temporariamente incapaz de falar’ (FREUD, 1974 [1913], v. XII, p. 170).

Não é à toa que Freud diz que quando o assunto é neurose, as pessoas tendem a esquecer que existe uma proporção entre tempo, trabalho e sucesso. Como é possível fazer um tratamento psicanalítico sem que a paciente disponha-se a falar a respeito do que lhe aflige, se é exatamente por meio da fala que uma cura é possível? Haveria muito mais a questionar, mas não cabe aqui estender essa discussão. Como Freud menciona, essa conduta diz do total desconhecimento acerca da etiologia das neuroses.

A preocupação com o tempo leva os pacientes a traçarem uma escala de prioridade na remoção de seus sintomas “‘Se apenas o senhor me aliviasse deste (uma dor de cabeça ou um medo específico, por exemplo), eu poderia lidar com o outro sozinho, em minha vida normal.’” (FREUD, 1974 [1913], v. XII, p. 172). Como se fosse possível à psicanálise selecionar o material a ser tratado. Embora o analista possa realizar mudanças significativas na neurose do sujeito, ele não tem como determinar *a priori* os resultados que serão alcançados, porque o que o analista faz é colocar em movimento, um processo; “Ele coloca em movimento [...] o processo de solução das repressões existentes” (FREUD, 1974 [1913], v. XII, p. 172) e, para isso, procura suspender as resistências do sujeito. Mas quando o processo analítico é iniciado, ele segue seu próprio caminho e não há como interferir no seu curso no sentido de definir a direção tomada ou a ordem do material a ser tratado.

A neurose de uma pessoa manifesta-se de várias formas, de modo que os sintomas

psíquicos não apenas condicionam outros como persistem com a ajuda de outros sintomas. Por isso, Freud diz que se fosse possível atender ao desejo do paciente de libertá-lo de determinado sintoma considerado como insuportável, logo outro sintoma que antes não incomodava tanto se tornaria insuportável também. Mas a psicanálise não tem esse poder seletivo. O que é tratado é a neurose do paciente e não seus sintomas de forma individualizada. A esse respeito Freud diz:

O poder do analista sobre os sintomas da doença pode, assim, ser comparado à potência sexual masculina. Um homem pode, é verdade, gerar uma criança inteira, mas mesmo o homem mais forte não pode criar no organismo feminino só uma cabeça, ou um braço, ou uma perna; não pode sequer determinar de antemão o sexo da criança (FREUD, 1974 [1913], v. XII, p. 172).

Então, há que se ter em mente que o processo analítico está completamente desvinculado do querer seletivo do analisante ou do analista. Não se trata de eliminar um sintoma, mas de poder situá-lo na história do sujeito, de saber no quê o sintoma se sustenta e que função ele desempenha. Por isso, a Psicanálise freudiana propõe que o percurso de uma análise seja realizado aos moldes de uma construção, na qual analisante e analista possam trabalhar em conjunto.

Em *Construções em Análise* (1974 [1937]), Freud compara a tarefa do analista com a do arqueólogo, o qual trabalha na escavação de um antigo edifício destruído e soterrado. O arqueólogo refaz a construção partindo de suas deduções, isto é, ele “ergue as paredes do prédio a partir dos alicerces que permaneceram de pé, determina o número e a posição das colunas pelas depressões no chão...” (FREUD, 1974 [1937], v. XXIII, p. 293). O analista age da mesma forma quando tira suas conclusões a partir das lembranças, associações e comportamento do analisante.

No entanto, as condições de trabalho do psicanalista são mais favoráveis do que as do arqueólogo porque, como diz Freud (1974 [1937]), não há material que corresponda às repetições do paciente datadas da infância primitiva e de tudo que o fenômeno da transferência sinaliza relacionado a essas repetições. Além disso, o escavador trabalha com materiais destruídos, dos quais se supõe a perda de partes importantes e que, por mais que o arqueólogo se empenhe em descobrir a forma original, o resultado final de seu trabalho será sempre uma probabilidade. Já o psicanalista, que visa à recuperação da história de seu paciente, dispõe de materiais preservados e presentes, embora nem tudo esteja acessível ao analisante e requeira muito trabalho e tempo para desenterrar. Mas a maior diferença é que

“para o arqueólogo, a reconstrução é o objetivo e o final de seus esforços, ao passo que, para o analista, a construção constitui apenas um trabalho preliminar” (FREUD, 1974 [1937], v. XXIII, p. 294). Assim, a cada fragmento colocado na construção, o analista comunica ao analisante e espera o resultado.

Vale destacar que, nesta reconstrução que o analista realiza com o analisante, o fator temporal é essencial, posto que durante a “escavação”, em que são procurados os materiais não acessíveis à consciência, não há uma sequência temporal linear. Quando se trata de psicanálise, a lógica seguida é a do inconsciente que, como já mencionado, é atemporal. Então, a atemporalidade do inconsciente que é atualizado na fala do analisante é que determina os caminhos da busca. Os “lugares” a serem escavados são constitutivos de determinada época e o acesso a esses “lugares” não é alcançado a partir de uma linearidade, mas de tempos não lineares, nos quais o desejo e a realidade divergem.

2.4 O tempo do trauma

É possível ler nas entrelinhas do discurso do sujeito em análise, quando este fala de seu sintoma, a existência de um desejo e a época na qual ele não foi admitido, devido às ameaças de perigo. Então, podemos ver no sintoma desejo e tempo. Quando o sujeito fala de seu desejo é levado ao tempo de sua rejeição. O sintoma atual é um meio (conciliatório) de dar vazão ao desejo que, no passado, não pôde se expressar, devendo ser renunciado. Mas esta renúncia só é feita parcialmente, porque o desejo continua a pulsar. Freud diz que “a formação de sintomas assinala um triunfo se consegue combinar a proibição com a satisfação, de modo que o que era originalmente uma ordem defensiva ou proibição adquire também a significância de uma satisfação” (FREUD, 1974 [1926], v. XX, p.135).

Nesse sentido, o texto de Freud *A Divisão do Ego no Processo de Defesa* (1974 [1940]), permite esclarecer a questão do desejo do sujeito e de sua conduta diante de um conflito entre a exigência pulsional e a proibição da realidade. Para isso, Freud lança mão do exemplo clássico da castração que diz respeito à masturbação infantil, quando o menino é ameaçado de perder seu pênis caso não obedeça à ordem, atribuída ao pai, de parar com a masturbação. Essa discussão nos interessa, sobretudo, porque vemos aí a demarcação de um

tempo (época da vida) no qual o sujeito sofreu uma mudança subjetiva ¹² decorrente de uma defesa psíquica.

Diante da angústia decorrente da situação traumática (nesse caso, a perda do pênis), o sujeito é forçado a tomar uma decisão que, segundo Freud, poderia estar entre as seguintes opções: reconhecer o perigo e renunciar a satisfação ou rejeitar a realidade e manter a satisfação pulsional. Contudo, há casos em que a criança encontra uma terceira saída: “ela responde ao conflito por duas reações contrárias, ambas válidas e eficazes” (FREUD, 1974 [1940], v. XXIII, p. 309). Por um lado, rejeita a realidade e não obedece à proibição; por outro, paradoxalmente, reconhece que a realidade oferece perigo.

A solução encontrada privilegia as duas partes: o desejo continua sendo satisfeito e mantém-se uma boa relação com a realidade, uma vez que ela não é ignorada. No entanto, há um preço a pagar por esse acordo: “esse sucesso é alcançado ao preço de uma fenda no ego” (FREUD, 1974 [1940], v. XXIII, p. 309). Então, a escolha tomada pelo sujeito resulta na divisão de seu ego, e a fenda não se estabiliza, ao contrário, tende a aumentar com o passar do tempo. A forma com que o sujeito resolveu lidar com a situação, mantendo juntas duas exigências que se opõem, é o que alimenta a divisão do ego, o qual, nesse caso, pode-se dizer, falhou em sua função de sintetizar, combinar e unificar os processos mentais e isso lhe traz conseqüências psíquicas, as quais encontram sua origem no desejo e no tempo de sua negação.

Segundo Freud (idem), o que normalmente acontece com o menino que recebe ameaças de castração é que quando ele vê os órgãos genitais femininos percebe que realmente está correndo perigo de perder seu pênis, assim como supostamente aconteceu com a menina. Então, por medo, procura obedecer à proibição e não mais tocar em seus genitais, ou seja, o menino cede às ameaças, abrindo mão da satisfação pulsional. Mas, no caso aqui mencionado, a criança não abriu mão da satisfação de seu desejo, embora reconhecesse o perigo que sofria. No entanto, simultaneamente, um sintoma foi desencadeado contradizendo a indiferença em relação ao perigo da realidade. Podemos supor, então, que o sintoma comporta uma mensagem, cujo conteúdo é datado, e só a partir da linguagem é possível decifrá-lo. Isso por duas razões: a linguagem testemunhou o acontecimento traumático; e o discurso conduz o sujeito ao tempo do acontecimento.

Para compreendermos essa idéia de que o sintoma carrega a marca do desejo e do tempo, podemos compará-lo a uma cicatriz. Uma cicatriz conta a história de um acidente

¹² O termo “mudança subjetiva” remete aqui a uma mudança de posição do sujeito em relação à determinada experiência.

ocorrido no passado, em um tempo específico, no qual o sujeito viu o seu corpo sendo invadido, cortado e marcado. Do mesmo modo, podemos pensar no sintoma, com a diferença de que a cicatriz é a prova viva de que não há mais perigo, a ferida não sangra mais; ela não reabre a cada lembrança do acidente. Enquanto o sintoma é uma marca viva no corpo, é um sinal de que forças contrárias estão em luta. O sintoma narra a história de um duelo ocorrido no passado, cuja disputa consistia em permitir ou não a realização do desejo. Nesse duelo não houve mortos, preferiu-se um acordo, mas não se pode dizer que a conciliação foi amigável, pois, sempre que possível, ocorre de um trapacear o outro para fazer valer a sua vontade.

Com a analogia entre a cicatriz e o sintoma, procuramos esclarecer o sentido em que o tempo está implicado no desejo e de que forma o sintoma carrega a marca de uma época, na qual o desejo foi impedido de realizar-se.

Freud diz que “cada situação de perigo corresponde a um período particular de vida ou a uma fase particular de desenvolvimento do aparelho mental e parece ser justificável quanto a ele” (FREUD, 1974 [1926], v. XX, p.170). A criança, por exemplo, não possui meios de dominar as exigências que lhe são infringidas, tanto as pulsionais, quanto as exigências impostas pela realidade. No caso do adulto, podemos dizer que o que ocorre na atualidade que lhe causa sofrimento tem uma correspondência ao período da infância.

Freud faz referência a um de seus pacientes, o qual durante a infância, logo após a ameaça de castração, “criou um substituto para o pênis de que sentia falta nos indivíduos do sexo feminino - o que equivale a dizer, um fetiche” (FREUD, 1974 [1940], v. XXIII, p. 311). A solução encontrada por este menino possibilitou-lhe continuar com sua prática masturbatória, pois rejeitando tanto a realidade quanto a idéia de que as mulheres haviam sido castradas, não teria razão alguma para acreditar nas ameaças que sofria. Estando convencido de que não perderia seu pênis, o sujeito manteve a satisfação pulsional. Mas, ao mesmo tempo, foi tomado pelo medo da punição por parte do pai, um pavor de ser comido por ele e, posteriormente, criou mais um sintoma, o qual permaneceu na vida adulta. Ele não suportava que seus dedos dos pés fossem tocados. Isso nos permite supor que há uma relação entre o sintoma e o tempo da castração.

O fetichismo permite identificar com clareza como se dá a divisão do ego, mas há de se ter em mente que esta divisão não implica, necessariamente, a criação de um fetiche. Este foi o meio que o paciente de Freud encontrou para rejeitar a realidade, mas o desvio que o ego realiza das exigências do mundo externo quando se vê em situação de aflição depende unicamente da negação de suas percepções, as quais comunicam ao ego o perigo da realidade.

Para negar suas percepções, muitas vezes, o sujeito recorre ao apagamento de alguns

episódios de sua vida. Não é raro ouvir de algumas pessoas depoimentos como “eu não lembro nada dessa época... é como se tudo tivesse sido apagado... não sei o que eu fazia ou o que eu pensava...”. Ao que podemos deduzir que uma situação traumática não deve ser esquecida de forma isolada, isto é, o recalque não deve atuar apenas sobre a situação em si, mas também sobre as outras imagens que, de alguma forma, mantêm relação com a cena traumática. Se assim for, podemos dizer que é um período de tempo que é esquecido pelo sujeito. Como é mencionado pelo dito popular: “uma mentira precisa de sete outras para se sustentar”; se tomarmos a “negação das percepções” por uma “mentira” podemos dizer que, de certo modo, as lembranças de um período de tempo são omitidas para sustentar o recalque da cena traumática.

Freud afirma que é “uma característica universal das neuroses, que estejam presentes na vida mental do indivíduo, em relação a algum comportamento particular, duas atitudes diferentes, mutuamente contrárias e independentes uma da outra (FREUD, 1974 [1940], v. XXIII, p. 234). Uma atitude pertence ao ego e a outra, ao id.

Independentemente da solução escolhida pelo ego no processo de defesa, seja ela negar a realidade do mundo externo ou rejeitar a exigência pulsional, sua escolha nunca alcança o sucesso total, e dela decorrem duas atitudes contrárias, resultando no desencadeamento sintomático.

O sintoma é derivado de um impulso reprimido, logo, ele está sempre renovando suas exigências de satisfação, o que obriga o ego a manter-se em posição de defesa. Então, se de tempos em tempos, há uma renovação das exigências pulsionais, haveria alguma relevância em considerar esse tempo? Se cada vez que o material reprimido tenta emergir é marcado um outro tempo, seria correto dizer que o tempo/época em si conta?

Para pensar na questão levantada, é necessário dar um passo atrás e partir da idéia de que não é exatamente a situação traumática que causa o sintoma, mas a lembrança da mesma. Isso permite inferir que não é precisamente o tempo do acontecimento que importa, mas, sim, o quê desse tempo passado foi articulado pelo sujeito com o material do tempo presente. Mas, se for apenas isso, o que dizer da ansiedade desencadeada cada vez que os impulsos inconscientes emergem na consciência? Na verdade, a ansiedade não é originada a partir do retorno do material recalado. A ansiedade é apenas reproduzida como uma reação afetiva em concordância com um traço mnêmico já existente. Ou seja, devemos considerar a existência de recalques anteriores que atraem os elementos da situação atual que seja da mesma natureza do material recalado (FREUD, 1974 [1926]).

Desse modo, podemos dizer que as pulsões que lutam por satisfação causam desprazer

porque remetem o sujeito à sua castração. Mas esse tempo da castração está perdido; só restou dele um traço e, cada vez que o sujeito deseja algo da ordem do impossível, este traço é tocado, sem que se tenha consciência do que isso significa ou de quando aconteceu, restando apenas angústia.

Sendo assim, seria correto dizer que o tempo de hoje remete o sujeito ao tempo passado e que este, quando era atual, remetia o sujeito a um outro tempo anterior e assim sucessivamente? Estes questionamentos a respeito do tempo permitem o entendimento do que Freud quis dizer quando afirmou que o inconsciente é atemporal. Freud desconsiderou o tempo das repetições pulsionais por perceber que o desejo é indestrutível, por isso ele afirma que “Impulsos plenos de desejos [...] são virtualmente imortais; depois de se passarem décadas, comportam-se como se tivessem ocorrido há pouco” (FREUD, 1974 [1933], v. XXII, p. 95).

O desejo inconsciente coloca-se fora do tempo. O inconsciente não reconhece a passagem do tempo, pois, se reconhecesse, o sujeito perceberia que seu sofrimento está amarrado à sua castração. Pensamos ser nesse sentido que Freud afirma: “como se, em todo o vaivém entre rejeição e reconhecimento, fosse todavia a castração que encontrasse a expressão mais clara...” (FREUD, 1974 [1940], v. XXIII, p. 312).

A inalterabilidade do inconsciente com o passar do tempo é explorada por Freud em sua Conferência XXXI: *A Dissecção da Personalidade Psíquica* (1974 [1933]). Nesse texto, Freud trata do assunto dispondo de elaborações desenvolvidas no texto *O ego e o id* (1923): “No id, não existe nada que corresponda à idéia de tempo; não há reconhecimento da passagem do tempo, e [...] nenhuma operação em seus processos mentais é produzida pela passagem do tempo” (FREUD, 1974 [1933], v. XXII, p. 95).

O id é a parte obscura e inacessível da personalidade. O que sabemos a seu respeito advém dos estudos de Freud acerca dos sonhos e da formação dos sintomas neuróticos, sendo a maior parte do conhecimento de caráter negativo, cuja descrição é feita apenas em contraste com o ego. Freud aborda o id fazendo analogias com o “caos, caldeirão cheio de agitação fervilhante” (FREUD, 1974 [1933], v. XXII, p. 94). O id possui energia excessiva e desorganizada, e busca de forma desenfreada a satisfação de suas necessidades; ele desconhece o julgamento de valores, não diferencia o bem do mal e ignora a moralidade.

Freud afirma que no id não existe contradição, não se aplicando a ele a lógica do pensamento. “[...] Impulsos contrários existem lado a lado, sem que um anule o outro, ou sem que um diminua o outro: quando muito, podem convergir para formar conciliações, sob a pressão econômica dominante, com vistas à descarga da energia” (FREUD, 1974 [1933], v.

XXII, p. 94). A razão e o bom senso atribuídos ao ego contrastam com as paixões indomadas do id.

Assim, reconhecer a passagem do tempo não é função do id, mas do ego. Em *Uma Nota sobre o Bloco Mágico* (1974 [1925]), Freud diz “Tive ainda a suspeita de que esse método descontínuo de funcionamento do sistema *Pcpt.-Cs.* jaz no fundo da origem do conceito de tempo” (FREUD, 1974 [1925], v. XIX, p. 290). A noção de tempo é introduzida no ego pelo sistema perceptual. Freud (1974 [1933]) fala da dificuldade de descrever essa relação, mas afirma que não há como duvidar de que a idéia de tempo seja originada a partir do modo de atuação desse sistema. “O que, contudo, muito particularmente distingue o ego do id é uma tendência à síntese de seu conteúdo, à combinação e à unificação nos seus processos mentais, o que está totalmente ausente no id” (FREUD, 1974 [1933], v. XXII, p. 97). Então, o ego dá uma ordem temporal aos processos mentais, submetendo-os ao teste de realidade ¹³.

Embora Freud não se estenda a esse respeito, suas observações dão margem para pensar que a noção de tempo está relacionada a um método de proteção do ego contra o desprazer. Sendo o ego a instância mental que controla e supervisiona a descarga de excitações para o mundo externo, é dele que os recalques procedem, pois procura excluir da mente (e não apenas da consciência) tudo o que considera indesejável.

O ego representa o mundo externo perante o id e, ao cumprir tal função, o ego deve observar e estabelecer um quadro preciso do mundo externo e, através do teste de realidade, deve retirar do mundo externo qualquer acréscimo de excitação decorrente de fontes internas. De um lado, o id faz pressão para ter motilidade, colocando suas exigências como uma necessidade e, de outro, o ego procura controlar esses impulsos do id através de uma espécie de atividade do pensamento, utilizando, para isso, os resíduos mnêmicos da experiência. Freud compara a relação entre o ego e o id com a relação de um cavaleiro com o seu cavalo:

O cavalo provê a energia de locomoção, enquanto o cavaleiro tem o privilégio de decidir o objetivo e de guiar o movimento do poderoso animal. Mas muito frequentemente surge entre o ego e o id a situação, não propriamente ideal, de o cavaleiro só poder guiar o cavalo por onde este quer ir (FREUD, 1974 [1933], v. XXII, p. 98).

O desejo que se anseia saciar é tolhido por ser inadmissível à consciência e acaba sendo sufocado como quando se abafa um grito ao tapar a boca de alguém, impedindo que o som se expanda. Mas o desejo não morre, ele se atualiza nas manifestações inconscientes. O

¹³ “Processo que consiste em testar as coisas para ver se são reais” – definição retirada da nota de rodapé da obra de Freud, v. XXII, p. 47.

desejo não pára de pulsar no sofrimento do sintoma, nas repetidas atitudes incoerentes do sujeito, na regressão ao aconchego da infância, no mundo mágico da fantasia.

O desejo, que no disfarce de sua roupagem, procura desviar-se das barreiras defensoras consegue algum sucesso de satisfação, porque, não sendo reconhecido, não há como ser negado, embora a satisfação nunca seja por completo. Freud é claro quanto a isso, em seu texto *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1974 [1926]):

Ao rebaixar assim um processo de satisfação a um sintoma, a repressão exhibe sua força sob outro aspecto. O processo substitutivo é impedido, se possível, de encontrar descarga pela motilidade; e mesmo se isso não puder ser feito, o processo é forçado a gastar-se ao efetuar alterações no próprio corpo do indivíduo, não lhe sendo permitido girar em torno do mundo externo (FREUD, 1974 [1926], v. XX, p.116).

O ego do sujeito, em conformidade com a realidade externa, não autoriza que o processo substitutivo interfira na realidade. Se preciso for, surgirão paralisias de membros do corpo, escoriações na pele do sujeito, a fim de impedir o caminho para a ação ou o acesso à consciência.

O desejo, que é paralisado pelo susto, é revelado no sintoma de quem fecha os olhos para não enxergar o que viu de aterrorizante. Mesmo que o sujeito transfira para a amnésia aquilo que lhe aterroriza, os impulsos plenos de desejo estarão atualizados nos sintomas, numa energia pulsante clamando por descarga. E não estando mais sob a guarda do ego, cujo princípio é o da realidade, estes impulsos inconscientes gozam de maior liberdade de expressão, podendo impor-se à mente.

Assim, o desejo que se supõe esquecido encontra um meio de se expressar a todo instante na vida do sujeito, em seus sonhos, fantasias e sintomas; e o disfarce é a forma encontrada para transpor as barreiras da não aceitabilidade superegóica, as quais mantêm o sujeito preso ao tempo da negação do seu desejo. O desejo é encoberto por uma censura que fracassa e é devido ao seu fracasso que o desejo irrompe à consciência em forma de sofrimento e dor, pois é com o desprazer que o ego sinaliza a emergência do desejo à consciência. É nesse sentido que nos sintomas pode ser lido: “Nesse tempo, eu desejei. Mas meu desejo eu não pude admitir e admito hoje, dessa forma, com meu sofrimento”.

Durante o percurso analítico, tudo o que foi recalçado coloca-se em oposição ao ego, manifestando-se em forma de resistência. O trabalho do psicanalista consiste em remover estas resistências. Assim, quando o sujeito fala, seus conteúdos inconscientes vinculam-se às representações verbais que lhes são correspondentes, o que permite torná-las conscientes.

Freud diz que “essas representações verbais são resíduos de lembranças; foram antes percepções e, como todos os resíduos mnêmicos, podem tornar-se conscientes de novo” (FREUD, 1974 [1923], v. XIX, p. 33). Sendo assim, a conduta de Lacan (1998) de cortar o tempo da sessão encontra aqui uma explicação, pois o corte que interrompe o discurso do analisante tem por objetivo conduzi-lo ao tempo em que o acontecimento foi registrado na memória do sujeito como um traço ¹⁴.

Nesse sentido, podemos dizer que o analisante faz um trabalho de decifração do seu inconsciente, que consiste na compreensão do sentido atribuído, pelo próprio sujeito, ao texto de sua história. A forma com que o sujeito se posiciona diante da vida, suas escolhas, suas relações afetivas, seu jeito de ser e agir, estão diretamente relacionados à forma com que interpretou suas experiências desde seu nascimento. Como o desenvolvimento de uma criança requer os cuidados de seus pais (embora outros possam ocupar essa função), podemos dizer que a visão de mundo do sujeito tem tudo a ver com as relações que ele manteve na infância. Pois foi nessa época, de total dependência, que ele foi banhado pela linguagem (materna).

Durante os cuidados dispensados à criança, é transmitido muito mais do que ela necessita para sua sobrevivência biológica; é transmitido, sobretudo, desejo. Porque foi a partir do desejo do outro, se não de outros, que a criança veio ao mundo. Lacan (1998 [1957]), no texto *A Instância da Letra no Inconsciente*, diz que “[...] a linguagem [...] preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental” (LACAN, 1998 [1957], p. 498). O sujeito está submetido à linguagem e a um discurso que inscreve seu lugar antes mesmo de seu nascimento. A criança é esperada; os pais fazem planos para seu futuro, preparam seu enxoval, tem toda uma série de preparativos do pré-natal. Embora saibamos que nem sempre ocorre desta forma e que muitas vezes uma gestação carrega o peso da rejeição, isto só vem confirmar o que estamos tratando, ou seja, o lugar do sujeito (bebê) é anterior ao seu nascimento, como diz Lacan, “nem que seja sob a forma de seu nome próprio” (LACAN, 1998 [1957], p. 498).

Sendo assim, não há como negar que as escolhas do sujeito e o sentido que ele atribui às suas experiências estão referenciados a uma espécie de molde, no qual estão guardados traços significantes de uma época.

Veremos no terceiro capítulo, no tópico *A palavra e o tempo*, que o sentido do que quer que seja é concebido pelo sujeito a partir de sua verdade. A verdade de que se trata é justamente esta, inscrita em forma de traços no inconsciente. É esta a verdade que sai pela

¹⁴ Discutiremos sobre o assunto no terceiro capítulo.

mesma boca que insiste em falar que não teve a intenção de dizer o que disse. O inconsciente não tem intenção, esta é uma função da consciência. Entretanto, ele está presente em todo instante, seja nos lapsos de linguagem, nos sintomas, nos atos falhos, nas repetições, nas escolhas afetivas, entre outras manifestações. O inconsciente é o que move o sujeito e tem uma participação determinante em suas escolhas e interpretações. Por isso não é possível fazer uma análise literal de um texto, pois uma interpretação depende de como o significante toca o sujeito, seja na poesia, na pintura, na música e, sobretudo, nas experiências da vida. Toda interpretação diz respeito à subjetividade e descreve uma lógica que é peculiar ao sujeito.

Em resumo, os estudos de Freud acerca do funcionamento psíquico provocaram uma mudança significativa na abordagem da subjetividade. As análises dos sonhos foram de grande importância para o conhecimento das atividades inconscientes da mente. As deduções retiradas da interpretação dos sonhos e aplicadas em outros fenômenos psíquicos permitiram a compreensão de fenômenos patológicos, especialmente das neuroses. Freud diz que “Quem compreender os sonhos pode também apreender o mecanismo psíquico das neuroses e psicoses” (FREUD, 1974 [1913], v. XIII, p. 206). Assim, Freud demonstra que muitos fenômenos patológicos, que antes se acreditava exigirem explicação fisiológica, são na realidade atos psíquicos e que os processos que desencadeiam a patologia podem ser de origem psíquica. Isso foi constatado em vários casos atendidos por Freud em que os pacientes apresentavam crises histéricas com representações miméticas de cenas realmente vivenciadas ou criadas por sua imaginação sem que tivessem consciência disso. Tratava-se de representações de fantasias inconscientes que dominavam a vida emocional do indivíduo e que buscavam a realização de desejos reprimidos. A necessidade de combater tais desejos gerava o conflito interno e, conseqüentemente, o desencadeamento de crises.

Consideramos imprescindível para o empreendimento de um estudo psicanalítico sobre o tempo que seja levado em conta a contribuição freudiana acerca do tema. Após percorrer o terreno das pesquisas freudianas, torna-se perceptível a importância da compreensão da atemporalidade do inconsciente para entender a idéia elaborada por Lacan (1998) de cortar o tempo da sessão psicanalítica.

Seguramente, a maior contribuição pós-freudiana acerca do tempo foi a de Jacques Lacan que abordou esse tema de forma inovadora, incluindo, na experiência psicanalítica, o tempo como instrumento a serviço da operação analítica. Essa conduta de Lacan provocou uma acentuada diferenciação não apenas entre a Psicanálise e outras disciplinas que tratam da mente, mas dentro da própria Psicanálise. No capítulo seguinte, demarcaremos alguns

aspectos dessas considerações a respeito do tempo e sua relação com o funcionamento da língua no sujeito em situação de análise.

Capítulo 3: O Tempo de Lacan

*Me disse vai embora, eu não fui
Você não dá valor ao que possui
Enquanto sofre, o coração intui
Que ao mesmo tempo que machuca o tempo
O tempo flui
E assim o sangue corre em cada veia
O vento brinca com os grãos de areia
Poetas cortejando a branca luz
E ao mesmo tempo que magoa o tempo me passeia*

*Quem sabe o que se dá em mim?
Quem sabe o que será de nós?*

O tempo que antecipa o fim

Também desata os nós

Quem sabe soletrar adeus

Sem lágrimas, nenhuma dor

Os pássaros atrás do sol

As dunas de poeira

O céu de anil no pólo sul

A dinamite no paiol

Não há limite no anormal

É que nem sempre o amor

É tão azul

A música preenche sua falta

Motivo dessa solidão sem fim

Se alinham pontos negros de nós dois

E arriscam uma fuga contra o tempo

O tempo salta

(*Novamente* - Composição de Fred Martins e Alexandre Lemos)

3.1 A palavra e o tempo

No texto *A Função Criativa da Palavra* (1979 [1954]), Lacan propõe que a palavra do analisante seja analisada a partir da concepção de que uma palavra apresenta diversos sentidos e sustenta várias funções. A palavra é instituída como tal dentro de uma estrutura semântica, ela nunca tem um único sentido, o termo. Sendo assim, faz-se necessário levar em conta o modo particular com que o sujeito faz uso da palavra, como a emprega e, acima de tudo, ficar atento aos múltiplos sentidos entre as linhas. Lacan diz que “atrás do que diz um discurso, há o que ele quer dizer, e, atrás do quer dizer, há ainda um outro querer-dizer, e nada será nunca esgotado” (LACAN, 1979 [1954], p. 276).

Nessa perspectiva, para Lacan, não é o sentimento expresso nas palavras de sofrimento do analisante que deve ser considerado, mas sim, o valor da palavra dentro da estrutura do seu discurso e este valor é determinado sempre em relação às demais palavras e aos possíveis sentidos que a palavra oferece. Se no processo analítico estamos lidando com o que é da ordem da palavra, tudo o que o analisante evoca de seu passado só adquire sentido em função dessa mesma ordem. Então, é em virtude de a emoção estar atrelada à ordem simbólica que o sujeito é capaz de externar sua emoção, seja de forma dialética ou por outros mecanismos tais como deslocamento, inversão ou inibição. Lacan é enfático quando se refere a isso: “Não há aí nenhum sentimento, nenhuma projeção imaginários” (LACAN, 1979 [1954], p. 276), e tomar o discurso do analisante pela via da emoção nos conduz a um labirinto, do qual só é possível sair “reconhecendo que o elemento-tempo é uma dimensão constitutiva da ordem da palavra” (LACAN, 1979 [1954], p. 276).

Lacan (1979 [1954]) vai buscar em Hegel os fundamentos para sua tese. Para o filósofo, “*O conceito é o tempo da coisa*” (LACAN, 1979 [1954], p. 275 – destaque do autor). O conceito substitui a coisa na sua ausência e essa substituição não tem nada a ver com a forma ou com a realidade da coisa, mas, sim, com sua nomeação. Ou seja, a coisa é presentificada no momento em que a nomeamos. O que caracteriza a relação entre o conceito e a coisa é a possibilidade de uma identidade ser alcançada a partir da diferença. É isso o que permite também que um acontecimento seja simbolizado, ou seja, que se estabeleça um jogo de presença-ausência.

Partindo da idéia de que o conceito é o tempo da coisa, Lacan põe-se a questionar sobre a atemporalidade do inconsciente freudiano. Ele diz:

Encontramo-nos aqui no coração do problema do que Freud avança quando diz que o inconsciente se coloca fora do tempo. É e não é verdade. Ele se coloca fora do tempo exatamente como o conceito, porque é o tempo de si mesmo, o tempo puro da coisa, e pode como tal reproduzir a coisa numa certa modulação, de que qualquer coisa pode ser o suporte material. Não se trata de outra coisa no automatismo de repetição (LACAN, 1979 [1954], p. 276).

Lacan está de acordo quanto ao avanço de Freud quando este constata que o inconsciente é atemporal. No entanto, o autor não considera que sua descoberta seja totalmente verdadeira, tendo em vista que o inconsciente, do mesmo modo que o conceito, tem o seu próprio tempo e, por isso, pode ser reproduzido, isto é, o conceito (palavra) pode ter diversos sentidos, dependendo de quando e como está empregado (na sentença). Da mesma forma acontece com a repetição (manifestação inconsciente), pois ela também apresenta vários sentidos, dos quais depende da construção que o sujeito faz na realização do seu ato. Disso se pode inferir que a questão do tempo está subentendida quando escolhemos uma palavra para expressar o que queremos dizer e essa palavra terá o valor pretendido apenas no tempo dessa elaboração sintagmática.

Assim, se a consciência é regida por uma noção do tempo cronológico, o mesmo não ocorre com o inconsciente; mas isso não implica a constatação de que o inconsciente está fora do tempo. Pode ser dito sim que este tempo está subvertido, uma vez que não é marcado pela ordem dos acontecimentos históricos, mas não se pode negar a existência de um outro modo de contar o tempo, no qual o sujeito organiza seus conteúdos inconscientes. Os atos inconscientes estão relacionados a um modo particular de expressão do sujeito, no qual o inconsciente apresenta uma outra lógica que difere da lógica da passagem do tempo e é sobre este outro tempo, denominado por Lacan de “tempo lógico” que encontramos o sentido do ato inconsciente.

Nessa perspectiva, o que é desenvolvido no texto de Lacan *De Locutionis Significatione* (1979 [1954]) tem muito a acrescentar à nossa discussão, pois a partir do diálogo intitulado “Do Mestre” (no qual Santo Agostinho e seu filho, Adeodato, discutem sobre a significação da palavra), Lacan procura encontrar no ato o seu sentido de palavra:

[...] ao mostrar qualquer ato no seu tempo particular, o sujeito não tem nenhuma razão, se não dispõe de palavras, para conceituar o próprio ato, porque pode acreditar que se trata daquele ato somente naquele tempo. Reencontramos o tempo, é o conceito. É somente se o tempo do ato é tomado nele mesmo, separado do ato particular, que o ato pode ser conceituado como tal, quer dizer, guardado num nome (LACAN, 1979 [1954], p. 288 – itálicos do autor).

O ato praticado pelo sujeito transmite uma significação que contempla o ato apenas no tempo de sua realização. Por exemplo, se uma pessoa pergunta à outra pessoa que se encontra sentada “o que significa ficar de pé?”, a pessoa interrogada poderá levantar-se para responder, em forma de ato, a pergunta enunciada. Mas, se a mesma questão fosse formulada enquanto o interrogado estivesse de pé, não haveria outro meio de responder senão por palavras/signos. Mesmo que a pessoa se esforçasse para representar o significado de “ficar de pé”, pondo-se a sentar e levantar infinitas vezes, não se saberia ao certo a resposta pretendida, porque poderia ser entendido que “ficar de pé” é o próprio movimento de sentar e levantar. Daí se conclui que somente o ato realizado no seu próprio tempo é que pode ser conceituado. Esse mesmo ato realizado em outro tempo/contexto apresentaria um outro sentido.

Da mesma forma que um fonema isolado do sistema linguístico não designa nada, um ato fora do seu tempo/contexto também não designa. Tanto um quanto o outro só podem ser compreendidos quando integrados em seu sistema de significação. Se é possível se fazer entender por um ato, isto é, sem se utilizar de palavras, é porque o ato já é significativo, quer dizer, o ato está situado em um universo simbólico.

Assim, a repetição do analisante durante o processo analítico deve ser interpretada a partir da consideração do tempo particular dessa manifestação inconsciente, ou seja, devem ser consideradas as associações que o sujeito faz no que concerne ao seu ato e é somente pelo discurso que a lógica que permeia a repetição é transmitida.

Dizer que um ato pode ser conceituado quando tomado no tempo de sua realização, implica dar-lhe um nome. O que Lacan chama de “nome” é entendido aqui como “signo”, que é constituído de significante e significado. É sobre esta totalidade que se estabelece o acordo. Lacan (1979 [1954]) diz que o nome está no plano do reconhecimento e assevera que a linguagem não é feita para designar as coisas, que isso é um engano; embora reconheça que quando falamos, dizemos da coisa, do significável, através do significado.

A partir dessa noção, Lacan afirma que esse engano é estrutural na linguagem humana porque, de certo modo, é nele que está fundada a possibilidade de verificação da verdade, posto que o engano/mentira só existe em relação à verdade. A verdade ocupa um lugar de referência para o sujeito. Lacan baseia-se, nesse caso, em Santo Agostinho, que concebia a palavra a partir de seu deslocamento na dimensão da verdade e que considerava os signos impotentes, no sentido de não ser possível reconhecer o valor do signo nele mesmo, a menos que estivesse em circulação. Dito de outro modo, para Santo Agostinho, os signos são

definidos quando manejados. Logo, é na própria fala que eles se ‘interdefinem’ (LACAN, 1979 [1954]).

Lacan ressalta o quão admiravelmente Santo Agostinho situa o fundamento da dialética da verdade e refere se tratar do mesmo fundamento na descoberta analítica. A analogia que Lacan faz é demonstrada com o texto de Santo Agostinho quando se refere às situações paradoxais, nas quais nos encontramos quando ouvimos o discurso do sujeito. As palavras ouvidas suscitam questões que demandam um posicionamento “aderir ou não à sua verdade, refutá-las ou aceitá-las ou duvidar delas” (LACAN, 1979 [1954], p. 295). Entretanto, a significação de tudo que é falado é sempre dada em relação à verdade. Por isso, Lacan afirma que a palavra é colocada sob o signo da ambiguidade, e “não somente da ambiguidade semântica, mas da ambiguidade subjetiva” (LACAN, 1979 [1954], p. 296). Portanto, a palavra situa-se no registro do equívoco, do erro, da mentira e, por esta razão, muitas vezes, o sujeito não sabe o que diz como ocorre no lapso.

Conforme indica Lacan (1979 [1954]), na análise dos sonhos Freud mostra as estratégias, das quais a palavra se utiliza para se fazer reconhecer. A palavra transmite o desejo por meio do que quer que seja, bastando apenas que o meio utilizado faça parte de um sistema simbólico. O desejo recalcado pelo sujeito não pode ser reconhecido de forma direta, não pode ser verbalizado, pois há aí algo de inefável, e o único meio de se expressar é nas entrelinhas, nos lapsos, nas lacunas, nas repetições do sujeito.

Assim, o discurso do inconsciente se utiliza de elementos disponíveis do pré-consciente, denominados por Freud de “restos diurnos”. Estes são elementos que, por estarem desinvestidos de seu sentido original, ou seja, de desejo, conseguem atravessar a barreira do recalque e emergir na consciência, pois, estando em uma nova organização e apresentando um outro sentido, encontra meios de expressar-se. É o que se vê não apenas no sonho, diz Lacan, mas em toda a psicopatologia da vida cotidiana. É a partir daí que se pode escutar o sujeito do inconsciente.

Desse modo, o automatismo de repetição também deve ser considerado no contexto de palavra. Lacan diz que todo ato que o analisante pratica durante o processo analítico está endereçado ao analista. Se a palavra é o meio do sujeito se fazer reconhecer, então Lacan deduz que devemos “encontrar num ato o seu sentido de palavra” (LACAN, 1979 [1954], p. 279).

Quando Lacan (1979 [1954]) discute sobre a questão do tempo em relação à transferência, ele afirma que a análise se transforma porque, no momento em que a situação transferencial é analisada, é levado em conta o que o analisante traz do passado, o que ele

evoca da situação antiga, quando se encontrava na presença de um objeto diferente do atual. Isso porque “[...] a palavra atual, como a palavra antiga, é colocada num parêntese de tempo, numa forma de tempo [...]. A modulação do tempo sendo idêntica, a palavra do analista tem o mesmo valor que a palavra antiga” (LACAN, 1979 [1954], p. 276). É porque o analisante supõe um saber no analista, um saber sobre a sua história, que a palavra do analista tem peso para intervir na organização do sujeito quanto às suas experiências passadas, e é essa intervenção que permite ao analisante uma nova associação e, por consequência, um novo sentido aos acontecimentos de sua vida.

A noção de sentido/significação é aprofundada no texto *A verdade surge da equivocação* (1979 [1954]), no qual Lacan avança nessa discussão, partindo do questionamento acerca da relação da palavra com a significação. Lacan quer saber de que forma o signo está relacionado ao que ele significa. O autor compreende que o signo sempre evoca outro signo e que este deve ser considerado em cadeia, pois “a linguagem só é concebível como uma rede, uma teia sobre o conjunto das coisas” (LACAN, 1979 [1954], p. 298). Mas Lacan afirma estar diante de um enigma quando relaciona o signo à verdade, pois acredita que o sentido conferido a um signo não é intrínseco a ele mesmo. O sentido vem de fora do signo, ou seja, é o sujeito que lhe dá um sentido. Então Lacan assinala:

O sentido, ou bem vocês o possuem, ou bem não o possuem. Quando compreendem o que se exprime pelos signos da linguagem, é sempre, afinal de contas, graças a uma luz que lhes é trazida de fora dos signos – seja por uma verdade interior que permite a vocês reconhecerem o que é trazido pelos signos, seja pela apresentação de um objeto colocado em correlação, de maneira repetida e insistente, com um signo (LACAN, 1979 [1954], p. 299).

O sentido não está no interior do signo, mas é atribuído a ele pelo sujeito a partir de sua verdade, o que implica dizer também que não há verdade nos signos. A verdade está em outro lugar. Por isso não é possível fazer uma análise literal de um texto, pois uma interpretação depende de como o significante toca o sujeito, seja na poesia, na pintura, na música e, sobretudo, nas experiências da vida.

Lacan nos lembra que é com a palavra que Santo Agostinho “coloca em causa a palavra, e cria a dimensão da verdade” (LACAN, 1979 [1954], p. 299), pois a palavra no movimento dialético produz um novo sentido. Se o movimento dialético é o que propicia alcançar a verdade, podemos deduzir que este deslocamento é marcado pelo desconhecimento, pelo equívoco. Lacan baseia-se nessa noção quando afirma que o discurso do sujeito é desenvolvido no registro do equívoco. Então, da mesma forma como ocorre na

dialética agostiniana, o percurso da análise também permite chegar à verdade do sujeito. Sua verdade é confessada pelos lapsos, sonhos, sintomas e pelas repetições e, quando a experiência analítica avança, diz Lacan: “o sujeito testemunha um sentido mais verdadeiro do que tudo que ele exprime pelo seu discurso de erro” (LACAN, 1979 [1954], p. 303).

Assim, para Lacan (1979 [1954]), quando Freud enuncia que o inconsciente não conhece a contradição, nem o tempo, o que ele quer dizer é que a palavra verdadeira que se espera revelar no sintoma, no sonho, no lapso, obedece a outras leis que não as do discurso, porque é em decorrência de o discurso estar submetido ao registro do erro que seu deslocamento encontra a contradição. Mas a palavra que diz da verdade do sujeito não segue essa linearidade temporal que o discurso apresenta. A palavra verdadeira irrompe na consciência e confessa sobre o que está no fundo do ser, o desejo. Esta é a verdade que importa, a verdade que diz do desejo do sujeito. O desejo que se organiza de várias maneiras para se atualizar a ponto de subverter o tempo. Por isso, Lacan afirma:

Se efetivamente o conceito é o tempo, devemos analisar a palavra por andares, procurar os múltiplos sentidos dela entre as linhas. [...] O último sentido da palavra do sujeito diante do analista é a sua relação existencial diante do objeto do seu desejo (LACAN, 1979 [1954], p. 276).

Algumas questões comparecem, então, ao nosso debate: de que forma esta concepção de que “o conceito é o tempo da coisa” intervém na prática psicanalítica? E como pode ocorrer do analisante ser tratado a partir dessa concepção? É sobre isso que discutiremos a seguir.

3.2 A pontuação do analista

No texto *Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise*, Lacan (1998 [1953]) é categórico quando afirma que o analista deve suspender as certezas do analisante, às quais ele encontra-se aprisionado e deve procurar no próprio discurso do sujeito os meios de libertá-lo (o sujeito). Porque é no embaraço das palavras do sujeito que se encontram as resoluções dos seus problemas. Ainda que a fala do analisante pareça não ter grande importância ou apresente o aspecto de um discurso vazio, é preciso ficar atento porque, como ensina Lacan, “mesmo que não comunique nada, o discurso representa a existência da comunicação; mesmo que negue a evidência, ele afirma que a fala constitui a verdade; mesmo

que se destine a enganar, ele especula com a fé no testemunho” (LACAN, 1998 [1953], p. 253).

Assim, não interessa tanto o que é relatado pelo analisante, mas o quê deste relato o psicanalista consegue escutar para poder identificar em qual de suas partes cabe o termo significativo. Como foi dito anteriormente, não se trata da carga emotiva atribuída a um acontecimento importante da vida do analisante, mas como este acontecimento foi interpretado pelo sujeito; de que forma a experiência traumática foi associada à sua história.

Muitas vezes o analisante fala de algo que ocorreu no seu dia-a-dia de forma despreziosa, como se quisesse que a história cotidiana relatada fosse deixada de fora da análise por ser desprovida de importância, propondo-se voltar ao que realmente interessa; ou fica querendo explicar o sentido de sua palavra ambígua, ou ainda, insiste que seu lapso de linguagem não tem relação alguma com o que está querendo dizer. Certamente que não existe parêntese dentro de uma sessão analítica, que o valor do que o analisante diz está em todo o seu texto. Como diz Lacan, é “tomando o relato de uma história cotidiana por um apólogo [...], uma longa prosopopéia por uma interjeição direta, [...] um simples lapso por uma declaração muito complexa, ou até o suspiro de um silêncio por todo o desenvolvimento lírico que ele vem suprir” (LACAN, 1998 [1953], p. 253) que é possível desatar os nós da teia da linguagem do sujeito. Por isso, Lacan (1998 [1953]) afirma que o que produz sentido ao discurso do sujeito é uma pontuação oportuna. É aí que a questão do tempo ocupa um lugar fundamental, pois quando o analista suspende a sessão na qual o discurso desloca-se sobre uma linha temporal, esse corte efetuado no tempo da sessão tem o valor de uma intervenção que permite libertar a palavra do sujeito de seu contexto habitual e possibilitar um novo sentido. Nesta concepção, a suspensão da sessão é efetuada a partir da trama do discurso e não do tempo cronológico.

Lacan (1998 [1953]) menciona a rememoração hipnótica instaurada por Breuer e Freud, cujo método consistia na reprodução do passado, e sublinha que se tratava de uma representação por meio da fala, o que implica a presença do passado no discurso atual do sujeito. Esse método, que foi batizado com o nome de “talking cure” por uma das pacientes de Breuer – Anna O. – proporcionou a descoberta do acontecimento patogênico denominado “traumático”.

O acontecimento pôde ser reconhecido como a causa do sintoma, porque ao falar do acontecimento traumático, isto é, ao presentificá-lo por meio de palavras, o sintoma era eliminado. Esse método catártico difere do que Lacan propõe como forma de tratamento, mas o que ele quer destacar é que seu pensamento está de acordo com a perspectiva teórica de

Freud no que diz respeito à verdade do sujeito, visto que a revelação da verdade só é possível porque quando o paciente fala, ele reproduz na realidade atual o modo com que foi tomado pela experiência traumática. A fala não só é o fio que liga o passado ao presente, mas também sua única testemunha. Desse modo, a fala funda a verdade através da realidade constituída pela própria fala. Portanto, não é a realidade que devemos focar, mas a verdade, porque é a partir dela que podemos “reordenar as contingências passadas dando-lhes o sentido das necessidades por vir, tais como as constitui a escassa liberdade pela qual o sujeito as faz presentes (LACAN, 1998 [1953], p. 257).

De acordo com Lacan (1998 [1953]), Freud é metódico quando busca situar no tempo a cena traumática, mas sem ficar preso a datas e, sobretudo, considerando todas as ressignificações do sujeito em relação ao acontecimento traumático para poder explicar seus efeitos. Na concepção de Lacan, Freud analisa os processos psíquicos, eliminando os intervalos de tempo em que o acontecimento permanece latente no sujeito.

Sendo assim, Lacan afirma que Freud “[...] anula os *tempos para compreender* em prol dos *momentos de concluir*, que precipitam a meditação do sujeito rumo ao sentido a ser decidido do acontecimento original” (LACAN, 1998 [1953], p. 258 – destaques do autor). Lacan acentua que *tempo para compreender e momento de concluir* são funções definidas num teorema lógico e que são propícias no processo de análise, como já pôde constatar em sua prática.

Lacan (1998 [1953]) indica que o que fundamenta a Psicanálise é a existência do inconsciente. Ele o conceitua de forma simples “O inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente” (LACAN, 1998 [1953], p. 260). Mas também o faz de forma poética e, sobretudo, esclarecedora:

O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser resgatada; na maioria das vezes, já está escrita em outro lugar. Qual seja:

- nos monumentos: e esse é meu corpo, isto é, o núcleo histérico da neurose em que o sintoma histérico mostra a estrutura de uma linguagem e se decifra como uma inscrição que, uma vez recolhida, pode ser destruída sem perda grave;

- nos documentos de arquivo, igualmente: e esses são as lembranças de minha infância, tão impenetráveis quanto eles, quando não lhes conheço a procedência;

- na evolução semântica: e isso corresponde ao estoque e às acepções do vocabulário que me é particular, bem como ao estilo de minha vida e a meu caráter;

- nas tradições também, ou seja, nas lendas que sob forma heroicizada veiculam minha história;
- nos vestígios, enfim, que conservam inevitavelmente, as distorções exigidas pela reinserção do capítulo adulterado nos capítulos que o enquadram, e cujo sentido minha exegese restabelecerá (LACAN, 1998 [1953], p. 260).

Podemos pensar que esta definição de inconsciente pressupõe a concepção de Lacan de que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”; sendo assim, fica mais fácil entender o procedimento de corte no tempo da sessão, pois como exprime a canção “o tempo que antecipa o fim, também desata os nós”. É justamente esse o objetivo do corte no tempo da sessão, ou seja, que o corte possa agir nas amarras associativas do sujeito e que provoque o seu desatamento, fazendo com que a lógica do inconsciente, a qual mantém o sujeito preso a determinada significação, possa vir a ser destituída e, por consequência, possa ser criado um outro modo de organização dos acontecimentos vivenciados pelo sujeito. Se isso for possível, quer dizer, se o sujeito conseguir realizar uma nova forma de associação das cadeias significantes, pensamos que ele (o sujeito) poderá lançar mão de outros sentidos da palavra que a linguagem comporta. Dito de outro modo, o corte no tempo cronológico da sessão pode provocar o nascimento de uma nova significação (para o sujeito) em decorrência de uma nova formação associativa na qual se articula a verdade do sujeito.

O ato do sujeito de endereçar-se ao Outro e por meio da fala constituir sua história é uma condição para a entrada no processo analítico e, como afirma Lacan (1998 [1953]), esse ato também deve ser considerado um fundamento da Psicanálise. Mas ocorre que nem sempre o analisante está implicado na análise e disposto a liberar sua fala, ao que Lacan esclarece que o analista deve introduzir o sujeito na linguagem de seu desejo, ou seja, “na *linguagem primeira* em que, para-além do que ele nos diz de si, ele já nos fala à sua revelia, e prontamente o introduzimos nos símbolos do sintoma” (LACAN, 1998 [1953], p. 294 – destaque do autor). Se a associação livre é o fio que conduz à teia do simbólico no qual se encontram os nós de sua estrutura, isto é, os pontos de cruzamento das formas verbais, devemos supor que o sintoma pode ser desfeito quando acompanhamos as associações do analisante e intervimos nelas, isso porque o próprio sintoma é estruturado como uma linguagem (LACAN, 1998 [1953]).

Para Lacan, a análise constitui-se em um espaço permeado de ilusão que envolve tanto o analista quanto o analisante, porque o analista escuta a verdade do sujeito não apenas nas palavras que ele diz, mas também nas entrelinhas do seu dito, nos símbolos dos seus sintomas e de suas repetições. Trata-se de uma escuta “para-além do muro da linguagem”, usando a

expressão de Lacan. Do mesmo modo, o analisante está envolto na ilusão de que sua verdade já é conhecida de antemão pelo analista. O analisante supõe um saber no analista e quando este intervém de forma pontual no discurso do analisante sempre lhe causa surpresa. O pacto da análise consiste justamente nessa miragem. É a partir dela que se pode acreditar que o analisante entrou em análise.

Faz parte da experiência analítica o analisante demandar respostas do seu psicanalista, e a este cabe negá-las, de modo que o sujeito passe a trabalhar, psiquicamente, suas questões. Mas a recusa do psicanalista não é sustentada de modo indefinido. A partir do momento em que o sujeito está implicado em sua análise, isto é, que sua questão é assumida e que sua fala busca um saber sobre si mesmo, sobre sua verdade, o psicanalista a sanciona com sua resposta. Lacan questiona “Que quer dizer isso, senão que nada fazemos a não ser dar à fala do sujeito sua pontuação dialética?” (LACAN, 1998 [1953], p. 311). É esta pontuação realizada pelo analista o que permite ao sujeito o alcance de sua verdade.

O tempo é apresentado por Lacan como um fator de grande importância para a técnica da psicanálise; seja na duração da análise total, em que o término da análise está subentendido, seja na duração da sessão, em que o tempo do sujeito está implicado.

Com relação à análise total, isto é, a duração do tratamento, Lacan aponta para o contra-senso em fixar o tempo de sua duração de forma antecipada por dois motivos, dos quais o primeiro envolve a limitação do campo analítico: não há como prever o tempo necessário para que o sujeito compreenda suas questões ou apreenda sua verdade. O segundo está relacionado ao sujeito: a fixação antecipada de um término confirmaria ao sujeito que sua verdade já está dada *a priori*. Deste modo, o analista estaria restabelecendo a miragem original do sujeito, confirmando conhecer de antemão sua verdade, o que traria sérias complicações no desenrolar do tratamento.

Diante do exposto, podemos concluir que, na concepção lacaniana, a duração do tratamento psicanalítico é imprevista, pois não há meios de determiná-la antecipadamente. Lacan (1998 [1953]) assinala que a fixação do tempo realizada por Freud na análise do *Homem dos Lobos* foi sua primeira forma de intervenção ativa. A conduta de Freud também não poderia ser tomada no âmbito da surpresa, posto que o analisante não estava esperando por isso?

Não podemos pensar na fixação efetuada por Freud como um corte no tempo da duração do tratamento (no sentido do corte da sessão lacaniana)? Como discutimos no capítulo anterior, o próprio Freud sustenta que sua intenção era levantar as resistências do paciente e que considera ter tido sucesso, uma vez que seu paciente voltou a fazer seu trabalho

psíquico. Porém, Freud ensinou, sobretudo, que deveríamos ficar atentos ao tempo de cada sujeito. Mas, considerar o tempo particular do sujeito não é o mesmo que levar em conta o modo como o sujeito lida com suas questões, as conexões que ele faz com os acontecimentos de sua história, o sentido que ele dá às suas experiências, considerando sempre a relação disso com a atemporalidade do inconsciente?

Então, de certa maneira, não podemos pensar que Lacan estende a conduta de Freud (quanto à determinação do término da sessão para suspender a resistência do sujeito) ao tempo da sessão, efetuando o corte para provocar uma nova significação?

Nessa perspectiva, Quinet (2000, p. 50) afirma que “o final da análise deve estar inscrito em cada sessão e isso desde o início”.

O tempo que incide na duração da sessão é outro aspecto do fator temporal que exige atenção e que está na base da concepção lacaniana. Lacan está de acordo que o inconsciente precisa de tempo para se revelar, mas questiona “qual é sua medida? Será a do universo da precisão?” (LACAN, 1998 [1953], p. 314).

Se durante a sessão o psicanalista desempenha a tarefa de testemunhar, registrar e se fazer depositário do discurso do analisante, a sua maior função é pontuar a fala do sujeito e, por esta razão, muitas vezes, o psicanalista é visto pelo analisante como mestre da verdade. Lacan ensina que o analista deve conduzir a sessão seguindo o fio do discurso do analisante e que este deve experimentar a suspensão da sessão como uma pontuação na continuidade de seu discurso. Pois é a pontuação que altera o discurso estagnado ou fixa o sentido a ser dado à palavra, eliminando a presença da ambiguidade. Assim, o tempo da sessão deve ser regulado pelo inconsciente que é atualizado na fala do sujeito, e a escuta do analista é a ferramenta de que ele dispõe para decidir o momento do corte da sessão, isto é, o lugar da significação.

Nessa perspectiva, Lacan contrapõe-se às normas da Associação Psicanalítica Internacional (IPA) quanto à fixação do tempo da sessão, porque se o inconsciente ignora a linearidade temporal (como é constatado no relato que o sujeito faz de sua história, na qual demonstra que a lógica que se insere na ligação de um acontecimento a outro não segue um tempo cronológico, mas sim que o sujeito institui um outro modo de contar o tempo), é porque o inconsciente segue uma lógica própria e, desse modo, não podemos definir um tempo para a sessão psicanalítica a partir dos ponteiros do relógio. O único tempo que poderia ser levado em conta seria um tempo que tivesse relação com a lógica na qual ele trabalha e, sendo assim, Lacan propõe o tempo lógico.

3.3 A lógica do Inconsciente

Para discutirmos o tempo lógico é fundamental que consideremos um outro texto lacaniano: *O Tempo Lógico e a Asserção de Certeza Antecipada* (1998 [1945]). Neste texto, a experiência do sujeito com o tempo é desenvolvida, minuciosamente, por Lacan, a partir do sofisma dos três prisioneiros, o qual permite examinar uma função essencial inclusa no movimento do sujeito em relação à verdade: a pressa. O valor desta função é estendido para a sessão psicanalítica como veremos adiante.

O sofisma é descrito da seguinte forma: O diretor de um presídio convoca três prisioneiros e lhes propõe um desafio, o qual irá beneficiar com a liberdade aquele que conseguir resolver o problema de lógica apresentado, devendo conter na resposta os fundamentos lógicos da conclusão. O primeiro que tiver formulado sua resposta deverá sair da sala para ser julgado.

O diretor explica aos três prisioneiros que possui cinco discos, dos quais três são brancos e dois são pretos. Com exceção da cor, os discos são todos iguais. Do total de discos, serão escolhidos três e, sem que os sujeitos tenham conhecimento de quais são, será pregado um disco nas costas de cada um dos prisioneiros. Estando todos com seu atributo nas costas e cientes de que não pode haver nenhum tipo de comunicação entre eles, os prisioneiros poderão examinar os discos dos companheiros. O primeiro que descobrir qual é a cor do próprio disco será o vencedor da prova.

Devemos notar que as condições desse jogo (sofisma) não diferem muito do que ocorre durante o processo de análise. Se partirmos do pressuposto que o analisante procura a saída para o sofrimento que lhe aprisiona e que, para isso, deverá falar sobre o peso que carrega nas costas mesmo sem saber ao certo do que se trata, podemos dizer que a comparação prisioneiro-analisante é bastante adequada. No entanto, há uma similaridade que devemos tomar como anterior a essa: trata-se da relação do sujeito com a linguagem.

O modo como o sujeito se coloca diante do mundo diz da sua relação com a linguagem, isto é, com o que é da ordem do significante. Nesse sentido, podemos fazer uma alusão do “sair da sala para ser julgado” com a saída do sujeito do processo de “alienação-separação”, do qual o sujeito sai com as significações que lhe referenciam a partir de sua relação com o Outro.

Em alguns momentos desse capítulo mencionamos que o modo pelo qual o sujeito é marcado pelos acontecimentos de sua vida não está relacionado ao tempo histórico; falamos

ainda que o sujeito subverte o tempo ao aproximar acontecimentos de experiências supostamente distantes ignorando o tempo cronológico. Se tomarmos os acontecimentos traumáticos da vida do sujeito como significantes, podemos dizer que o sujeito está aprisionado a uma cadeia de significantes a qual dispõe de uma significação, mas que o sujeito desconhece, apesar de ser influenciado/movido pelo efeito de sentido que dela advém. Acreditamos que a discussão desse sofisma, proposto por Lacan, se insere na concepção do inconsciente como linguagem, marcando em cada um, uma posição subjetiva que se define sempre em relação a uma alteridade. Voltemos ao sofisma.

Após as explicações do diretor, em cada um dos sujeitos foi colocado um disco branco. De modo que não foi utilizado nenhum dos dois discos pretos (LACAN, 1998 [1945]).

Depois de um período de observação, os três prisioneiros saem ao mesmo tempo e cada um expressa, em sigilo, a sua resposta. A solução formulada pelos três sujeitos é semelhante e exprime o seguinte:

Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: 'Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto'. E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles. (LACAN, 1998 [1945], p. 198).

Propomos desmembrar esta formulação, tomando como referência o sujeito **A**, apontado por Lacan como o único sujeito real, o qual desenvolve seu raciocínio lógico a partir da conduta dos sujeitos **B** e **C** que são os sujeitos refletidos. Devemos marcar aqui uma relação de interdependência, colocada como necessária para se chegar a uma conclusão, pois esta implica a construção de uma hipótese que envolve os três elementos. O sujeito **A** faz uma dedução de si mesmo e do outro (**B**, por exemplo), e ainda supõe a dedução de **B** em relação à conduta do sujeito **C**, o que denuncia um entrelaçamento de idéias calcadas na imaginação.

O sujeito **A** vê dois discos brancos (em **B** e **C**) e deduz que também possui um disco branco. Por quê? É que ele se coloca na posição de **B** para tentar enxergar a sua própria cor e imagina que, se fosse preto, o sujeito **B** vendo o disco preto de **A** e o branco de **C**, poderia pensar que, se também fosse preto, o **C** já teria saído por estar vendo dois discos pretos (de **A** e **B**), lembrando que do total de discos, havia apenas dois pretos. Como o **C** mantém-se imóvel, o sujeito **A** conclui que tem um disco branco. Se **A** se colocasse na posição de **C**, o

desenrolar do raciocínio seria o mesmo. Disso podemos inferir que toda dedução foi realizada a partir do que o sujeito supôs de saber no(s) outro(s).

No processo analítico ocorre o mesmo, quer dizer, o analisante precisa supor um saber no analista para fazer todo o percurso em busca de sua verdade.

Lacan (1998 [1945]) aponta a hesitação dos sujeitos como fator fundamental para a decisão. Se *A* pôde concluir ser branco é porque seus companheiros mantiveram-se parados, hesitantes. Caso algum dos sujeitos visse dois discos pretos não haveria hesitação alguma, por isso Lacan diz que este sujeito é de pura lógica. Foi o tempo de parada que permitiu sinalizar, uns aos outros, o atributo que cada um carregava. Isso nos permite dizer que o tempo de elaboração do saber só se faz diante de uma elaboração da posição especular com o outro.

Segundo Lacan (1998 [1945]), devemos observar que na lógica desse sofisma (bem como a lógica do inconsciente e a lógica que permeia a psicanálise) o que predomina não é a estrutura espacial, mas a temporal, porque não se trata do que os sujeitos vêem (se discos pretos ou brancos), mas o que eles deduzem a partir do que não vêem, ou seja, os discos pretos.

O valor disso está no movimento que o sujeito faz para verificar as possibilidades que lhes são conferidas a partir de um processo lógico, no qual o sujeito converte as combinações possíveis do jogo (três discos brancos; 1 disco branco e dois pretos; 1 disco preto e dois brancos) em “três tempos de possibilidade”.

Devemos ter em mente que a significação que o sujeito atribui ao que quer que seja é apenas uma das infinitas possibilidades. Desse modo, podemos pensar que Lacan propõe o corte no tempo da sessão para que o sujeito possa fazer um movimento de retroação que lhe permita uma nova significação.

Assim, os momentos em que o sujeito hesita para concluir o problema devem ser considerados como um dado necessário no processo lógico. É na parada que um saber possível é revelado como uma experiência subjetiva do tempo.

Sendo assim, Lacan (1998 [1945]) passa a analisar o sofisma demarcando três “momentos da evidência” em que a instância do tempo configura-se de um modo diferente em cada um deles, apontando para a descontinuidade temporal e para o valor que lhe é conferido em cada momento.

Primeiro momento da evidência: “Estando diante de dois pretos, sabe-se que é branco” (LACAN, 1998 [1945], p. 204). A formulação é realizada logo de início porque os dados do problema já contêm a resposta (do total de discos, três são branco e dois são pretos). Aquele que vê dois discos pretos exclui qualquer possibilidade de equívoco, pois se existem

apenas dois discos pretos a única combinação possível é dois pretos e um branco, o que não deixa margem para dúvida quanto à sua qualidade de ser branco. Mas a certeza, isto é, o saber vem do outro de forma direta, pois é o diretor quem define que só há dois discos pretos. Então, este dado se inscreve como um “*sabe-se que*” não exigindo uma elaboração lógica por parte do sujeito, daí a denominação atribuída por Lacan de sujeito impessoal. A resposta é imediata e o tempo gasto para a solução é igual a zero, sendo preciso apenas “o instante do olhar” (LACAN, 1998 [1945]).

Segundo momento da evidência: “Se eu fosse preto, os dois brancos que estou vendo não tardariam a se reconhecer como sendo brancos” (LACAN, 1998 [1945], p. 204). Aqui, o instante do olhar é insuficiente para encontrar a saída. Com a visão de dois discos brancos, o sujeito necessita criar uma hipótese que implica o seu deslocamento. O sujeito coloca-se no lugar do outro e raciocina a partir desse lugar, para ver, com os olhos do outro, o atributo que é seu. “Se eu fosse preto, ele teria saído sem esperar um instante. Se ele continua meditando, é porque sou branco” (LACAN, 1998 [1945], p. 205). A evidência desse momento supõe um tempo de meditação que dura o tempo para compreender que é branco. Lacan diz que “o tempo de compreender pode reduzir-se ao instante do olhar, mas esse olhar, em seu instante, pode incluir todo o tempo necessário para compreender” (LACAN, 1998 [1945], p. 205). Lacan diz que o sujeito em questão aqui é o sujeito indefinido por só poder reconhecer a si mesmo a partir do outro, o que implica a reciprocidade.

Terceiro momento da evidência: “Apresso-me a me afirmar como branco, para que esses brancos, assim considerados por mim, não me precedam, reconhecendo-se pelo que são” (LACAN, 1998 [1945], p. 206). Este é o momento da decisão, no qual o sujeito conclui o movimento realizado no tempo para compreender e se lança na asserção sobre si. O tempo que durou a meditação retorna em forma de sensação de atraso em relação aos outros prisioneiros. O sujeito apressa-se para concluir o momento para compreender que é branco. Sua urgência decorre da tensão do tempo que se esvai e do risco que corre de não poder falar a tempo. Esse tempo é denominado por Lacan de “momento de concluir” e o sujeito que aqui se declara é o sujeito da enunciação. Esse sujeito pode ser tomado como aquele que se utiliza da língua para se fazer reconhecer.

Lacan (1998 [1945]) diz que é na certeza de poder declarar-se que o sujeito movimenta-se em direção ao momento de concluir a definição de si mesmo, e como a construção que o sujeito realiza em relação a sua verdade consome tempo, isto é, como o sujeito leva um tempo para compreender quem é (se branco ou preto), ele sente como se estivesse atrasado e precisa apressar-se para que os outros (prisioneiros) não se antecipem a

ele e lhe tirem a oportunidade de falar qual é o seu atributo, impedindo-o desta forma de colocar-se como sujeito e o mantendo na obscuridade de sua identidade; ou ainda terá que se conformar com a designação vinda do outro. Nesse sentido, Quinet (2000, p. 64) afirma: “O encurtamento da sessão, tal como Lacan teoriza, não visa outra coisa senão precipitar no sujeito o momento de concluir, para que o sujeito se declare”.

Como o que determina a suspensão da sessão lacaniana não é o tempo cronológico, mas sim o tempo que confere à lógica do inconsciente, então, a pressa entra no processo da análise como fator fundamental, porque o analisante não sabendo quanto tempo tem para declarar quem ele é, procura apressar-se rumo ao momento de concluir, na certeza de poder dizer o significante que lhe define. Como o que é dito pelo analisante é sempre insuficiente para determinar o sujeito da enunciação, porque este não pode jamais ser reduzido a um único significante, o analisante põe-se a produzir vários significantes na tentativa vã de que ao menos um sirva a esse propósito.

A esse respeito Quinet (2000, p. 66) afirma:

Ao se entrar numa sessão sem saber quanto tempo ela durará, se está sob o impacto da pressa, o que precipita o momento de concluir. Este primeiro aspecto, ligado à cadeia de significantes, é correlato ao desejo e vinculado ao enigma e ao sentido. É o aspecto que diz respeito ao sujeito determinado pelo significante.

Nesse sentido, como diz Lacan, a certeza antecipada é o ponto de partida do analisante/prisioneiro e também o que o movimenta na intenção de declarar-se como sujeito e essa declaração implica a produção de significantes. Mas, se no sofisma basta ser o primeiro a dizer o atributo que tem nas costas para conseguir a liberdade, na análise o discurso que se desenvolve para chegar à declaração assertiva do sujeito é o meio de libertar o próprio discurso de um sentido estagnado.

Quando o analista intervém no discurso do analisante com o corte, a verdade que estava organizada em uma cadeia significativa é desmontada e o sujeito faz uma reorganização, o que lhe permite atribuir novos significados às certezas antes petrificadas.

O tempo lógico contempla a atemporalidade do inconsciente, uma vez que este tempo não é regido por algo exterior à experiência analítica, mas, ao contrário, este tempo segue a lógica do inconsciente, a qual se manifesta de modo muito peculiar. Sendo assim, o sofisma esclarece o modo de funcionamento do inconsciente, na sua relação à lógica pautada no olhar para o outro.

Conforme demonstra Lacan, “A indiferença com que o corte do timing interrompe os momentos de pressa no sujeito pode ser fatal para a conclusão rumo à qual se precipitava seu discurso, ou mesmo cristalizar nela um mal-entendido” (LACAN, 1998 [1953], p. 315). Assim, Lacan atribui ao corte da sessão o valor de uma interpretação, cabendo ao analista fazer o corte e, ao analisante, produzir a significação em consequência da interrupção inesperada. No tópico seguinte, discutiremos mais a esse respeito.

3.4 A erótica do tempo

Somente depois de silenciada a fala é que o texto pôde existir.

(Romildo do Rêgo Barros)

No ano de 2000, Jacques-Alain Miller esteve no X Encontro Brasileiro do Campo Freudiano realizado no Rio de Janeiro, onde ministrou um seminário intitulado *A erótica do tempo*. Consideramos que este texto de Miller oferece uma leitura que permite compreender com mais clareza o que foi desenvolvido por Lacan em sua obra acerca do tempo. A escolha do título do seminário *A erótica do tempo* é intrigante e desperta inquietação, não bastando para diminuí-la falar que Miller aborda o tempo pela sua erótica. Afinal, o que isso quer dizer?

Para explicar, Miller (2000) toma o espaço como ponto de partida, ou melhor, “a erótica do espaço”, que trata de um espaço libidinal e que, como ele mesmo diz, é um tema bastante conhecido na psicanálise.

Conforme sugere Miller, esta perspectiva do espaço pela via da libido contradiz o princípio euclidiano, o qual declara que o caminho mais curto entre dois pontos é uma reta. A contradição apresenta-se quando constatamos que no espaço euclidiano nada se interpõe entre os pontos, enquanto que no espaço libidinal sempre tem algum obstáculo. Este obstáculo que pode ser interpretado pelo viés da interdição do incesto é o que impede que o sujeito vá em direção ao objeto desejado de forma direta, isto é, pelo caminho mais curto. A relação parental é o que permite ao sujeito constituir seu objeto de desejo, mas esta mesma relação também é responsável pela construção de uma barreira que torna os elementos parentais inacessíveis ao sujeito no sentido erótico. Então, para que o sujeito alcance seu objeto ele precisa desviar da barreira, o que faz com que o caminho alternativo seja sempre mais longo.

Esta estreita relação entre um obstáculo e a constituição do objeto do desejo é indicada por Miller (2000) nas grandes histórias de amor, as quais apresentam de forma mitológica a impossibilidade de se consumir a relação primitiva. Mas esta “erótica do espaço” não se restringe aos palcos teatrais ou às telas de cinema, pois Miller demonstra o esforço do obsessivo para tornar seu objeto de desejo impossível de ser alcançado, ilustrando com o caso do *Homem dos ratos*, paciente atendido por Freud, o modo pelo qual o obsessivo mantém seu objeto inacessível. No referido caso, o paciente mantinha-se distante de sua amada para que ela continuasse em seus pensamentos e, para isso, não podia nem vê-la, nem tocá-la, porque esta realização causaria o fim de seu desejo. Já o histérico, como afirma Miller, procura tornar o objeto inapreensível. O histérico deseja o que não tem acesso e, se passar a ter, deixará de ser o objeto de seu desejo, sendo este deslocado para outro objeto no espaço.

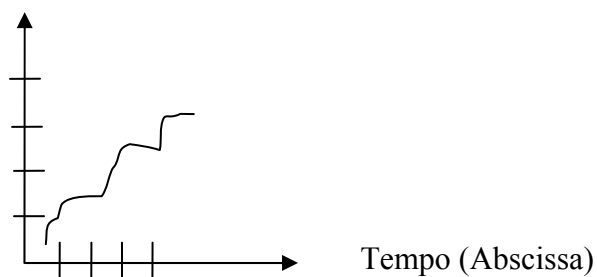
Deste modo, Miller afirma que “[...] no obsessivo o obstáculo se torna a própria jaula em que o sujeito está encerrado” (MILLER, 2000, p. 16). Mesmo o obsessivo deslocando-se muito, tem sempre a sensação de estar imobilizado. Enquanto para o histérico “[...] o obstáculo de algum modo se torna a fuga do objeto” (MILLER, 2000, p. 16). Disso Miller infere que a imobilidade que o obsessivo experimenta em relação ao objeto é o que faz com que o sujeito opere a mortificação do seu objeto de desejo. Já no histérico, o que foi representado como fuga do objeto incide sobre o próprio sujeito, ou seja, é o sujeito que se esquiva do objeto, é ele que evita uma posição fixa no espaço para impedir, dessa forma, o alcance da satisfação. Então, a erótica do espaço refere-se, sobretudo, ao desejo.

Miller fala da erótica do espaço para chegar à erótica do tempo. Para tanto, ele parte do núcleo familiar, o qual se situa em um espaço de subjetividade, para demonstrar o modo com que o sujeito relaciona-se com seu objeto de desejo. Desta forma, Miller põe em destaque os movimentos do sujeito em relação ao próprio desejo, o que nos permite constatar a pertinência do espaço para abordar o tempo, pois esta consideração nos auxilia na compreensão da lógica do sujeito na organização dos acontecimentos de sua história, ou seja, o modo particular com que o sujeito lida com o tempo.

Após refletir acerca da erótica do espaço, Miller (2000) propõe a espacialização do tempo. Devemos observar que na discussão sobre o espaço descrevemos alguns movimentos realizados pelo sujeito. Estes movimentos são inscritos numa linha temporal, ou seja, eles consomem tempo. A partir desse entendimento, podemos dizer que, quando falamos sobre o espaço, falamos também sobre o tempo. Um elemento que se desloca no espaço ocupa várias posições e descreve uma trajetória que implica a passagem do tempo, como indica o gráfico abaixo:

Posições espaciais

(Ordenada)

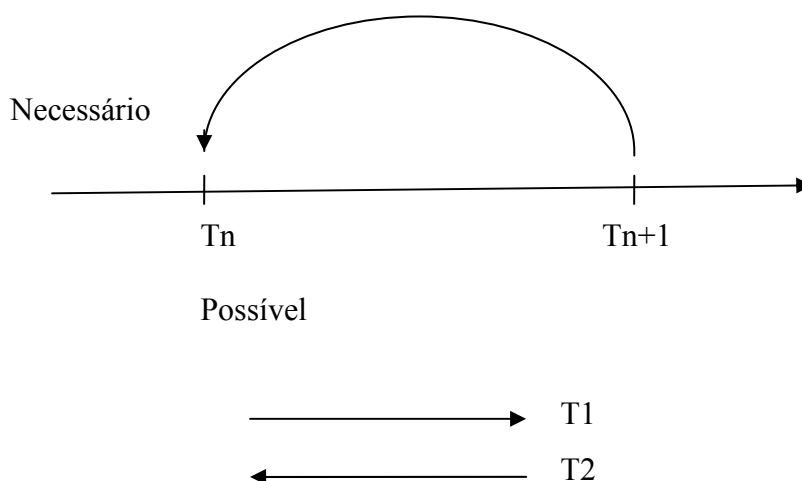


Fonte: (MILLER, 2000 , p. 19)

Segundo Miller (2000), o gráfico demonstra uma geometria do movimento. Através das coordenadas cartesianas (Abcissa e Ordenada) podemos capturar a imagem do elemento móvel e situá-lo tanto em relação ao espaço, quanto ao tempo. Neste sentido, podemos dizer que os dois fatores – espaço e tempo – são entrelaçados pelo movimento. Este, de algum modo, representa a união entre o espaço e o tempo. Sendo assim, o elemento móvel quando projetado na abscissa exterioriza o tempo, de maneira que as diversas posições ocupadas pelo elemento durante seu deslocamento no espaço podem ser capturadas em uma unidade de tempo. A espacialização do tempo consiste em fazer esta representação.

Então, se é possível fazer a espacialização do tempo a partir do deslocamento do objeto, podemos supor que a posição do sujeito é o que determina que o tempo seja marcado. Isso nos remete ao que Lacan traz de Hegel, sobre o conceito ser o tempo da coisa, porque na medida em que o sujeito confere uma significação a alguma experiência, essa significação está atrelada ao tempo em que o sujeito experimentou o acontecimento. Nesta perspectiva, o que podemos pensar em relação ao sujeito que se encontra em uma posição que nega estar? Como conceber o tempo para o sujeito partindo da noção de que o deslocamento do objeto/sujeito que confere “realidade” ao tempo, quando o próprio sujeito não consegue admitir seus movimentos (em relação ao seu desejo) ou a posição a que eles conduzem? Estes questionamentos são importantes para que possamos pensar na atemporalidade do inconsciente.

Miller (2000) convida-nos a pensar no fator tempo a partir do “paradoxo do futuro contingente”, o qual afirma que “em um tempo T_n , um acontecimento pode ou não ocorrer em T_{n+1} ” (MILLER, 2000, p. 25). Por exemplo, no presente (T_n) podemos supor que algo ocorra no futuro (T_{n+1}), mas quando o futuro se torna presente, e o que pensamos de fato acontece, temos a sensação de que o ocorrido em (T_{n+1}) não era apenas uma possibilidade, mas uma necessidade. É como se estivesse determinado *a priori*. Isso ocorre porque agora nosso olhar parte do acontecimento em sentido inverso, ou seja, do presente para o passado. Trata-se de um processo que descreve um movimento de retroação. Dito de outro modo, o que ocorreu em T_{n+1} é uma possibilidade que somente torna o tempo de T_n necessário por um movimento retroativo. É o que mostra a figura:



Fonte: (MILLER, 2000, p. 26):

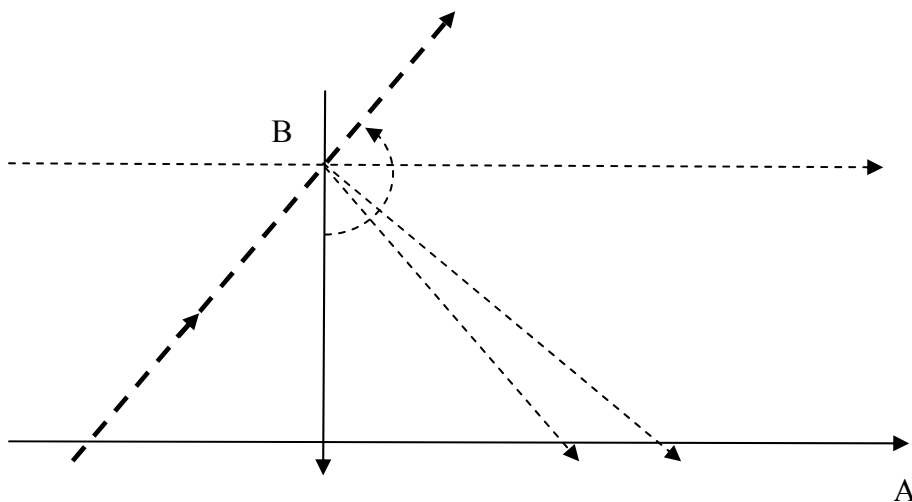
Miller (2000) afirma que o sofisma deixa de existir quando aceitamos que o tempo comporta essa dupla dimensão, ou seja, quando admitimos um tempo que passa (T_1), marcado pelas possibilidades e outro tempo que retroage (T_2), cujo efeito de significação é a necessidade. Esta noção de dupla temporalidade é o que fundamenta o conceito lacaniano de “sujeito suposto saber” que consiste na suposição do analisante de que a verdade de sua história já está estabelecida, que seu destino já foi traçado e que o analista tem conhecimento a esse respeito. Por isso Miller diz que “a necessidade como efeito de significação que fascinou o pensamento filosófico é simplesmente um efeito de significação do sujeito suposto

saber. O que é sofisma para a filosofia é, para nós, ao contrário, operação, faz grafo” (MILLER, 2000, p. 27).

Sendo assim, conforme indica Miller (2000) a passagem do tempo deve ser representada por T1, tempo que segue em direção ao futuro e que se duplica continuamente pelo T2, tempo que vai em direção ao passado, que retroage. É este tempo T2 que é constitutivo da significação, da ilusão do sujeito suposto saber e da eternidade, ou seja, é em decorrência deste tempo (T2) que o sujeito constrói a ilusão de que seu futuro já está determinado, que “o que pertence ao futuro já está de alguma forma inscrito no passado” (MILLER, 2000, p. 27).

Miller (2000) demonstra graficamente como se dá a inversão de orientação do tempo. O tempo unidimensional é representado por um vetor que se prolonga em direção ao infinito (linha A); devemos colocar um ponto fora desta linha (Ponto B), e, a partir dele traçar um vetor perpendicular à linha A. Este vetor deve ser rotacionado 45 graus. A secante B passa a se deslocar sobre a linha A, se dirigindo ao infinito. A continuidade dessa rotação conduzirá o vetor B a uma posição paralela em relação à linha A. Mas como isso é possível se ela tende ao infinito? É justamente aí que está a questão. Observemos o gráfico:

Figura (MILLER, 2000, p. 36)



Devemos considerar que o vetor B, deslizando sobre o infinito da linha A, encontrará um ponto que lhe permitirá alcançar a posição paralela. É condição para pensarmos a continuidade da rotação do vetor B sobre a linha A, que um ponto suplementar seja colocado no infinito da linha A. Esse ponto invisível é denominado de “ponto no infinito”. Após a

posição paralela ter sido atingida, o vetor B continuará seu movimento de rotação, dessa forma ele chegará a uma orientação invertida em relação ao seu sentido original.

Para Miller (2000), o ponto colocado no infinito é o que opera a inversão temporal e que serve de meio para visualizar a inversão do possível em necessário. Esta concepção nos permite o entendimento da duração da sessão (tema ao qual se dirige essa dissertação), que se desenvolve em uma linha temporal e vai em direção ao infinito.

Se o tempo for concebido como homogêneo, isto é, sem essa dupla dimensão, o psicanalista terá que interromper a sessão utilizando-se de um critério exterior ao processo da análise, devendo guiar-se pelo tempo marcado no relógio. O mesmo não ocorre se o psicanalista levar em conta a existência do ponto no infinito, pois este ponto é o que permite pensarmos o término da sessão como ponto de basta ¹⁵. Por isso Miller afirma que “[...] não fazemos sessões curtas, mas sim sessões infinitas, ou seja, sessões que comportam a manobra do ponto no infinito” (MILLER, 2000, p. 39).

Nesse sentido, podemos dizer que a duração da sessão lacaniana não segue uma regularidade temporal. Aliás, como diz Miller, a suspensão da sessão é irregular devido a sua própria estrutura, mas essa irregularidade só existe se considerarmos uma regulação anterior, na qual é estabelecido qual o intervalo de tempo da sessão analítica.

Essas considerações de Miller nos fazem ver que a sessão psicanalítica não pode ser identificada com o tempo de sua duração, não importando qual tempo seja. O essencial é que durante a sessão o analisante seja conduzido à reversão temporal porque é a partir desta experiência que o sujeito poderá perceber que sua realidade atual está atrelada a uma interpretação que ele fez anteriormente. Com esta percepção, o analisante terá meios de alterar sua realidade atual que é concebida por ele como uma necessidade decorrente do passado. Ou seja, o analisante será surpreendido com a idéia de que um fato ocorrido em sua vida poderia levá-lo a várias outras situações/possibilidades, mas que ele escolheu uma específica e a tomou como verdade/necessidade. Dito de outro modo, o que lhe foi apresentado como possibilidade foi apreendido como uma necessidade em sua vida. A reversão temporal experimentada durante a análise permite ao sujeito atribuir novos sentidos/significados aos acontecimentos de sua história.

Sendo assim, a suspensão da sessão efetuada a partir do corte na cadeia significativa abre um espaço que desorganiza a linearidade do discurso do analisante, apontando para o não-sentido, desmistificando os acontecimentos de sua vida por quebrar a construção psíquica

¹⁵ Segundo Lacan (1998), o ponto de basta se dá quando o significante detém o deslizamento da significação.

realizada pelo sujeito, a qual é fundamentada numa lógica puramente inconsciente. Esta lógica nada tem a ver com a ordem temporal, mas sim com um modo particular com que o sujeito conseguiu lidar com o acontecimento e com o sentido que ele pôde atribuir-lhe. Assim, o corte que provoca a descontinuidade do discurso permite combinar os significantes de uma outra forma.

Nesta perspectiva, Miller afirma que a “sessão analítica é um lapso de tempo em que se trata de estabelecer uma relação com a dimensão atemporal do inconsciente” (MILLER, 2000, p. 49). A noção freudiana de que os processos inconscientes são indestrutíveis e que o inconsciente não reconhece o tempo, segundo Miller, dá margem para pensar o inconsciente como eterno. No entanto, Miller não concorda com esta idéia, sobretudo porque o inconsciente é “particular a cada sujeito, e porque, segundo o próprio Freud, é suscetível de, no tempo, atualizar-se por meio das ações que ele determina no sujeito” (MILLER, 2000, p. 50).

Porém, Miller (2000) demonstra que se a dimensão atemporal do inconsciente for levada ao limite, então o inconsciente não pode ser modificado, o que nos leva a um questionamento sobre o valor de uma experiência analítica: afinal, para que fazer análise, se o inconsciente permanece o mesmo? Miller diz que a resposta poderia ser “para modificar a relação do sujeito com o inconsciente. Se o inconsciente em si mesmo não muda, o que pode mudar é a relação do sujeito com o inconsciente” (MILLER, 2000, p. 50). Todavia, Miller prefere e propõe que a sessão psicanalítica seja concebida a partir da dupla temporalidade.

Miller (2000) salienta que a reversão temporal não se limita ao processo analítico, pois ela é experimentada constantemente pelo ser humano. “A reversão temporal é constitutiva da experiência humana como experiência do tempo” (MILLER, 2000, p. 52). Mas, na experiência analítica, ela é vivenciada de forma inédita, particular, porque tudo que o analisante diz na análise é experimentado por ele na presença do “sujeito suposto saber” que é encarnado pelo analista. Tudo que o analisante leva para a sessão é “vivido no presente e com a significação de inconsciente” (MILLER, 2000, p. 51) e, por esta razão, o que é dito recebe um outro sentido, é como se já tivesse sido escrito anteriormente. Assim, quando o analisante fala, é como se ele estivesse fazendo uma leitura do que foi escrito antes nas páginas de sua história. Nessa perspectiva, se a fala remete a uma escrita, a interpretação do psicanalista consiste em reenviar a fala do analisante ao tempo de sua inscrição, de sua enunciação.

A leitura de Miller nos possibilita encontrar subsídios para o tema que estamos desenvolvendo nessa dissertação: a produção de uma nova significação resulta de uma intervenção do analista sobre o tempo do discurso do analisante.

Propomos retomar a dupla temporalidade para esclarecer as posições ocupadas pelo analisante e analista em relação ao tempo. O tempo do analisante (T1) é o tempo que segue na fala do analisante, um tempo que progride. O tempo do analista (T2) é o tempo que retroage; é o tempo em que o analista ocupa a posição de “sujeito suposto saber” para o analisante. (MILLER, 2000).

Quando o analisante fala de um momento traumático em sua vida são apresentados dois tempos em sua fala. O tempo presente, no qual o sujeito conta o fato e o tempo passado, no qual ele experimentou o fato. No presente temos o enunciado, a narrativa. No passado, a enunciação. Porque foi neste tempo que sua experiência tornou-se palavra, mesmo que esta nunca tenha sido proferida; este foi o instante de sua inscrição. Por isso, como já foi indicado no tópico *A palavra e o tempo*, é que devemos tomar a palavra em seus múltiplos sentidos e, sobretudo, considerar a significação que o sujeito atribui à palavra falada. Sendo assim, durante a sessão, o analista dedica-se de forma devota para encarnar no tempo da enunciação, da inscrição anterior da fala do analisante. Segundo Miller, “é isso o que chamamos de sujeito suposto saber, encarnado pelo analista no presente” (MILLER, 2000, p. 52).

Assim, o manejo do tempo efetuado pelo analista no corte do discurso do analisante impulsiona o sujeito ao tempo de sua enunciação. É por isso que é possível ao sujeito fazer outra interpretação de sua experiência passada e atribuir-lhe um novo sentido/significação. Podemos dizer que a interpretação consiste em estabelecer uma relação do presente com o passado. Esta relação pode ser provocada por uma simples intervenção do analista, do tipo “você já tinha agido assim antes. Tinha agido assim no trabalho, na universidade...”. É condição para que a interpretação do analista seja efetiva que ela institua uma ligação entre o passado (tomado pelo sujeito como definitivo) e o presente do analisante, reenviando, desse modo, a fala do sujeito à sua escrita anterior, ou seja, ao momento de sua enunciação. (MILLER, 2000).

Segundo Miller (2000), para Lacan a essência da interpretação está no jogo homofônico, segundo o qual “o mesmo som emitido pode ser escrito de duas formas distintas” (MILLER, 2000, p. 54). Nesse sentido, a interpretação do analista supõe que o sujeito compreendeu de forma inapropriada o texto de sua história. Tomando um acontecimento da vida do sujeito como um texto, Miller diz que o sujeito “leu mal o que estava escrito” (MILLER, 2000, p. 54), e que existe uma outra leitura possível de ser feita sobre o acontecimento experimentado. Sendo assim, devemos conceber a fala do analisante tanto como uma leitura que ele fez de sua própria vida, como um meio de retornar ao texto original de suas experiências, de modo que o sujeito possa retificar o que leu e construir um

novo saber sobre a mesma escrita. Este novo saber implica a elaboração de novos sentidos/significados para o sujeito.

Embora o inconsciente seja atemporal, é na linha temporal do discurso do analisante que a interpretação é realizada. Para que a interpretação tenha efeito, não devemos utilizá-la de modo indiscriminado, precisamos obedecer a um critério específico: o da surpresa. Miller qualifica a surpresa como “um momento não homogêneo em relação ao restante do tempo.” (MILLER, 2000, p. 55).

A interpretação é inerente ao processo de análise. Ela é sempre esperada. O analisante fala e demanda que o analista lhe dê um retorno, que faça uma interpretação sobre o que disse. É essa espera que possibilita que o que é dito na sessão possa adquirir um outro sentido, que outro valor possa ser atribuído ao que o analisante concebe na atualidade como verdade. Mas, trata-se de um momento imprevisto, por isso a necessidade de situá-la na surpresa. Assim como o que ocorre regularmente não pode ser caracterizado como um acontecimento, uma interpretação permanente perde o estatuto de interpretação. Por isso, a interpretação deve ser realizada no contexto da espera. A surpresa é constitutiva da interpretação. (Cf. MILLER, 2000).

Então, a interpretação supõe a espera e esta se mantém sob o aspecto da regularidade, ou seja, o analisante enquanto fala sempre espera pelo momento em que o analista fará a interpretação, mas o analisante nunca sabe quando, nem em que circunstância isso acontecerá. Miller diz que este quadro que envolve a interpretação é expresso em toda anedota e, para ilustrar, o autor retoma a estória “para trás, cavalinho”, mencionada por Lacan no *Seminário*, livro 5: *As formações do inconsciente* (LACAN 1999 [1957], p. 113-114) ¹⁶:

Vejamos a história, pois. É a história de um exame, de *baccalauréat*, por exemplo. Temos o candidato e temos o examinador.

– Fale-me - diz o examinador – *da batalha de Marengo*.

O candidato pára por um instante, com ar pensativo: – *A batalha de Marengo...? Mortos! Uma coisa medonha... Feridos! Assustador...*

– Mas – diz o examinador – *o senhor não pode me dizer algo mais específico sobre essa batalha?*

O candidato reflete por um instante, e responde: – *Um cavalo empinado nas patas traseiras, e que relinchava*.

Surpreso, o examinador quer sondá-lo um pouco mais e lhe diz: – *Cavalheiro, sendo assim, quer ter a bondade de me falar da batalha de Fontenoy?*

– *A batalha de Fontenoy ...? Mortos! Por toda parte... E feridos! Uma porção deles, um horror...*

¹⁶ Optamos por ilustrar a estória a partir do livro de Lacan e não do texto de Miller porque neste a anedota está incompleta e isto dificulta o entendimento do leitor que não está muito familiarizado com a psicanálise.

O examinador, interessado, diz: – *Mas, será que o senhor pode me dar uma indicação mais específica sobre essa batalha de Fontenoy?*

– *Oh!* diz o candidato, – *um cavalo empinado nas patas traseiras, e que relinchava.*

Fazendo uma manobra, o examinador pede ao candidato que lhe fale da batalha de Trafalgar. E ele responde: – *Mortos! Uma carnificina... E feridos! Às centenas...*

– *Mas, afinal, cavalheiro, o senhor, não pode me dizer nada mais específico sobre essa batalha?*

– *Um cavalo...*

– *Desculpe, meu senhor, devo observar que a batalha de Trafalgar foi uma batalha naval.*

– *Ôôô! Ôôô!* – diz o candidato: – *para trás cavalinho.*

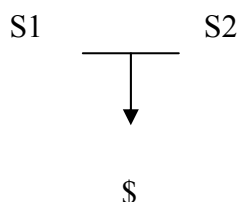
Nesta estória o estudante responde sempre a mesma coisa, independentemente do que lhe é perguntado. Observemos aí a existência da regularidade, que mencionamos acima, no momento da espera pela interpretação. Aqui, na anedota, a regularidade também é o que permite que as respostas futuras sejam previstas. Então, durante um tempo, o estudante responde o mesmo texto de forma insistente e isso é necessário para que possamos constatar a regularidade da resposta. É só aí que é possível inscrever o imprevisto, constituindo o acontecimento. Inicialmente o professor faz perguntas e o estudante responde. A última resposta, no entanto, é destoada das demais. O estudante não se dirige mais ao professor, e sim ao cavalo, dizendo: “*Ôôô! Ôôô! para trás cavalinho*”. Com esta resposta, a cena já conhecida pela regularidade textual é desmontada e adquire outro sentido. Toda a estabilidade anterior à surpresa é perturbada e substituída por uma outra idéia, tal como ocorre na análise. Aliás, é uma condição para que o acontecimento seja considerado imprevisto que essa regularidade inicial seja alterada. (Cf. MILLER, 2000).

Miller fala sobre a dificuldade de se criar, ou mesmo de refletir sobre a teoria do tempo, posto que:

O passado não é um ser; o que passou não é um ser porque é um não ser mais. Tampouco o futuro é um ser, porque é um ser não ainda. O passado e o futuro, portanto, são dois nada. É o presente que aparece como refúgio do ser, mas quanto tempo ele dura? O problema é que o presente não dura (MILLER, 2000, p. 61).

Miller (2000) encontra alguns pressupostos em Aristóteles que pensava a totalidade do tempo como passado e futuro, devendo ser o presente apenas o limite entre um e outro. Sendo assim, o presente aristotélico é o agora. Trata-se de um ser que aparece e desaparece constantemente. No entanto, o mesmo agora não permanece, ele cede lugar para um outro agora. Nessa perspectiva, Miller diz que o espaço é da ordem da objetividade e que a

subjetividade é essencialmente temporal. Miller acentua que Lacan pôde perceber bem essa diferença e, de forma oportuna, utilizou-se desse pensamento para situar o sujeito no intervalo entre um significante e outro. A diferença é que Lacan representa isso espacialmente:



Fonte: (MILLER, 2000, p. 63)

A temporalidade está na cadeia significante. Lacan é preciso a esse respeito, quando discorre em seu texto *Posição do Inconsciente*: “[...] o sujeito traduz uma sincronia significante nessa primordial pulsação temporal” (LACAN, 1998 [1960], p. 849).

Na concepção saussuriana, como vimos, o valor do signo é estabelecido em relação aos demais signos do sistema. Lacan segue este princípio em relação ao significante, ou seja, devemos considerar a relatividade entre os significantes, pois um significante se estabelece na cadeia por diferença, por oposição a outro significante. Assim sendo, o sujeito lacaniano situa-se entre o significante passado e o significante futuro e, como sublinha Miller (2000), podemos ver aí uma semelhança com as concepções aristotélicas do agora; pois o sujeito barrado é, essencialmente, um ser evasivo, fugaz, evanescente, o que descreve seu caráter temporal.

No texto *O familonário*, (do Seminário, livro 5), Lacan (1999 [1957]) atribui uma espessura ao tempo, quando afirma que um discurso não é somente uma matéria, uma textura; o discurso exige tempo para se desenvolver e permitir o entendimento do que se propõe. Podemos tomar uma frase como exemplo e constatar que o sentido só é compreendido após sua conclusão. É necessário esperar que a última palavra da frase seja dita para que possamos compreender a primeira. Trata-se da ação do significante, diz Lacan, e é precisamente o que ele quer fazer entender que ocorre no texto da experiência analítica quando se refere à história do passado, guardando as devidas proporções.

Nessa perspectiva, o corte no tempo da sessão é um meio que o analista dispõe para intervir no discurso do analisante, de modo a provocar novas significações para o sujeito.

No final do ensino de Lacan, a importância atribuída ao corte é ainda maior. Por outro lado, Lacan já não dá ao simbólico todo o valor que lhe conferia antes. Sobre isso, Miller afirma: “Aqui, não é a palavra que faz a coisa, é precisamente o corte que muda a estrutura dos objetos representados” (MILLER, 2007, p. 31). Isso não significa que a linguagem tenha perdido todo seu valor na teoria lacaniana ou que não traga consequências para o sujeito. Mas o que Lacan diz é que o psicanalista precisa saber o valor das palavras para seu analisante (Cf. MILLER, 2007).

Desse modo, no “ultimíssimo”¹⁷ ensino de Lacan, o ato analítico é sustentado a partir da concepção do corte. Lacan (apud MILLER, 2007, p. 31) considera que: “agir por intermédio do pensamento confina à debilidade mental”. Lacan propõe o corte como um ato que, por não passar pelas elaborações do pensamento, não é débil mental. Nesse sentido, Miller conclui: “Elevar a debilidade psicanalítica à segurança soberana do gesto cirúrgico, de cortar, esta seria a salvaguarda da psicanálise” (MILLER, 2007, p. 31).

¹⁷ É assim que Miller denomina o *momento de concluir* o ensino de Lacan.

Considerações Finais

O objetivo dessa dissertação foi mostrar, por analogia à transformação da língua no tempo, como se dá a produção de novas significações para o sujeito em análise a partir do manejo do tempo. Considerando que a palavra “analogia” significa “ponto de semelhança entre coisas diferentes”, pareceu-nos pertinente perguntar onde está localizada a semelhança se não é no tempo? Se existem duas abordagens distintas do fator tempo, o que poderia caracterizar a semelhança entre a mudança da língua e a mudança subjetiva? Ao que podemos afirmar, agora, ser na combinação dos três fatores: tempo, massa falante e circulação dos signos. No entanto, observamos que, no campo da Psicanálise, cada um desses fatores foi tomado de modo peculiar.

No debate sobre a mutabilidade da língua, realizado no primeiro capítulo dessa dissertação, vimos que o tempo da Lingüística saussuriana é um tempo livre, posto que é a passagem do tempo que provoca a transformação da língua. Enquanto na Psicanálise lacaniana, o tempo é manejado pelo analista, e é justamente esse manejo do analista que permite a mudança subjetiva, como também demonstramos no terceiro capítulo.

Desse modo, constatamos que Saussure considera a passagem do tempo como condição para a mutabilidade da língua, e Lacan toma o tempo como instrumento a serviço da operação analítica e supõe que ao manejar o tempo, fazendo corte no discurso do sujeito analisante, este poderá produzir novas significações. Nesse sentido, podemos dizer que o tempo só é considerado no espaço analítico para ser interceptado, isto é, não é a passagem do tempo que interessa, mas o corte no tempo que passa enquanto o analisante fala.

Vimos que embora em seu ensino Saussure dê muita ênfase ao fator tempo como agente de transformação da língua, ele também expõe a necessidade de os signos lingüísticos estarem em circulação na massa falante para que ocorra a mutabilidade. O tempo não age sobre a língua quando um indivíduo está isolado porque, se ele está sozinho e não tem com quem falar, não existe a possibilidade de fazer circular os signos lingüísticos. Conseqüentemente, não haverá alteração na língua. Tal alteração também não será constatada se o inverso ocorrer, ou seja, se tiver uma massa falante, mas se for desconsiderada a marcha do tempo, não será possível visualizar nenhuma alteração na língua.

Observamos ainda que a massa falante mencionada por Saussure é constituída por vários sujeitos, o que nos permite deduzir que algo da subjetividade de cada falante é

colocado durante a transmissão da língua, como foi demonstrado nos estudos de Saussure sobre as lendas germânicas.

Nesse sentido, pensamos que a conduta do analisante é semelhante a do narrador das lendas, pois ambos têm a intenção de fazer seu trabalho de transmissão de forma clara e sem falha. Acontece que, por mais empenhados que o analisante e o narrador estejam em atingir seu objetivo (no caso do analisante, de falar do que sofre), sempre são acometidos por lapsos de memória, atos falhos, etc. Isso nos permite identificar uma relação entre língua/lenda e a mudança subjetiva, considerando que essas “falhas” do discurso provocam a alteração na língua/lenda com o passar do tempo; e também pode ocorrer uma mudança subjetiva quando o analista intervém na “falha” (manifestação inconsciente) com o corte no tempo da sessão. No entanto, como vimos, a intervenção do analista não é realizada apenas nas falhas de memória presentes no discurso do analisante, pois é justamente o corte efetuado pelo psicanalista quando intervém no discurso do sujeito que faz com que se crie um espaço para uma nova significação em seu discurso.

Embora só tenha espaço em uma sessão psicanalítica para um sujeito do inconsciente (o do analisante), existem dois lugares que são ocupados pelas figuras do analisante e do analista. O ato de o analisante dirigir-se ao analista e falar de si permite que se instale o circuito da fala mesmo que o analista não responda a contento às perguntas do analisante, ou seja, mesmo que permaneça em silêncio, como ocorre muitas vezes na prática clínica. O analisante conta com a presença física do analista e demanda respostas às suas questões. O analista escuta o discurso do analisante e intervém quando necessário e durante todo o processo analítico supõe-se a circulação dos signos. Dito de outro modo, a língua é a mesma tanto para a Lingüística quanto para a Psicanálise.

Podemos dizer que a Psicanálise apóia-se no fato de que o signo linguístico é mutável e que é em função disso que é possível pensar na mudança subjetiva. Ou seja, a prática psicanalítica demonstra/atesta a mutabilidade do signo quando, durante o processo analítico, o sujeito produz novas significações/sentidos.

Referências

- ANDRÉ, Serge. *O que quer uma mulher?* Trad. Dulce Duque Estrada, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1987.
- ARRIVÉ, Michel. *Diachronie et Linéarité*. In: NORMAND, Claudine e ARRIVÉ, Michel (orgs.) *Saussure Aujourd'Hui (Colloque de Cerisy)*. Nanterre: Université Paris X – Nanterre. 1995.
- _____. *Linguagem e Psicanálise: lingüística e inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999.
- BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. Trad. Bras. Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. 4ª Ed. São Paulo: Cultrix. 2004.
- DOR, Joel. *Introdução à leitura de Lacan*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo*. Trad. Bras. Álvaro Cabral; revisão técnica de Márcia Mansor D'Alessio. Bauru, SP: Edusc. 2007.
- FEHR, Johannes. *Saussure entre linguistique et sémiologie*. Paris: PUF, 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.
- FREUD, Sigmund. (1896). *Carta a Fliess de número 52*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. I).
- _____. (1893-1895). *Estudos sobre a Histeria*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. II).
- _____. (1908. [1907]). *Escritores Criativos e Devaneios*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. IX).
- _____. (1908). *Fantasias Histéricas e sua Relação com a Bissexualidade*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. IX).
- _____. (1909). *Notas sobre um Caso de Neurose Obsessiva*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. X).
- _____. (1910 [1909]). *Cinco Lições de Psicanálise*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XI).

_____. (1912). *A Dinâmica da Transferência*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XII).

_____. (1914). *Recordar, Repetir e Elaborar*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XII).

_____. (1913). *Sobre o Início do Tratamento*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XII).

_____. (1913). *O Interesse Científico da Psicanálise*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIII).

_____. (1915). *Sobre a Transitoriedade*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIV).

_____. (1915). *O Inconsciente*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIV).

_____. (1915). *Os Instintos e suas Vicissitudes*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIV).

_____. (1915). *Luto e Melancolia*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIV).

_____. (1917 [1916-1917]). *Os Caminhos da Formação dos Sintomas*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XVI).

_____. (1914). *História de uma Neurose Infantil*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XVII).

_____. (1917 [1916-1917]). *Conferência XVIII: Fixação em Traumas – O Inconsciente*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XVII).

_____. (1920). *Além do Princípio do Prazer*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XVIII).

_____. (1925 [1924]). *Uma Nota sobre o Bloco Mágico*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIX).

_____. (1923). *O ego e o Id*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIX).

_____. (1924). *A Dissolução do Complexo de Édipo*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIX).

_____. (1924). *A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIX).

_____. (1926 [1925]). *Inibições, Sintomas e Ansiedade*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XX).

_____. (1933 [1932]). *Conferência XXXI: A Dissecção da Personalidade Psíquica – Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XXII).

_____. (1937). *Análise Terminável e Interminável*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XXIII).

_____. (1937). *Construções em Análise*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XXIII).

_____. (1940 [1938]). *A Divisão do Ego no Processo de Defesa*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XXIII).

_____. (1940 [1938]). *O Aparelho Psíquico e o Mundo Externo*, Trad. sob direção de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago. 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XXIII).

JULIEN, Philippe. *Psicose, perversão, neurose: a leitura de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud. 1989.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo. 2009.

LACAN, Jacques. *O Seminário. Livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.

_____. *O Seminário. Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1985.

_____. *O seminário. Livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1988.

_____. *O seminário. Livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999.

_____. *O seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998.

_____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998.

_____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003.

LOPES, Edward. *A identidade e a diferença*. São Paulo: Edusp. 1997.

LIMA JÚNIOR, João M. de. *(N)o signo e (n)os sintomas contemporâneos: os efeitos da mutabilidade*. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras), UFPB, João Pessoa, 2006.

MILLER, Jacques-Alain. *A erótica do tempo*. Rio de Janeiro: Latusa. Revista da Seção Rio da EBP. 2000.

_____. *A estrutura cômica*. São Paulo: Edições Eolia. Revista Opção Lacaniana. 2007.

NÓBREGA, Mônica. *O mesmo e o outro: a constituição dos sentidos na articulação entre lingüística e psicanálise*. 2002. Tese (tese de doutorado inédita), PUC – RS. Porto Alegre. 2002.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. Bras. Antônio Chelini et al. 25^a Ed. São Paulo: Cultrix. 1995.

_____. *Escritos de lingüística geral*. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. Tradução para o português de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix. 2004.

STAROBINSKI, Jean. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure*. Trad. Bras. Carlos Vogt. São Paulo: Editora Perspectiva. 1974.